

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELA ZIMMERMANN MACHADO

**ESTUDO LÉXICO-ESTEREOTÍPICO: O FUNDAMENTO SEMÂNTICO DAS
ANÁFORAS ASSOCIATIVAS**

CURITIBA

2013

DANIELA ZIMMERMANN MACHADO

**ESTUDO LÉXICO-ESTEREOTÍPICO: O FUNDAMENTO SEMÂNTICO DAS
ANÁFORAS ASSOCIATIVAS**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras – Estudos Linguísticos, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras.

Linha de Pesquisa: Linguagens e práticas sociais

Orientadora: Profa. Dra. Teresa Cristina Wachowicz

CURITIBA

2013

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Machado, Daniela Zimmermann

Estudo léxico-estereotípico: o fundamento semântico das anáforas associativas / Daniela Zimmermann Machado – Curitiba, 2013.
165 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Teresa Cristina Wachowicz
Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Anáfora (Linguística). 2. Semântica. 3. Textos - Análise. I. Título.

CDD 415



PARECER

Defesa de tese da doutoranda DANIELA ZIMMERMANN MACHADO para obtenção do título de **Doutora em Letras**.

As abaixo assinadas TERESA CRISTINA WACHOWICZ, LEONOR WERNECK DOS SANTOS, ROSSANA FINAU, LÍGIA NEGRI e IARA BEMQUERER COSTA argüiram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a tese:

“ESTUDO LÉXICO-ESTEREOTÍPICO: O FUNDAMENTO SEMÂNTICO DAS ANÁFORAS ASSOCIATIVAS”

Procedida a argüição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Doutora em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADA Não APROVADA
TERESA CRISTINA WACHOWICZ		Aprovada
ROSSANA FINAU		Aprovada
LEONOR WERNECK DOS SANTOS		Aprovada
LÍGIA NEGRI		Aprovada
IARA BEMQUERER COSTA		Aprovada

Curitiba, 24 de outubro de 2013

Prof. Dr. Rodrigo Tadeu Gonçalves
Vice-Coordenador

Ao meu esposo, Pablo, pelo amor e pelo apoio incondicional.

Ao meu pai, minha mãe e minhas irmãs, que possibilitaram todas as conquistas que tive até hoje.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Luiz e Maria, por terem oportunizado todas as coisas das quais precisei para poder hoje estar concluindo mais esta etapa importante dos meus estudos e da minha vida.

Agradeço às minhas irmãs, Carina e Luciane, pelo carinho durante esses anos de doutorado, por sempre estarem tão presentes (mesmo na distância) para conversar, aconselhar e auxiliar de todas as formas possíveis.

Agradeço aos meus pequenos sobrinhos, Laura e Gabriel, por me trazerem tanta alegria.

Agradeço ao Pablo, meu esposo, por entender que as horas de pesquisa e de escrita sempre foram tão necessárias para mim. Por me motivar nos momentos de angústias e inquietações, sobretudo, quando resultantes da tese.

Agradeço carinhosamente à professora Teresa Wachowicz, pela orientação, pela amizade, por ter dado todo o suporte sem o qual não seria possível este trabalho.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, professoras Lígia Negri e Iara Bemquerer Costa, pelas valiosas contribuições para a realização, continuidade e finalização deste trabalho.

Agradeço carinhosamente às professoras Leonor Werneck, Rossana Finau, Lígia Negri, Iara Bemquerer Costa e Luciana Pereira da Silva por terem aceitado compor a banca examinadora, participando desta etapa importante da minha formação.

Aos queridos amigos e colegas, Marcos Carreira, Josélia Ribeiro, Antônio Goubert, Evandro Catelão e Lília Debas, que deram um toque especial a fase do doutorado.

RESUMO

As anáforas associativas (AAs) de Kleiber (2001) definem-se por retomadas lexicais, com sustentação léxico-estereotípica, o que as distingue substancialmente das anáforas indiretas, sustentadas por relações discursivas e/ou pragmáticas (Charolles 1990, Koch 2004, Marcuschi 2004). Em *João podou a árvore, mas os galhos superiores ficaram intactos*, por exemplo, temos um caso de anáfora associativa, mantida por uma relação lexical entre *a árvore* e *os galhos superiores*, mas em *João podou a árvore, mas o proprietário do terreno não gostou*, temos uma relação discursiva, indireta, inferível da relação entre *a árvore* e *o proprietário do terreno*. Logo, prever relações lexicais na construção da textualidade pressupõe fundamentação semântica do léxico, o que o próprio Kleiber nomeou como base cognitiva das relações anafóricas lexicais. O objetivo deste trabalho é justamente apresentar uma fundamentação semântica para esse fenômeno textual. Para este propósito, observamos as construções associativas a partir dos fundamentos conceituais de Jackendoff (1983) e dos fundamentos cognitivos de Talmy (2001). Das categorias de lexicalização, trabalhadas em Jackendoff (THING, PLACE, DIRECTION, ACTION, EVENT, MANNER e AMOUNT), assumimos que os primitivos de [THING] fundamentam as AAs meronímicas, enquanto que os de [ACTION] e [EVENT] fundamentam relações actanciais. Segundo a perspectiva cognitivista de Talmy (1985, 2001), a língua é resultado de relações semânticas entre agrupamentos modulares de sistemas que atuam na estruturação conceitual da linguagem: o sistema da configuração de espaço e de tempo, o sistema de atenção, o sistema de perspectiva e o sistema de encaixamento, dentre outros. Das categorias de Kleiber, as anáforas associativas meronímicas (*João podou a árvore, mas os galhos superiores ficaram intactos*) acionam o sistema da configuração do espaço, de Talmy, enquanto que as anáforas actanciais (*O casamento será no próximo sábado e o noivo já está uma pilha*) acionam o sistema de distribuição da atenção. As anáforas locativas (*A cidade amanheceu sob a neblina. A Igreja desapareceu da paisagem*) e as funcionais (*A cidade amanheceu sob a enxurrada. O prefeito decretou estado de emergência*) são as menos previsíveis numa representação lexical, o que as aproxima fortemente da noção de anáfora indireta. Na análise do comportamento textual das relações associativas, levantamos a hipótese de que as anáforas associativas favorecem o grau de referencialidade e especificidade semântica do texto, especialmente nos gêneros de orientação argumentativa (Adam 1997, 2008). Aqui, a inferenciação do argumento exemplo depende das relações semânticas previstas nas anáforas associativas. Essas hipóteses são fortalecidas pelas evidências encontradas na análise de um corpus de textos da mídia impressa e digital, que contemplam as diferentes sequências textuais de Adam. Nesta tese, privilegiamos a análise de textos caracterizados pela sequência narrativa, descritiva e argumentativa, por observarmos que, nessas sequências, há uma relação intrínseca entre as AAs e as macroproposições que caracterizam os textos.

PALAVRAS-CHAVE: Anáforas associativas. Semântica cognitiva. Semântica conceitual. Sequências textuais.

ABSTRACT

The associative anaphora (AA) proposed by Kleiber (2001) are defined by lexical retakes, with lexical-stereotypic support, which distinguishes them substantially from indirect anaphora, which are sustained by discursive and/or pragmatic relations (Charolles 1990, Koch 2004, Marcuschi 2004). In “João podou a árvore, mas os galhos superiores ficaram intactos”, for instance, there is a case of associative anaphora kept by a lexical relation between “a árvore” e “os galhos superiores”, but in “João podou a árvore, mas o proprietário do terreno não gostou”, there is a discursive, indirect and inferable relation between “a árvore” and “o proprietário do terreno”. Therefore, the prediction of lexical relations in the construction of textuality assumes semantic grounding of the lexical, which Kleiber himself named as cognitive basis of the lexical anaphoric relations. The main goal of this work is to present a semantic grounding of this textual phenomenon. To this purpose, we observe the associative constructions from the conceptual fundamentals of Jackendoff (1983) and from cognitive fundamentals of Talmy (2001). From the lexicalization categories developed in Jackendoff (THING, PLACE, DIRECTION, ACTION, EVENT, MANNER and AMOUNT), we assume that the primitive of [THING] fundamental the mereonimic AA's, and the primitives of [ACTION] and [EVENT] fundamental actantial relations. According to the cognitive perspective of Talmy (1985, 2001), idiom is the result of semantic relations between modular aggregations of systems that act in the conceptual organization: the space and time configuration system, the attention system, the perspective system and the nesting system, among others. From Kleiber categories, the mereonimic associative anaphora (*João podou a árvore, mas os galhos superiores ficaram intactos*) set the space configuration system of Talmy, while the actantial anaphora (*O casamento será no próximo sábado e o noivo já está uma pilha*) set the attention distribution system. The locative anaphora (*A cidade amanheceu sob a neblina. A Igreja desapareceu da paisagem*) and the functional anaphora (*A cidade amanheceu sob a enxurrada. O prefeito decretou estado de emergência*) are the least predictable in a lexical representation, which strongly approximates them from the notion of indirect anaphora. Analyzing the textual behavior of associative relations, we raised the hypothesis that the AA's favor the degree of referentiality and semantic specificity of the text, especially in the genres of argumentative orientation (Adam 1997, 2008). Here, the inferring of the example argument depends on the semantic relations predicted in the associative anaphora. These hypotheses are strengthened by the evidences found during the analysis of a corpus of digital and printed media texts that contemplate the different textual sequences of Adam. In this thesis, we privilege the analysis of texts that are characterized by narrative, descriptive and argumentative sequence, because we observed that, in these sequences, there is an intrinsic relation between the AA's and the macropropositions that characterize the texts.

KEYWORDS: Associative anaphora. Cognitive semantics. Conceptual semantics. Textual sequences.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Proposta de Gramática	75
FIGURA 2 – Sistemas cognitivos constituidores da Estruturação conceitual da linguagem.....	87
FIGURA 3 – Eixos de percepção de espaço e tempo	88
FIGURA 4 – Estrutura da Sequência Narrativa	99
FIGURA 5 – Sequência narrativa 1	101
FIGURA 6 – Sequência narrativa 2	109
FIGURA 7 – Sequência descritiva 1	118
FIGURA 8 – Sequência descritiva 2.....	124
FIGURA 9 – Estrutura da sequência argumentativa	128
FIGURA 10 – Sequência argumentativa 1	130
FIGURA 11 – Sequência argumentativa 2	135
FIGURA 12 – Sequência explicativa	142
FIGURA 13 – Estrutura da sequência dialogal.....	147
FIGURA 14 – Sequência dialogal.....	148
FIGURA 15 – Eixos de percepção de espaço e tempo	151

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Modelo geral para o processo de referenciação.....	38
TABELA 2 – Cadeias anafóricas que estão relacionadas à condição de trabalho de João	102
TABELA 3 – Cadeias anafóricas relacionadas à transformação na vida de João...	102
TABELA 4 – Cadeias anafóricas que estão relacionadas ao condomínio com enfoque para segurança	110
TABELA 5 – Cadeias anafóricas que estão relacionadas ao condomínio como um local de moradia (área física)	111
TABELA 6 – Cadeias anafóricas que estão relacionadas ao condomínio como aprisionamento.....	111
TABELA 7 – Cadeias anafóricas do texto descrição de ambiente	120
TABELA 8 – Cadeias anafóricas do texto <i>Descrição do mico-leão-dourado</i>	125
TABELA 9 – Cadeias anafóricas do texto <i>Cada macaco no seu galho</i>	132
TABELA 10 – Cadeias anafóricas relacionadas a médicos	137
TABELA 11 – Cadeias anafóricas da comparação entre médicos cubanos e a escravidão.....	138
TABELA 12 – Cadeias anafóricas do argumento exemplo	138
TABELA 13 – Cadeias anafóricas relacionadas ao avião	143
TABELA 14 – Cadeias anafóricas relacionadas ao apartamento.....	149
TABELA 15 – Cadeias anafóricas relacionadas à mobília	149

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ESTUDO DA REFERENCIAÇÃO TEXTUAL: OS TIPOS DE INFERÊNCIA E A CARACTERIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO ASSOCIATIVA	20
2.1 A NOÇÃO DE INFERÊNCIA – UM CAMINHO DO LINGUÍSTICO PARA O TEXTUAL	23
2.2 A REFERENCIAÇÃO TEXTUAL: ASPECTOS COGNITIVOS, SEMÂNTICOS E SOCIODISCURSIVOS	34
3 AS ANÁFORAS ASSOCIATIVAS: PARTICULARIZANDO O OBJETO DE INVESTIGAÇÃO	42
3.1 DISTINÇÃO ENTRE ANÁFORAS ASSOCIATIVAS E ANÁFORAS INDIRETAS	43
3.2 AS PROPRIEDADES DAS ANÁFORAS ASSOCIATIVAS.....	49
3.3 TIPOS DE ANÁFORAS ASSOCIATIVAS.....	58
4 FUNDAMENTOS COGNITIVOS	63
4.1 AS ABORDAGENS NO ESTUDO DA LINGUÍSTICA COGNITIVA: UM SENTIDO PARA O TERMO “SEMÂNTICA”.....	64
4.1.1 As AAs e a proposta conceitual de Jackendoff – as categorias ontológicas.....	68
4.1.2 As AAs e a proposta cognitivista de Talmy – os sistemas semânticos	83
5 ANÁLISES	93
5.1 AS SEQUÊNCIAS TEXTUAIS	94
5.1.1 Análise de textos da sequência narrativa.....	98
5.1.2 Análise de textos da sequência descritiva.....	117
5.1.3 Análise de textos da sequência argumentativa.....	127
5.1.4 Análise de texto da sequência explicativa.....	141
5.1.5 Análise de texto da sequência dialogal	146
CONCLUSÃO	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
REFERÊNCIA DOS TEXTOS ANALISADOS	164

1 INTRODUÇÃO

Os trabalhos que tratam do fenômeno da referenciação textual centram-se, sobretudo, numa perspectiva social e discursiva da construção dos objetos do discurso. Como exemplos de trabalhos dessa natureza, mencionamos os estudos desenvolvidos por Marcuschi (2002/2005), Koch (2005) e Cavalcante (2004/2005), principalmente. Tais autores não negam os traços cognitivos, mas privilegiam, em certa medida, os aspectos sociodiscursivos que definem, dentre os fenômenos relacionados à referenciação, as anáforas¹. Trabalhos que elegem a perspectiva cognitivista, como modelo para explicar as relações semânticas – e lexicais – que se estabelecem entre elemento âncora e objeto do discurso, ainda são pouco privilegiados. Nossa proposta, aqui, é voltar a atenção aos aspectos semântico-cognitivos, observando até que ponto tais estruturas podem fundamentar alguns dos processos de construção anafórica. Em especial, a construção das anáforas associativas (doravante AAs).

A AA é um tipo de anáfora nominal não correferencial léxico-estereotípica que representa um dos processos de referenciação possíveis na linguagem, podendo se dar em um nível frasal ou textual. Vejamos a seguir dois exemplos de Kleiber (2001, p. 9, tradução nossa) que ilustram a relação anafórica associativa:

- (1) Os policiais inspecionaram **o carro**. As rodas estavam cheias de lama.
- (2) Ele se protegeu sobre **uma velha tília**. O tronco estava todo descascado².

Nos exemplos, destacamos “as rodas”, anáfora que estabelece relação com o elemento âncora “o carro”, e “o tronco”, anáfora que estabelece relação com “uma velha tília” (um tipo de árvore). Tais relações são lexicais e estereotípicas. Com base nas leituras de Kleiber, podemos dizer que faz parte do estereótipo de “carro” o

¹ Koch (2005), inclusive, em seu texto *A construção sociocognitiva da referência*, afirma que entende a cognição enquanto um fator social, constatando que “a cognição é um fenômeno *situado*” (p. 99). Ainda nas palavras da autora: “Uma visão que incorpore aspectos sociais, culturais e interacionais à compreensão do processamento cognitivo baseia-se no fato de que grande parte dos processos cognitivos acontece na sociedade e não exclusivamente nos indivíduos” (p. 98-99). Essas ideias são contestadas na presente tese.

² Versão original: (1) Les policiers inspectèrent la voiture. Les roues étaient pleines de boue.
(2) Il s’abrita sous un vieux tilleul. Le tronc était tout craquelé. (FRADIN, 1984)

elemento “rodas”, e faz parte do estereótipo de “árvore” a referência a “tronco”. Há a introdução de novos referentes, “as rodas” e “o tronco”, mas ela se faz pelo modo do já conhecido; os elementos apresentados são novos, mas previsíveis, posto que o modo de denotação supõe que dispomos de elementos necessários – os conhecimentos estereotípicos – para compreender e inferir a interpretação referencial associativa. É importante destacar que, no segundo caso, na relação entre “velha tília” e “tronco”, a inserção de “tronco” ajuda-nos a construir o sentido de “tília”, reconhecendo-a como um todo constituído de partes. Isso pode sinalizar que a inserção de um novo item lexical, que pertence ou tem traços de um determinado campo semântico (esses traços inseridos na mente, e, portanto, parte da cognição), pode ajudar no momento do processamento do enunciado, na construção do objeto do discurso e, conseqüentemente, na construção do sentido, seja do texto ou do enunciado.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é estudar a caracterização semântico-cognitiva no comportamento das anáforas associativas presentes em diferentes textos. Para esse estudo, assumimos duas perspectivas teóricas: a primeira, voltada aos estudos das categorias ontológicas e dos princípios de lexicalização de Jackendoff (1983), com uma abordagem conceitual para o estudo do léxico; a segunda, dirigida ao estudo de sistemas semânticos e caracterizada por um viés mais cognitivista, conforme proposta por Talmy (2001). Para este estudo, analisamos as AAs presentes nas diferentes sequências textuais, sugeridas por Adam (2008). Ao selecionarmos as sequências textuais como corpus de análise, privilegiamos a presença das anáforas associativas nesses textos sem nos atermos diretamente às questões discursivas, que sabemos são fundamentais na construção do sentido global do texto. Nesta tese, privilegiamos o estudo semântico cognitivo posto na relação associativa presente nas diferentes sequências textuais.

No estudo das AAs, Kleiber (2001) distingue quatro tipos de anáforas: as *meronímicas* (“João podou a árvore, mas **os galhos superiores** ficaram intactos”), as *actanciais* (“O casamento será no próximo sábado e **o noivo** já está uma pilha”), as *locativas* (“A cidade amanheceu sob a neblina. **A Igreja** desapareceu da paisagem”) e as *funcionais* (“A cidade amanheceu sob a enxurrada. **O prefeito** decretou estado de emergência”). A partir dessa classificação, assumimos também a hipótese de que as duas primeiras, as meronímicas e as actanciais, apresentam propriedades mais caracteristicamente associativas que as demais, em função de

serem explicadas pelo fenômeno semântico-cognitivo. Tal hipótese é confirmada a partir da relação entre anáforas associativas e as teorias semânticas de Jackendoff (1983) e de Talmy (2001). Teríamos que as anáforas do tipo meronímicas acionam a categoria ontológica de [THING]³, em Jackendoff, e o sistema da configuração do espaço, em Talmy; enquanto as actanciais acionam as categorias de [ACTION] e [EVENT], em Jackendoff, e o sistema de distribuição de atenção, em Talmy. Quanto às anáforas associativas locativas e funcionais, elas não apresentam uma equivalência nem com as categorias ontológicas sugeridas por Jackendoff nem com a representação cognitiva proposta por Talmy, na dependência maior do contexto, do conhecimento de mundo dos interlocutores, estando, por isso, mais próximas da noção de anáfora indireta. Dito de outro modo, mesmo assumindo uma base semântico-cognitiva e conceitual para fundamentarmos o funcionamento das anáforas funcionais e locativas, não encontramos subsídios teóricos que deem conta de justificar a semântica do léxico que as caracteriza.

Ao assumirmos tanto a proposta de Jackendoff quanto a proposta de Talmy, devemos destacar, entretanto, que tanto a proposta de Jackendoff quanto a proposta de Talmy apresentam problemas de ordens diferentes no que se refere à aplicabilidade em nossas análises. O problema na teoria de Jackendoff é que o autor não apresenta um detalhamento acerca do funcionamento das categorias ontológicas estudadas [THING], [PLACE], [DIRECTION], [ACTION], [EVENT], [MANNER], [AMOUNT], mas coloca para a linguística “coisas” do espaço e do tempo além de destacar o Princípio de Lexicalização, que consideramos significativo para pensarmos na associação, sugerida na AA. No que se refere aos estudos de Talmy, consideramos que a forma como o autor estrutura o léxico difere da forma como nós o trabalhamos. Isso se dá pelo fato de estarmos observando o léxico no texto e não de forma isolada, no nível da gramática conceitual, como faz o autor. Outra questão é que Talmy trabalha com a ideia de que a percepção visual antecede a construção linguística propriamente, o que difere de nosso objeto de interesse. Enfatizamos que, mesmo nessas condições, os estudiosos são considerados importantes no campo da semântica por apresentarem estruturas que dão conta de explicitar relações como as que acontecem no caso das AAs meronímicas e actanciais.

³ Podendo ser traduzido por [INDIVÍDUO].

Ao propor, na descrição do fenômeno das AAs, uma interface entre teorias da Cognição e Linguística de Texto, ou, dito de outra forma, uma relação entre as AAs semanticamente fundamentadas no texto, temos como foco uma conexão entre uma estruturação semântica, uma representação cognitiva e sua atuação no texto. Buscamos esclarecer o fenômeno da AA a partir da cognição e da semântica, não o tratando exclusivamente por meios discursivos e contextuais, como parece fortemente marcado nos estudos atuais da Linguística Textual. Pretendemos com este estudo mostrar que, além das questões discursivas, as contribuições semânticas também são importantes na construção do sentido de um texto.

Nossa proposta se justifica com base em quatro aspectos principais. O primeiro deles representa um obstáculo bastante pertinente no estudo das AAs: trata-se da aproximação – conceitual e identificativa – das AAs com as anáforas ditas indiretas, ora sendo ambas consideradas como sinônimas (opção de teóricos como Berrendonner, 1994, e Gundel, 1996, por exemplo), ora sendo as associativas um subtipo das indiretas (opção de teóricos como Kleiber, 2001) – concepções larga e estreita, respectivamente, de acordo com Kleiber (2001). Neste estudo, trabalhamos com a acepção estreita, entendendo a anáfora associativa como um subtipo das indiretas. Diante dessa aproximação, torna-se relevante um estudo mais detalhado e preciso sobre o estudo das anáforas, de um modo geral, e das anáforas associativas, de um modo mais particular.

Outra justificativa se baseia no fato de que, na introdução de sua obra *L'anaphore Associative*, Kleiber (2001) esclarece que trabalha com as AAs em frases por ele fabricadas, não se preocupando com a utilização das AAs textuais, e segue afirmando que há, em sua obra, pistas para a realização de um trabalho desse tipo, de cunho textual. Em nosso trabalho nos propomos a realizar tal investigação, analisando as anáforas nos textos circulantes, o que parece bastante pertinente no campo da referenciação textual. Sem dúvidas, esse aspecto evidencia uma discussão que merece atenção, pois, ao analisarmos a referenciação no texto, entram em evidência os aspectos sociodiscursivos que caracterizam a produção dos sentidos. Porém, ao explicarmos as AAs presentes, destacamos a questão

semântica, conceitual e cognitiva que caracteriza a relação entre elemento âncora e elemento anafórico⁴.

A terceira justificativa relaciona-se ao fato de que, nesse quadro teórico, torna-se importante um aprofundamento sobre o estudo anafórico. Kleiber (2001) desenvolve análises a partir do quadro léxico-estereotípico. É importante analisar tais anáforas também no domínio dos sistemas semânticos e dos primitivos conceituais, especialmente nos de base cognitiva. Tal esforço justifica-se, principalmente, pelo fato de que muito se afirma sobre isso, mas há pouca pesquisa que privilegie o viés cognitivo. Jackendoff acrescenta que trabalhos que se dedicam à análise de expressões de posição, de espaço e de movimento e à generalização dessas análises para outros campos semânticos, ou seja, trabalhos que privilegiam as questões cognitivas, recebem atenção esporádica na literatura. O mesmo autor ainda afirma que só a linguagem não é suficiente para explicar os fenômenos de associação; precisamos pensar também nos processos cognitivos e semânticos que estão por trás das associações e, por conseguinte, dos sentidos que se estabelece por esses usos.

Uma última razão para a realização da pesquisa proposta se dá pela revisão da proposição de Kleiber (2001). Ao levantarmos a hipótese, nesta pesquisa, de que as anáforas associativas mais bem caracterizadas, sob uma perspectiva semântica, seriam as do tipo meronímica e actancial, questionamos a caracterização das anáforas do tipo locativa e funcional, que estariam no plano discursivo, indireto, e não no plano semântico-lexical (léxico-estereotípico), como propõe o autor. Esses resultados apontam para a necessidade de rever o quadro classificatório e teórico proposto por ele. Outro ponto da teoria de Kleiber que merece discussão são as propriedades que caracterizam as AAs. O autor defende a definitude do termo anafórico como princípio constitutivo das AAs, o que contestamos nesta tese, por entendermos que a indefinitude, em alguns casos, pode estar relacionada a uma operação de individuação, que faz associação entre um elemento e o conjunto do qual faz parte, e não como uma relação numérica, quantitativa, como sugere o autor.

⁴ Elemento âncora seria o primeiro elemento apresentado no discurso e o anafórico, o elemento que aparece posteriormente, a remissão, o elemento que retoma/remete ao elemento âncora. Destacamos também os casos de catáforas caracterizadas pela inversão, em que a anáfora antecede a âncora. Entretanto, destacamos que casos de catáforas não são considerados nas relações associativas, sugeridas por Kleiber.

Uma descrição sumária do plano de desenvolvimento da presente tese a apresenta dividida em 4 capítulos, que podem definir a construção da interface sugerida.

O **capítulo 2** é dedicado ao estudo da inferência, tanto no domínio cognitivo quanto no domínio sociodiscursivo do termo. Assumimos a tese de que toda associação léxico-estereotípica é possível, num primeiro momento, por possuímos um sistema cognitivo capaz de acionar inferências e, por sua vez, capaz de estabelecer associações lexicais; e, num segundo momento, aceitamos a ideia de que o discurso tem seu papel, na medida em que é a partir da percepção do que vemos/vivenciamos que tomamos conhecimentos acerca das coisas do mundo. No plano da língua, apresentamos os estudos de Eco (1983), em que o autor traz uma discussão acerca dos processos inferenciais a partir dos conceitos de definição, hipótese e abdução. No plano cognitivo, fazemos referência aos estudos de Ilari (2001), compreendendo o papel do *buffer* cognitivo. A esse processamento, acrescentamos o pressuposto metafórico da linguagem, a partir de Lakoff e Johnson (2002), pois o processo de constituição das AAs é bastante similar ao processo de construção e interpretação das metáforas. A respeito disso, mencionamos Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994, p. 9, tradução nossa), que afirmam, ao apresentar as AAs, que se trata “de uma categoria mais próxima da de metáfora do que de outras categorias formais ou semânticas (ou nocionais)”⁵. Inclusive, a metáfora deixa de ser estudada apenas no campo imagético e passa a ser estudada também no campo lexical (VILELA, 1996). O que fazemos, neste momento, é tentar explicar a caracterização das AAs a partir do funcionamento metafórico, acreditando que ambas podem ser fundamentadas por uma base semântica, por possuírem em comum o fato de serem pressupostas na linguagem e terem uma parcela de compreensão que parte do cultural, mas que se organiza a partir das capacidades cognitivas.

No que diz respeito à inferência discursiva, debruçamo-nos em Brown e Yule (1983), autores que contribuem para o estudo do contexto, das relações entre autor e receptor. Essa reflexão é necessária justamente para reforçarmos a nossa tese de que a inferência cognitiva é fundamental no processo de compreensão associativa.

⁵ Versão original: “Il s’agit en fait d’une catégorie plus proche de celle de la métaphore que des autres catégories formelles ou sémantiques (ou notionnelles).” (Kleiber, Schnedecker e Ujma, 1994, p. 9)

Neste mesmo capítulo, abrimos espaço para a discussão acerca da referenciação textual, a partir de autores como Cavalcante (2005) Marcuschi (2002; 2005) e o próprio Kleiber (2001), que traz uma explicação semântica para o estudo das AAs.

O **capítulo 3** centra-se na definição do objeto eleito para o estudo: as anáforas associativas, propostas por Kleiber (2001). Inicialmente apresentamos uma distinção entre anáforas indiretas (doravante AI) e AAs, seguida do conceito, das propriedades e dos tipos de AAs propostas por Kleiber (2001).

O **capítulo 4** pauta-se no estudo da Semântica Cognitiva. Para o tratamento dessa temática, mencionamos os trabalhos de Jackendoff (1983) e Talmy (2001). Jackendoff (1983) apresenta as categorias ontológicas responsáveis pelas relações da língua; tentamos, a partir dessas categorias, justificar/fundamentar as relações associativas. O autor trabalha com uma proposta de lexicalização, considerando que é no léxico que se realizam os outros sistemas (o fonológico, o sintático e semântico). Na proposta de gramática, sustentada pelo autor, o nível semântico e o conceitual coincidem.

Talmy trabalha com uma proposta de representação cognitiva de estruturação da linguagem que, no nosso entendimento, considerando os sistemas semânticos, pode explicar a construção associativa das anáforas meronímicas e actanciais, principalmente. Apoiamo-nos tanto em Talmy quanto em Jackendoff para sustentar semanticamente a coesão lexical e o caráter léxico-estereotípico que caracterizam as AAs.

No **capítulo 5**, nas análises, propomos discutir as construções associativas presentes em diferentes tipos de textos, trazendo a noção de sequência textual, de Adam (1997; 2008). As sequências textuais, nesta tese, funcionam como vetor de discussão para o fenômeno das anáforas. Na atividade de análise, observamos as AAs, verificando até que ponto a cognição dá conta de explicar as relações associativas ali presentes. Restringimo-nos a analisar a presença das AAs e também a possível relação entre AA e as macroproposições. Nesta tese, trabalhamos com as AAs considerando os aspectos semânticos e cognitivos, não privilegiamos as questões discursivas, embora elas sejam importantes para a construção do sentido global do texto, ainda mais quando se considera, por exemplo, uma perspectiva como a sociointeracionista.

Diante da hipótese de que as AAs favorecem o grau de referencialidade e especificidade semântica do texto, buscamos, a partir das análises propostas,

entender o papel semântico das AAs, discutindo amplamente a relação entre AA e a estruturação conceitual e semântica da linguagem, e entre AA e a constituição prototípica das sequências textuais. Assumimos que, com base em categorias ontológicas e de sistemas semânticos, conseguimos estabelecer associações e que há uma função cognitiva na constituição das AAs e também nas macroproposições que constituem a sequência. Inclusive, Adam defende uma perspectiva cognitivista para a construção prototípica das sequências textuais.

Quanto à descrição do *corpus* selecionado para a pesquisa, trata-se de textos da mídia impressa e digital. Os textos a serem analisados contemplam as cinco sequências textuais, propostas por Adam (1997): a narrativa, a descritiva, a argumentativa, a expositiva e a dialogal. A presença das AAs sinalizam para alguns aspectos importantes na construção de cada sequência textual. Destacamos de forma especial a presença das AAs na sequência narrativa, descritiva e argumentativa, que pode auxiliar na construção da própria sequência. No caso das sequências explicativa e dialogal, a relação entre AA e macroproposição é menos marcada, quando analisada a partir de aspectos semântico-cognitivos, no nosso ponto de vista.

Diante dos textos, definimos os seguintes critérios de análise: a) propriedades de Kleiber; b) primitivos de Jackendoff; c) operações dos sistemas de Talmy; e d) implicações nas macroproposições das sequências. Paralelamente a essas questões, consideramos relevante, também, tratar de aspectos como: caracterização das AAs e das AIs, as inferências envolvidas na construção dos sentidos, a questão metafórica que explica a construção das AAs.

É importante destacar que a pretensão desta pesquisa não é *comprovar* que as AAs possuem determinados comportamentos justificados por estruturas conceituais (as categorias ontológicas) ou por estruturas semânticas (os sistemas semânticos). Reunimos aqui, textos que *ilustram* como se dá o processo associativo-cognitivo na construção da referenciação textual. Entendemos que tal comportamento é inerente, está pressuposto na linguagem, o que vem a justificar o caráter qualitativo de nossa pesquisa.

2 ESTUDO DA REFERENCIAÇÃO TEXTUAL: OS TIPOS DE INFERÊNCIA E A CARACTERIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO ASSOCIATIVA

Neste capítulo, trabalhamos com a noção de inferência, tanto de ordem linguística, cognitiva, quanto de ordem discursiva, para o entendimento da constituição das AAs. Enfatizamos o papel primordial da inferência cognitiva, para, a partir dela, focalizar e privilegiar a inferência lexical.

Assumimos, neste estudo, que as associações só são possíveis porque somos dotados de uma representação cognitiva (que parte de sistemas semânticos) que possibilita relacionarmos as “coisas” que percebemos no mundo⁶. Obviamente, para chegarmos a tal reflexão, é de suma importância o entendimento de outros tipos de inferências que ocorrem na linguagem, como a de língua e a de discurso.

Trabalhar com a noção de AA prevê um estudo acerca das construções semânticas e cognitivas, conforme o próprio Kleiber (2001) propõe, ao caracterizar as anáforas enquanto léxico-estereotípicas. Tendo isso em vista, consideramos relevante entender a noção de inferência a partir das diferentes acepções que garantem sentido ao termo: linguística, cognitiva e sociodiscursiva. Considerando essas diferentes acepções, definimos inferência e contextualizamos o trabalho aqui apresentado. Destacamos que, dependendo da abordagem teórica assumida, para o estudo do fenômeno em questão, o tipo de inferência que será posto em evidência poderá ser alterado.

Apresentamos um breve panorama das questões tratadas neste capítulo. Começamos pelo conceito de inferência proposto por Eco (1983), autor que define inferência privilegiando em seu estudo o sentido da língua. Primeiramente, salientamos que o pesquisador tem uma proposta muito mais voltada à filosofia da linguagem, trazendo uma concepção bastante ampla ao termo “inferência” (ou, como ele prefere, ao termo “abdução”).

A abdução discutida em Eco (1983) representa um tipo de inferência bastante geral, que incorpora aspectos discursivos, cognitivos e linguísticos, considerados todos juntos enquanto um tipo de abdução/inferência. O autor discute questões centrais no que tange à inferência, porém discordamos da forma

⁶ Atentamos aqui à distinção entre *mundo real* e *mundo projetado*, de Jackendoff (1983) (capítulo 4 da presente tese).

generalizada como ele aborda a questão. Preferimos tratar separadamente as diferentes inferências que são responsáveis pela construção dos sentidos, até mesmo por privilegiarmos, no presente trabalho, a inferência cognitiva como significativa para a associação. Assumimos que a inferência discursiva e a inferência cognitiva são explicadas a partir de mecanismos diferentes, abduções que se completam na construção do sentido, mas que não devem ser vistas de forma ampla ou generalizada, nem mesmo explicadas do mesmo modo.

Quando trabalhamos com a construção de estereótipos, no estudo das AAs, consideramos que eles são construídos com base nas vivências/experiências, mas são organizados *na mente*. Acreditamos que as diferentes inferências, juntas, podem se complementar para a construção dos significados, embora tenhamos manifestado que é a inferência cognitiva que está por trás da construção das AAs e mereça um espaço de destaque neste trabalho. A inferência discursiva, no nosso entendimento, aparece num segundo momento, como norteadora para outras significações e descrições que possam aparecer no texto. A inferência existente entre “**A xícara** caiu. A asa quebrou”, por exemplo, é, em primeira instância, cognitiva; a inferência discursiva se dará mais adiante, se preferirmos alterar “asa” por algum sinônimo (como alça, por exemplo); é nesse segundo momento que entrariam as relações discursivas (de conhecimento de mundo).

Para Kleiber, a significação, ou mais precisamente a associação, dá-se por nexos de significado entre elemento âncora e elemento anafórico. Ou seja, podemos relacionar “carro” e “rodas”, “árvore” e “tronco”, e assim por diante; a relação é estabelecida pelo léxico e pode ser considerada intrínseca no tocante aos elementos que constituem o primeiro termo. Nossa tentativa, aqui, é a de extrapolar essa condição, explicando que mais do que nexos de significação, temos contribuições, principalmente, cognitivo-lexicais para o estabelecimento de associações.

Da noção mais ampla, proposta por Eco, passamos a uma noção mais específica de inferência, explicada a partir da acepção cognitiva (semântica), com base em Ilari (2001), que traz a proposta de que toda e qualquer percepção fica armazenada em um *buffer* cognitivo. A partir desse armazenamento, torna-se possível o estabelecimento de relações e de associações. No desenvolver dessas discussões, centramos em um tipo particular de inferência, que é a inferência lexical, focalizada na característica léxico-estereotípica com base nas considerações de

Jackendoff (1983) e Talmy (2001) (cap. 4 da presente tese). É sobre esses dois tipos de inferência (a cognitiva e a lexical) que dialogamos de forma mais precisa no desenvolvimento do trabalho, justamente por acreditarmos que temos propriedades mentais (estruturas conceituais) que têm papel significativo no estabelecimento de associações.

Quando discutirmos acerca desses fatos, abriremos um espaço para explicar que tal processamento é bastante próximo ao que acontece cognitivamente quando produzimos e interpretamos metáforas, conforme já sinalizado. Cabe mencionar aqui que essa aproximação não é afirmativa inédita da tese aqui apresentada. Kleiber em seus estudos já sinalizou tal aproximação e outros trabalhos seguem essa mesma orientação, como Martins (2001). Para essa discussão, mencionamos os estudos de Lakoff e Johnson (2002), autores que trazem uma reflexão sobre o modo como as pessoas compreendem a linguagem e a sua experiência. Ao assumirmos que o processamento das AAs pode ser explicado pelo mesmo fundamento das metáforas, levamos em conta a interface entre cultura e cognição.

No viés discursivo/textual e cultural, ou seja, no sentido sociodiscursivo do termo “inferência”, baseamo-nos em Brown e Yule (1983). Damos também atenção especial aos trabalhos de Cavalcante (2011), que, embora não trate especificamente do tema inferências, trata da referenciação textual, destacando que as AAs de Kleiber (2001) não seriam possíveis a partir de critérios inferenciais, entendendo tais critérios enquanto traços cognitivos. Tal entendimento torna-se central em nossa pesquisa; por isso, traremos para o campo de discussão as questões levantadas pela autora. Optamos por esse tratamento, pois entendemos que há questões culturais, sociais e discursivas que podem possibilitar associações (principalmente de ordem indireta), mas consideramos, neste estudo, certa primazia ao aspecto cognitivo como fundamental no processo associativo, quando lidamos com as AAs. Temos fortemente marcada, nos estudos atuais da Linguística Textual, a influencia discursiva e inferencial na explicação dos fenômenos de referenciação, mas reforçamos que as capacidades cognitivas merecem ser também estudadas/consideradas no estudo da textualidade.

Na seção seguinte, apresentamos um estudo mais detalhado de cada um dos quadros referenciais esboçados aqui: o da língua, o da cognição e o da sociodiscursividade.

2.1 A NOÇÃO DE INFERÊNCIA – UM CAMINHO DO LINGUÍSTICO PARA O TEXTUAL

No estudo do texto, é bastante defendido por teóricos como Marcuschi (2005) que o sentido se constrói, principalmente, pelas relações culturais e sociais que se estabelecem na interação. Ao trabalharmos com o texto, devemos, definitivamente, considerar o contexto de produção e, com isso, os aspectos discursivos que caracterizam toda a interpretação textual. Porém, devemos frisar que tal conhecimento só pode ser estabelecido a partir da percepção que temos do que é formado como cultural e socialmente adquirido. No tratamento da referenciação textual, então, torna-se importante destacar a inferência cognitiva, uma vez que tal inferência dá conta de muitos dos processos da inferência discursiva. E ambas se articulam/se completam quando estamos diante de um texto, no momento da interpretação.

Na tentativa de deixarmos mais claro: na compreensão textual, consideramos a textualidade e todos os fatores responsáveis pela construção do sentido do texto. Porém, ao observar o fenômeno da referenciação, no caso específico das AAs, atentaremos aos aspectos cognitivos (e semânticos) que mantêm – e que explicam – a relação associativa.

A ideia, neste momento, é trabalhar com os aspectos apresentados na seção anterior, detalhando-os, privilegiando a noção de inferência de ordem cognitiva. A fim de ilustrar como pretendemos analisar as construções anafóricas, retomamos as sentenças de Kleiber (2001), já citadas na introdução:

- (1) Os policiais inspecionaram **o carro**. As rodas estavam cheias de lama.
- (2) Ele se protegeu sobre **uma velha tília**. O tronco estava todo descascado.

As expressões sublinhadas “as rodas” e “o tronco” se realizam/ganham significados a partir de uma série de inferências, recuperações mentais (lexicais) e também sociais/culturais dos referentes, sem mencionar as inferências próprias da língua. Diante da primeira sentença, conseguimos associar a expressão “rodas” a “carro”. Tal associação se dá pelo fato de que conhecemos social e discursivamente um carro, mas também, e é o que defendemos aqui, pela relação léxico-

estereotípica que possibilita a associação entre os termos; há uma estrutura conceitual e semântica da percepção da “parte” em seu “todo”, que possibilita que a relação lexical seja possível, ou seja, há um nexos de significado entre “carro” e “rodas” que vai além do conhecimento puramente de mundo ou de língua. Em outras palavras: há traços intrínsecos marcados por condições cognitivas que tornam possível tal associação. Temos condições, a partir de categorias ontológicas e de sistemas semânticos, de identificar que “rodas” compõem “o carro”, que “rodas” é um traço constituidor de “carro”. E isso se desdobra, podemos dizer, numa inferência particular, semântica, entre termos do mundo.

Neste momento, oportuno esclarecer uma distinção entre cognição, estrutura conceitual e léxico: a cognição trata do tipo de relação (por exemplo, a relação todo-parte); a estrutura conceitual diz respeito ao modo como esses elementos cognitivos (a parte em relação ao seu todo) se manifestam, que caminhos, que traços de língua explicam o tipo de relação; e o léxico está na língua propriamente, trata-se dos termos/do léxico selecionado (no caso, o carro e as rodas). Assumimos que o contexto não cria a relação associativa – o contexto pode direcionar tal associação, mas não a garante – quem a garante é o léxico.

No exemplo (2), a relação entre “velha tília” e “o tronco” é ainda mais interessante, pelo fato de que a anáfora “tronco” ajuda na construção do significado do objeto do discurso “velha tília”, colocando-a como um tipo específico de árvore. Esse reconhecimento é acionado pela anáfora. Isso fortalece a ideia de que há uma relação lexical entre o todo e a parte.

Mas como podemos explicar tais relações/associações? Como definir a inferência como um conceito teórico que perpassa tanto o campo sociodiscursivo, posto que a inferência se efetiva pelo nosso conhecimento cultural, como também o campo cognitivo, posto que tal conhecimento está organizado numa estrutura conceitual da linguagem, estando armazenada em um *buffer* cognitivo? Essas são algumas das questões que permeiam o presente estudo. A resposta para explicar tal relação tangencia a noção de que experienciamos as coisas no mundo, mas as organizamos na mente. Assumimos que há uma relação lexical do tipo todo-parte que explica a interpretação e o caráter de previsibilidade existente entre “carro” e “rodas” e entre “velha tília” e “tronco”. Ao privilegiarmos os aspectos cognitivos, não excluimos os outros tipos de inferências que ora são importantes: os conhecimentos acerca da língua e os conhecimentos de mundo (sociais). Salientamos, inclusive,

que, em casos de anáfora indireta, as inferências discursivas serão fundamentais na construção dos sentidos.

Para desenvolver o que já foi brevemente discutido – o primeiro aspecto, o da língua –, tomamos como base a noção de definição, de hipótese e de abdução, proposta por Eco (1983). Em sua discussão, Eco recupera a noção aristotélica do termo “definição”. Segundo o autor, para Aristóteles, definir algo pressupõe estipular um *genus* (gênero) e uma *differentis specifica* (diferença específica). Em outras palavras, podemos dizer que, no estudo da definição, faz-se necessário atentar-se a aspectos que são comuns dentro de um determinado gênero, ou seja, aqueles que definem não provam a existência de algo definido.

Para Aristóteles (1960 *apud* Eco, 1983, p. 220), “uma definição apenas diz o *quê* uma coisa é e não que uma coisa é.” (grifos do autor), e Aristóteles acrescenta que “dizer o que uma coisa é também significa dizer porque é assim, ou seja, conhecer a causa de ser assim. Essa causa irá atuar como um termo médio na futura dedução, capaz de inferir a existência da coisa definida.” Ou seja, a definição se constitui a partir da causa e não da intenção. Esse conceito pode ser estendido à própria construção associativa, em que se relacionam elementos de um mesmo campo semântico. Para o tratamento da noção de hipótese, Eco (1983) afirma que a hipótese nunca é objeto de certeza, mesmo que a situação seja evidente, sempre há a possibilidade de haver alguma outra explicação.

Em nosso estudo, podemos nos aproveitar dessas questões, na medida em que estudar inferências pressupõe um estudo baseado também na definição e na hipótese, no porquê de as coisas serem de determinado tipo ou determinadas/constituídas por determinados elementos (e não por outros). Essa reflexão possibilita o próprio entendimento da relação léxico-estereotípica e também torna possível o estudo acerca das relações entre sentido e referência/verdade, que discutiremos no capítulo 4 desta tese. Afinal, pensar na definição leva-nos a pensar sobre o que vemos e como falamos sobre o que vemos. Aqui, é interessante estabelecer uma relação com a noção de mundo projetado e de mundo real, discutidos em Jackendoff.

Para contextualizar a noção de inferência que começamos a discutir, vejamos o silogismo aristotélico⁷, recuperado de Eco (1983):

Todo homem é mortal

Sócrates é homem

∴ Sócrates é mortal

Nas premissas acima, observamos *o termo médio*, ou seja, o elemento em evidência, que é retomado, “Todo homem” (primeira premissa) e “homem” (segunda premissa); observamos também *o primeiro termo* “mortal” (primeira premissa) e o *último termo* “mortal” (terceira premissa). O termo médio, portanto, seria “todo homem/homem”. Interessante destacar que os estudiosos (Eco e até mesmo Aristóteles) trabalham com a lógica *entre as sentenças*. No exemplo acima, trabalhamos com as relações lexicais presentes *nas sentenças*, portanto, a análise que fazemos desse silogismo se dá da seguinte forma: entre “mortal” (termo maior), “homem” (termo médio) e “Sócrates” (termo menor), há uma relação associativa a partir da ideia de que Sócrates é um homem. Tal análise difere de uma consideração acerca da sentença como um todo, conforme as análises lógicas, que estão mais preocupadas com as relações lógicas/formais entre sentenças, proposições. Na lógica, a preocupação se estabelece entre premissas e conclusão, o que constitui o silogismo. No exemplo apresentado, refletimos sobre o silogismo que ganha sentido a partir dos itens lexicais.

O que constatamos, com base no silogismo, é que, desde Aristóteles, a linguagem sempre aparece marcada por relações/associações. Ou seja, a associação pode, portanto, ser entendida como uma característica constitutiva da linguagem. Temos primitivos que tornam a associação possível; por isso, não podemos tratar as AAs enquanto pura e simplesmente um recurso textual, ou algo que deve ser aprendido pelos sujeitos. Desde os primeiros estudos sobre a linguagem, temos uma reflexão associativa, mesmo esse fenômeno (no caso, a AA) não sendo explicitamente destacado na época.

⁷ É importante destacar que Aristóteles apresenta uma preocupação retórica discursiva ao tratar das premissas; sua preocupação foi explicar e entender os argumentos no discurso.

A ideia de Aristóteles era basicamente chegar a conclusões a partir de premissas (afirmações), o que vem a explicar o sentido de inferência e de argumentatividade, ou seja, a possibilidade de fazermos inferências a partir do que nos é dado. Na língua em funcionamento, na textualidade, temos outros tipos de relações/associações, estabelecemos outros tipos de inferências, inferências que são diferentes das que nos são apresentadas no silogismo, mas que mantêm relação semelhante. A partir de Kleiber temos acesso a alguns tipos (meronímica, actancial, locativa e funcional).

Aristóteles (*apud* Eco, 1983) traz um sistema de pensamento baseado em sentenças que já sinaliza a associação. O filósofo trabalhava com o raciocínio, baseado em estrutura de sentenças. Na presente tese, pretendemos trabalhar com o raciocínio, mas a partir de uma base léxico-estereotípica.

Para mostrar que a mente tem papel na construção dos sentidos, passamos ao estudo da noção de abdução. Para isso, retomamos uma passagem em que Eco apresenta Peirce (1965): “Ele não apenas identifica Abdução com *apogoge*⁸, como também sustenta que a abdução rege todas as formas de conhecimento, até mesmo a percepção e a memória.” (ECO, 1983, p. 224). Isso significa afirmar que a inferência perpassa o conhecimento de mundo, e considera todo o conhecimento que podemos ter: o linguístico, o discursivo, o cognitivo. Isso justifica também o papel da mente em todas as formas de conhecimento e de interpretação.

Explicamos o primeiro dos questionamentos a partir da reflexão sobre o silogismo proposto, evidenciando que é próprio da linguagem associar elementos, ou seja, a capacidade de fazer associações é inerente à linguagem e à aquisição cognitiva, por consequência, é própria da aquisição do léxico. O segundo questionamento pode ser esclarecido/justificado pelo fato de que há um fundamento semântico que explica as associações, o que estudamos a partir de categorias ontológicas, de primitivos semânticos, que são universais. Devemos olhar para algumas justificativas que estão centradas no estudo da mente, nas relações e capacidades cognitivas, o que conseguimos com base no estudo de categorias ontológicas (Jackendoff) e de primitivos semânticos (Talmy).

⁸ Sobre *apogoge*: “inferência que fazemos quando é óbvio que o primeiro termo se aplica ao médio, mas não é óbvio que o médio se aplique ao último termo, ainda que, no entanto, é mais provável, que a conclusão” (Aristóteles, 1960 *apud* Eco, 1983).

Da concepção mais ampla de inferência (a da língua), partimos agora para a reflexão de inferência a partir do viés cognitivo, que bastante nos interessa aqui. A AA faz uso de uma competência que nada tem de caótica, e que resulta, ao contrário, altamente estruturada (ILARI, 2001). No nosso entendimento, além de estruturada, podemos considerá-la enquanto cognitivamente sistematizada, presente nos usos da linguagem, nos textos. Ilari (2001) ainda acrescenta, quando comenta sobre alguns dos privilégios das anáforas, não só das associativas, que:

a anáfora não é apenas um mecanismo de preservação de referentes, e nem mesmo um mecanismo de preservação de conteúdos. Tem pouco a ver com formas, e tem pouco a ver com mundo; ao contrário, tem muito a ver com o modo como o mundo é armazenado em algum 'buffer cognitivo'. (ILARI, 2001, p. 123)

O autor ainda acrescenta: “a anáfora é um forte argumento para que, entre a linguagem e o mundo, queiramos situar uma interface que não é neutra, mas guarda as marcas cognitivas (culturais? psicológicas? sociais?) de nosso envolvimento com determinados grupos sociais que interpretam e conhecem”. (p. 123-124). Em seu texto, o autor aponta a explicação cognitiva como a mais válida para explicar semanticamente as relações anafóricas. Aproveitamo-nos desse argumento para sustentar nossa tese.

Defendemos, nesta tese, que a construção da relação associativa é fundamentalmente cognitiva. Como infere Ilari (2001), no tratamento das anáforas em geral, já que “tem pouco a ver com forma” e “tem pouco a ver com o mundo”, a anáfora não é resultado de um esforço apenas social, e sim de capacidades cognitivas. É só com uma estruturação que conseguimos associar e relacionar elementos. Essa estruturação será entendida como uma representação cognitiva em Talmy (2001), e uma estruturação conceitual em Jackendoff (1983). Sobre esse tipo de inferência e o desdobramento cognitivo⁹/lexical, dedicamos integralmente o capítulo 4 desta tese. Por isso, aqui a tratamos de forma um pouco sucinta.

Na tentativa de explicarmos tal “participação” cognitiva, assumimos que as AAs são construídas com uma base inferencial que se aproxima do funcionamento da construção metafórica, conforme já sinalizamos. A analogia entre AA e metáfora

⁹ Jackendoff (1983) traz a noção de semântica cognitiva, entendendo a semântica enquanto parte da cognição. Por isso, neste estudo, apresentamos sempre uma em relação com a outra.

não é nova. Conforme já apontado, tal aproximação aparece em outros trabalhos, como, por exemplo, o estudo desenvolvido por Martins, em que a autora afirma:

Em termos muito gerais, a Metáfora pode definir-se como um fenômeno de transferência de um nome, que usualmente tem uma certa denotação, para designar uma outra entidade em virtude de estabelecer com esta uma qualquer analogia. A Metáfora é o resultado dessa aproximação entre os termos.

Com alguma frequência, num texto ou discurso, os termos de uma Anáfora Associativa, tanto o antecedente como o anafórico, podem ser termos metafóricos e a sua interpretação ficará, então, condicionada a parâmetros vários dos interlocutores, tanto empíricos como cognitivos, a nível da observação, experiências, sentimentos, conceitos, valores, cânones, estereótipos e muitos mais. (MARTINS, 2001, p. 47)

Ainda sobre as metáforas, destacamos aqui a passagem de Lakoff e Johnson que evidencia que a metáfora é pressuposta na linguagem.

Os conceitos que governam nosso pensamento não são meras questões do intelecto. Eles governam também a nossa atividade cotidiana até nos detalhes mais triviais. Eles estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas. Tal sistema conceptual desempenha, portanto, um papel central na definição de nossa realidade cotidiana. Se estivermos certos, ao sugerir que esse sistema conceptual é em grande parte metafórico, então o modo como pensamos, o que experienciamos e o que fazemos todos os dias são uma questão de metáfora. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 45-46)

Com base na citação, entendemos que, ao propormos que a associação se aproxima da construção metafórica, fica nítido que há a questão da experiência, do que é discursivo e cultural para a construção dos sentidos. Porém, como propõem os mesmos autores, “a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza” (LAKOFF; JOHNSON, p. 45). Traduzimos “pensamento” e “ação”, respectivamente, por “cognitivo” e “social” ao relacionarmos a passagem com o funcionamento das AAs. Desse entendimento, trazemos uma proposta de articulação e de entendimento da passagem, relacionando “linguagem” com o primeiro aspecto tratado aqui, a inferência da língua, de Eco; “pensamento”, ao segundo tipo de inferência, a cognitiva, a partir de Ilari; e “ação”, ao terceiro tipo de inferência, ainda a ser trabalhado, a partir de Brown e Yule (1983), que diz respeito ao discurso. Vemos assim como as questões estão

estritamente relacionadas, tanto no tratamento das AAs quanto no tratamento do processo metafórico.

Lakoff e Johnson (2002) afirmam ainda:

Conceitos metafóricos podem ser estendidos para além do domínio das formas literais ordinárias de se pensar e de se falar, passando-se para o domínio do que se chama de pensamento e linguagem figurados, poéticos, coloridos ou fantasiosos. Assim, se ideias são objetos, podemos vesti-las com roupas sofisticadas, manuseá-las, ordená-las bem direitinho etc. Dessa forma, quando dizemos que um conceito é estruturado por uma metáfora, queremos dizer que ele é parcialmente estruturado e que ele pode ser expandido de algumas maneiras e não de outras. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 57)

Considerando esses diferentes domínios de sentido, fixamos a aproximação entre o sentido metafórico construído e as associações. Podemos dizer que o movimento de interpretabilidade que se estabelece, pelo uso metafórico, e é possibilitado pelo cultural, é o mesmo nas AAs. É importante destacar que a metáfora toma base da cognição, e essa base é mantida pelas AAs, mas o processo metafórico é de todas as anáforas, e diz respeito a como entendemos um conceito a partir de outros. Ou seja, as metáforas estão relacionadas também aos demais tipos de anáforas, como por exemplo, as anáforas diretas, e não só às associativas.

O conhecimento perpassa pelo cultural, a percepção perpassa pela cultura. Lakoff e Johnson (2002, p. 48) reforçam essa questão com mais essa passagem: “A afirmação mais importante que fazemos até aqui é que a metáfora não é somente uma questão de linguagem, isto é, de meras palavras. Argumentaremos que, pelo contrário, os *processos do pensamento* são em grande parte metafóricos”. Acrescentamos ainda que a metáfora deixa de ser estudada enquanto algo figurado, para ter um sentido lexical. Essa tese, proposta pelos autores, serve, em nosso estudo, como um argumento de analogia para discutirmos a construção associativa.

Até aqui podemos ver que há um ponto de articulação e interlocução com o tema metáfora, linguagem, associação e cognição.

Chamamos atenção aos estudos de Cavalcante (2011) que aproxima a noção de inferência ao conceito de sociodiscursividade. Ao propormos, aqui, uma discussão separada sobre os diferentes tipos de inferências, não podemos deixar de ressaltar que se trata de uma opção de discussão, pois teoricamente até podemos discuti-las como questões separadas, mas não opostas, tendo em vista que o conhecimento perpassa o cognitivo e o social. Em outras palavras: temos, no trato

da linguagem, o pensamento e a ação. Passamos agora à discussão do último tipo de inferência aqui explicitada, a sociodiscursiva.

Cavalcante (2011) faz menção, em seu trabalho, à proposta de Kleiber, com o fim de contestá-la, por entender que o autor não privilegia o trabalho com o texto nem com a inferência. A autora afirma:

O ponto de vista que sustentamos aqui é de que, malgrado as inegáveis associações de natureza meronímica, locativa, funcional e actancial (e até outras não cogitadas por KLEIBER, 2001), todas as anáforas são, na realidade, inferenciais, e nada assegura que, cognitivamente, a ativação do anafórico indireto seja engatilhada somente pelos condicionamentos semânticos descritos pelo autor. Ademais, contraditório seria, ante os posicionamentos de que partimos, aceitar o pressuposto de que um referente seria acessível, cognitivamente, apenas por uma associação totalmente estabilizada na língua, e dada *a priori*. Mesmo o que se supõe estável, porque compõe nossos conhecimentos linguísticos, passa a se resignificar e a se reconstruir referencialmente nas práticas discursivas. (CAVALCANTE, 2011, p. 70)

A citação da autora coloca em evidência as prática discursivas que acabam por contribuir na (re) construção e (re) significação das associações, inclusive das AAs sugeridas por Kleiber. Trazemos essa passagem, não para contestá-la, embora estejamos partindo de uma acepção cognitivista, mas para colocar em discussão alguns aspectos atrelados à relação associativa. Segundo a autora, é na prática discursiva, principalmente, que os sentidos e, principalmente, as associações ganham significado. O que pretendemos com nosso estudo é dar certa primazia às questões semânticas, deixando as questões sociodiscursivas num segundo plano. Acreditamos que seja acessível darmos um tratamento semântico e cognitivo para as AAs e, para isso, assumimos uma fundamentação semântica para o fenômeno das AAs. Selecionamos o trabalho com o texto, como corpus para observarmos as AAs ali presentes, mas temos ciência de que se observarmos o papel das AAs em relação ao discurso que ali se constrói certamente as contribuições contextuais serão importantes. O que propomos é uma investigação que privilegia a discussão e explicação das relações associativas presentes no texto a partir da semântica cognitiva.

Ainda sobre inferência, Cavalcante (2011) vai afirmar:

Não negamos, contudo, que algumas inferências sejam mais facilitadas do que outras pela ligação entre os campos semânticos. O que estamos pondo em questão são os critérios (frágeis) alegados, até o momento, para opor as

associativas às inferenciais. Não aceitamos que se pleiteiem informações pertencentes exclusivamente ao léxico, como se independessem de aspectos pragmáticos e que, por outro lado, reivindicuem-se outras informações que estão fora do léxico e que se aloquem exclusivamente em conhecimentos culturalmente compartilhados. Como metrificar as fronteiras de cada um? (CAVALCANTE, 2011, p. 70)

Não consideramos os critérios lexicais como “frágeis” e sim como significativos no estudo das AAs. Modelamos nosso estudo diferentemente da proposta da autora, por entendermos que existe uma base cognitiva forte (ou constitutiva) que dá conta da relação léxico-estereotípica proposta, como o próprio Kleiber (2001) aponta. Certamente, concordamos com a autora quando ela afirma que há inferências mais facilitadas do que outras, e acreditamos que as propriedades de Kleiber, juntamente com as teorias de Talmy e Jackendoff, explicam essa aproximação a partir de traços justificados pela semântica cognitiva.

Brown e Yule (1983), contrapondo-se a Halliday e Hasan (1976), afirmam que o ouvinte não tem acesso direto ao que o produtor de dado texto manifesta. Por conta disso, diante de um enunciado, o receptor precisa fazer uma série de inferências ou conexões entre enunciados para atingir a coerência do discurso alheio. Essas inferências, segundo Brown e Yule, são de diferentes tipos, podendo ser de conclusões específicas, de premissas específicas e, ainda, via inferência dedutiva. Independentemente do tipo de inferência, os autores defendem que sempre é importante considerar o conhecimento de mundo dos envolvidos e a situação discursiva que está em evidência. Temos que salientar: os pesquisadores aqui sugeridos para tratar das questões do discurso, Brown e Yule (1983), apresentam uma base social e discursiva no tratamento das questões da linguagem, porém destacam alguns aspectos cognitivos na construção dos sentidos.

Os autores tratam também da noção da coerência no discurso, justamente na tentativa de esclarecerem a noção de inferência defendida em seus estudos. Brown e Yule apresentam duas formas de organização do conhecimento na memória: os *frames* e os *scripts*. Eles consideram que ambos os termos têm sido muito influentes nas pesquisas sobre como o discurso é entendido. Essas noções apresentam alguns pontos em comum com o estudo das anáforas associativas na medida em que lidam com o campo semântico das palavras. Outro ponto é que os autores entendem a inferência enquanto ação, ou seja, o texto é entendido enquanto uma ação (uma prática), a partir de uma perspectiva de interação.

A noção de *frame*, para os autores, é uma forma de representar o conhecimento que é usado na produção e no entendimento do discurso, podendo ser encontrado na teoria do *frame*, de Minsky (1975 *apud* BROWN; YULE, 1983). Minsky propõe que nosso conhecimento seja estocado na memória em forma de estruturas (os *frames*), e que representam situações estereotipadas. Essa noção aproxima-se muito com o que veremos na AA, principalmente de tipo meronímico. Parece muito com uma relação de campo semântico.

Quanto à noção de *script*, esta vem sendo tratada como análoga à noção de *frame*. A noção de *script* vem sendo desenvolvida por Schank e Abelson (1977) (*apud* Brown; Yule, 1983) para investigar a relação entre atitudes e comportamentos, mas quando aplicada ao estudo do texto, aparece como dependente do contexto.

A partir do esboço feito até o momento, pudemos compreender e delimitar as noções de inferência (cognitiva e discursiva), considerando a noção de modelos mentais, de produções associativas e de estrutura conceitual da linguagem como articulados.

O conceito de inferência que formulamos na tese, com base nos teóricos discutidos, pode ser sumarizado a partir das seguintes considerações: entendemos inferência enquanto conhecimentos que são provenientes de diferentes “fontes”, de cunho linguístico-textual: da língua, da cognição, do social ou do discursivo. Por isso, propusemos, no título da seção, um caminho que passa do linguístico ao textual. Temos ciência de que as relações cognitivas são permitidas/acessíveis, muitas vezes, em função de conhecimentos culturais e sociais, de experiências que são compartilhadas socialmente. Há inferências de naturezas distintas que se completam na textualidade, possibilitando a coerência e a interpretação de um discurso, de um texto.

É importante destacar que o estudo da referenciação pode ser explicado a partir de diferentes abordagens, a que optamos aqui se deterá sobre a cognição, apoiando-se sobre a inferência cognitiva e lexical, principalmente.

Dando continuidade a esse primeiro capítulo, apresentamos a visão de aplicação escolar da referenciação, propondo uma revisão dos autores clássicos do estudo da referenciação no quadro da Linguística Textual do Brasil, tais como Marcuschi e Koch (2002) Marcuschi (2005), Koch (2005) e Cavalcante (2004/2005). Para dar conta desta unidade, apresentamos ainda uma seção, neste primeiro capítulo, intitulada *A referenciação textual: aspectos cognitivos, semânticos e*

sociodiscursivos, que explora os estudos na área da referenciação, a distinção entre referência e referenciação, bem como aspectos que constituem e proporcionam a relação entre âncora e anáfora: os aspectos cognitivos e semânticos, promovendo uma discussão acerca do tema *anáfora*.

2.2 A REFERENCIAÇÃO TEXTUAL: ASPECTOS COGNITIVOS, SEMÂNTICOS E SOCIODISCURSIVOS

É a partir do entendimento de inferência enquanto “entrada” discursiva, cognitiva e de língua que partimos para o estudo que aqui nos interessa: a referenciação textual, tratada nesta seção com base em uma revisão mais geral, mas bastante significativa para as discussões sobre a associação. Há, nas construções associativas, e na referenciação como um todo, inferências necessárias para a construção de sentidos.

Podemos entender a referenciação textual como um dos processos responsáveis pela coesão do texto, que se combina com sua articulação, garantindo seu sentido.

Assumimos, na seção anterior, uma concepção diferente à apresentada em Cavalcante (2011) no que diz respeito à temática das AAs, de um modo particular. Tomamos também um direcionamento distinto ao de teóricos como Marcuschi e Koch (2002), por privilegiarem, em certa medida, as questões sociais que atuam no processo de construção dos sentidos das anáforas. Como sabemos, a linguística textual, de uma forma geral, privilegia o estudo da referenciação a partir dos aspectos sociodiscursivos/contextuais. Embora tenhamos sinalizado algumas contradições em relação aos posicionamentos desses autores, revisar o quadro teórico desenvolvido por eles é imprescindível, tendo em vista que o estudo da referenciação avançou muito por mérito desses estudiosos. Nesta seção, damos início às discussões, fazendo menção a esses autores, pois reconhecemos o campo de pesquisa e suas contribuições para o estudo do texto e da referenciação.

Marcuschi e Koch (2002) esclarecem que a referenciação desempenha papel importante na organização do texto e, por decorrência, na construção do sentido. A *referenciação* constitui uma operação pela qual representamos e

denominamos, por meio das palavras, os seres, os objetos, os sentimentos (CAVALCANTE, 2003). Em outras palavras, a referenciação diz respeito à retomadas, às menções de um elemento posto inicialmente no discurso. Acrescentamos aqui que tal organização é possibilitada pelo conhecimento da língua também.

Marcuschi e Koch (2002) consideram a *referenciação* como o estudo que se ocupa das relações entre os referentes. Estudar a referenciação é estudar a relação de retomada entre termos (entre elemento âncora e elemento anafórico). Tradicionalmente, a anáfora foi definida como uma estratégia de retomada em que um elemento linguístico refere-se a outro que o antecede (KLEIBER, 2001). As retomadas de elementos no texto, com que o estudo da referenciação se ocupa, podem se dar, basicamente, de forma direta, indireta, associativa, dentre outras.¹⁰ Acrescentamos aqui nosso posicionamento de que as retomadas são possibilitadas pelo aspecto cognitivo, que organiza a relação entre o mundo real e o mundo projetado (cap. 4 desta tese).

Diante do interesse em estudar os processos de referenciação, em especial, o associativo, faz-se necessário discutir a distinção entre referência e referenciação, tendo como preocupação defini-las e diferenciá-las. Pensamos nessa questão a partir das reflexões apresentadas por Cavalcante (2005), Koch (2005), Marcuschi e Koch (2002), e Mondada e Dubois (2003). Temos ciência de que o termo *referenciação* recebeu este tratamento dentro da área da Linguística do Texto, justamente por estar relacionado a representações, às relações entre referentes no texto. Apesar de neste trabalho privilegiarmos o estudo da semântica cognitiva, consideramos oportuno manter a denominação *referenciação*, tendo em vista que o termo “referenciação” já apresenta um uso consensual nos estudos da linguagem. O fato de analisarmos esse fenômeno no texto também justifica nossa escolha pelo termo referenciação.

Para tratar da distinção entre referência e referenciação, fazemos menção aqui ao trabalho anterior¹¹ (MACHADO, 2009), em que discorremos acerca da distinção entre esses dois termos, a partir da teoria de mundo ordinário e mundo

¹⁰ Não privilegiamos, na presente tese, todas as possíveis estratégias de referenciação, mas vale ressaltar que há outros movimentos de retomadas como encapsulamentos, descrições definidas etc., que também são importantes na construção do sentido de um texto.

¹¹ Dissertação “Anáforas nominais indiretas em gêneros ‘redação de vestibular’” (MACHADO, 2009).

discursivo de Bronckart (1999). O que é importante sobre esse aspecto é o fato de que os referentes estão no mundo, e não no texto; no texto, na unidade do discurso, temos a representação dos referentes. No estudo da referenciação, tratamos, portanto, de atividades discursivas, que dizem respeito ao texto. O mundo da representação, da textualidade, é o mundo da referenciação textual, que pode aqui ser posto em relação ao *mundo projetado*, às representações mentais, conforme sugerido em Jackendoff (1983). O mundo real é o mundo onde vivemos, o mundo da referência, onde as coisas de fato estão; e o mundo projetado é o mundo da representação.

Koch, Morato e Bentes (2005) acrescentam que, em função dos pensamentos recentes marcados por aspectos interacionistas e sociocognitivos, substitui-se o termo “referência” por “referenciação”, uma vez que

passam a ser objetos de análise as atividades de linguagem realizadas por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que constroem mundos textuais cujos objetos não espelham o mundo real, mas são, isto sim, interativamente e discursivamente constituídos em meio a práticas sociais, ou seja, são objetos de discurso. (KOCH, MORATO, BENTES, 2005, p. 8)

Rastier (1994, p. 19 *apud* MONDADA, 2003, p. 20) pondera que: “a referenciação não diz respeito à relação de representação a coisas ou estado de coisas, mas a uma relação entre texto e a parte não linguística da prática na qual ele é produzido e interpretado.”

É importante reportarmos aqui à questão da progressão referencial que remete aos processos de referenciação, às formas possíveis de referir elementos no texto, de forma que haja uma progressão textual, de sentido e de coerência. Essa constatação, sem dúvidas, é a mais óbvia no trato da referenciação; afinal, a particularidade da progressão textual é uma das contribuições do trabalho com a referenciação. Isso merece destaque no nosso estudo, na medida em que se faz necessário apontar para as características desse fenômeno. Na tese, damos ênfase à forma como as AAs, de base cognitiva, aparecem no texto. É fato, entretanto, que as estratégias de referenciação, independentemente de qual tipo, cumprem um papel indispensável na constituição textual, seja para referir ou retomar, evitando repetições e incoerências, proporcionando a continuidade e a conexão do/no texto.

Para Koch (2005), a discursivização ou textualização do mundo através da linguagem não faz referência a um simples processo de elaboração de informações,

mas a um processo de (re)construção do próprio real. Os objetos de discurso se (re) constroem no próprio processo de interação: “a realidade é construída, mantida e alterada não apenas pela forma como nomeamos o mundo, mas acima de tudo pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele” (KOCH, 2005, p. 34). Interpretamos e construímos nossos mundos na interação com o entorno físico, social e cultural. O fenômeno da referenciação é possível, pois há relações entre termos estabelecidas no contexto social e possibilitadas pela estrutura cognitiva.

Trazemos uma explanação sobre os processos de referenciação, bem como das funções/estratégias e formas de ocorrência entre o elemento fonte e anáfora. Entendendo tais estratégias, chegamos ao entendimento da construção associativa, também.

É importante destacar que “as anáforas são usadas sistematicamente para instaurar um universo de relações que liga no texto as diferentes entidades” (MARCUSCHI, 2004 *apud* ILARI, 2001, p. 196). Para chegarmos à definição de AA, julgamos necessário, antes, apresentar um estudo ilustrativo da anáfora direta (correferencial) e da anáfora indireta (não correferencial), lembrando que esta última é considerada por alguns autores como sendo equivalente à associativa, o que contestamos. Neste trabalho, tratamo-las como distintas, sendo as associativas um subtipo das indiretas.

Marcuschi e Koch (2002) apresentam dois conjuntos de estratégias de progressão referencial na língua: a referenciação por meio de expressões nominais definidas (que são recuperadas no texto – anáforas diretas) e a referenciação anafórica sem antecedente explícito (anáforas indiretas), ou seja, o elemento anafórico não recupera/não substitui o elemento âncora. Para esses estudiosos, essas estratégias desempenham papel importante na organização textual e na construção do sentido, marcando a sucessão de referentes, que é central do processo de textualização e relevante para a coesão e coerência textuais.

Na TABELA 1, de Marcuschi e Koch (2002), podemos observar algumas das estratégias referenciais.

TABELA 1 – Modelo geral para o processo de referenciação

PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO	INDICIALIDADE EXPLICITUDE		REFOCALIZAÇÃO IMPLICITAÇÃO ASPECTUALIDADE ± AVALIAÇÃO SUBESPECIFICAÇÃO HIPERESPECIFICAÇÃO						INDUÇÃO SITUACIONAL OU COTEXTUAL
	REFERENCIAÇÃO ESPECIFICADA		REFERENCIAÇÃO INFERIDA						REFERENCIAÇÃO CONSTRUÍDA
	MANUTENÇÃO REFERENCIAL		CORREFERENCIAÇÃO COM REFOCALIZAÇÃO			ALTERAÇÃO REFERENCIAL			INTRODUÇÃO DE REFERENTE
ESTRATÉGIA	ANÁFORA NOMINAL (repetição lexical)	ANÁFORA PRONOMINAL (Características de correferencialidade)	ANÁFORA NOMINAL (sinonímias paráfrases)	NOMINALIZAÇÃO (deverbal ou não e nome-verbo)	DESCRIÇÃO DEFINIDA (completa incompleta com permuta)	HIPONÍMIA HIPERONÍMIA (relação do tipo classe/ membro especificação individuação seleção)	RELAÇÕES INDIRETAS (conceituais associativas intrínsecas)	DEFINIÇÕES EXPLICAÇÕES (procedimentos metalinguísticos)	INDICIAÇÃO PRONOMINAL (referenciação induzida)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
RELAÇÃO COM O REFERENTE	Não recategorização		Recategorização						???
	Correferenciação				Não correferenciação				???
	Cossignificação	Não cossignificação							???

(MARCUSCHI; KOCH, 2002, p. 50)

Observamos, na tabela, os processos que se caracterizam pela manutenção referencial: as repetições lexicais (O policial fez uso da arma, **a bala** acertou o bandido. Peritos calculam o trajeto da bala); e as anáforas pronominais (**Pedro** é jogador de basquete. Ele tem apresentado um ótimo desempenho). As anáforas diretas retomam referentes previamente introduzidos; trata-se de um processo de reativação de referentes prévios (MARCUSCHI, 2005). “Uma remissão que retoma o referente como o mesmo indivíduo ou objeto é uma correferenciação” (KOCH; MARCUSCHI, 2002, p. 47). São casos desse tipo as relações com manutenção referencial: o uso de sinônimos ou designações alternativas, além das descrições definidas/apelidos).

As anáforas diretas, portanto, podem ser definidas como o processo de retomada do mesmo referente já ancorado no contexto (CAVALCANTE, 2003). Retomamos aqui o exemplo, a fim de discussão:

- (3) O policial fez uso da arma, **a bala** acertou o bandido. Peritos calculam o trajeto do projétil. [exemplo construído por nós]

Observamos, no exemplo, que “o projétil” retoma o elemento apresentado anteriormente “a bala”. Trata-se de uma anáfora direta, que substitui/refere o mesmo elemento mencionado primeiramente. Temos que elemento âncora e anafórico remetem ao mesmo objeto no mundo; por isso, a anáfora direta é considerada correferencial.

Quanto à anáfora indireta, segundo Marcuschi e Koch (2002, p. 217), “trata-se de uma estratégia endofórica de ativação de referentes novos e não de uma reativação de referentes já conhecidos.” Porém, a introdução dos elementos novos é previsível, recuperada pelo contexto. Um exemplo desse tipo anafórico é:

- (4) João podou **a árvore**, mas o proprietário do terreno não gostou.

Entre as expressões “o proprietário do terreno” (anáfora) e “a árvore” (âncora) temos uma relação anafórica indireta, tendo em vista que é preciso acionar, fazer inferências a elementos contextuais, ao conhecimento de mundo dos interlocutores, para que o sentido seja construído. Observamos que não se trata de um caso de correferenciação e sim de não correferenciação, “o proprietário do

terreno” pode ser inferido contextualmente a partir da situação dada na primeira oração. Chamamos atenção aqui para o fato de que “o proprietário do terreno” não faz parte do estereótipo de “árvore”; é preciso adquirir um conhecimento (de mundo) para estabelecer a relação indireta, podemos dizer que há uma relação indireta, mas não associativa, pois tal relação não é intrínseca. Inclusive, vemos que o sentido se estabelece pelo contexto. Tal relação é diferente da que ocorre entre “árvore” e “tronco”, conforme já discutido em outros momentos do trabalho, em que observamos que está na estrutura do item lexical a relação associativa. Há traços intrínsecos entre a relação parte-todo.

As anáforas indiretas, definidas por Marcuschi (2005, p. 217) como “estratégia endofórica de *ativação* de referentes novos”, dizem respeito às expressões nominais definidas ou pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente explícito no texto.

A *estratégia por associação* apresenta uma sequência de elementos que se encadeiam numa associação vinculada a um contexto central. Vejamos o exemplo a seguir, retirado de Kleiber (2001), já exposto na introdução deste trabalho.

(1) Os policiais inspecionaram **o carro**. As rodas estavam cheias de lama.

Observamos que “as rodas” providencia a continuidade referencial numa associação à expressão precedente “o carro”. A partir da expressão nova “as rodas”, temos a ativação de um novo referente, porém esse referente é previsível dentro do texto, uma vez que diante da expressão “carro” acionamos, dentre algumas possibilidades, a expressão “rodas”.

No capítulo seguinte, tratamos das AAs de forma bastante particular. Antes, cabe aqui uma breve reflexão sobre a coesão lexical, que pode contribuir para o entendimento das AAs.

Observamos que, em casos de associação, a relação se dá pelo léxico. A relação entre “carro” e “rodas” é lexical no sentido de que há uma aquisição lexical, um campo semântico que torna possível estabelecermos relações entre um todo e suas partes. As AAs podem ser explicadas a partir da coesão lexical, estudo proposto por Halliday e Hasan (1976). Segundo os autores, para que um texto se constitua enquanto tal, é importante que suas partes estejam relacionadas. Daí surge o fenômeno da coesão, que Halliday e Hasan (1976, p. 4, tradução nossa)

colocam como sendo semântica: “refere-se às relações de significado que existem dentro do texto, e que o definem como um texto”.¹²

Ainda segundo os autores:

Coesão ocorre onde a INTERPRETAÇÃO de algum elemento no discurso é dependente um do outro. Um PRESSUPÕE o outro, no sentido que não pode ser efetivamente decodificado exceto pelo recurso a este. Quando isso ocorre, uma relação de coesão é construída, e os dois elementos, a pressuposição e o pressuposto, são dessa forma ao menos potencialmente integrados no texto.¹³ (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 4, tradução nossa)

De modo geral, a referenciação se dá pela pressuposição de que algo já foi dito, mesmo que tenha sido dito ou não na sentença anterior. Essa forma de suposição, referindo-se a um item anterior, é conhecida como anáfora. Pela propriedade de integração entre termos, garante-se a coesão do texto e, por consequência, o sentido.

Passamos, agora, ao entendimento mais específico das AAs, que podem ser entendidas a partir do quadro semântico-cognitivo.

¹² Versão original: “it refers to relations of meaning that exist within the text, and that define it as a text.” (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 4)

¹³ Versão original: “Cohesion occurs where the INTERPRETATION of some element in the discourse is dependent on that of another. The one PRESUPPOSES the other, in the sense that it cannot be effectively decoded except by recourse to it. When this happens, a relation of cohesion is set up, and the two elements, the presupposing and the presupposed, are thereby at least potentially integrated into a text.” (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 4)

3 AS ANÁFORAS ASSOCIATIVAS: PARTICULARIZANDO O OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo, discutimos acerca da caracterização das AAs. Para isso, partimos das considerações de Kleiber (2001), pesquisador que tem se dedicado a tal estudo. Procuramos, neste trabalho, esclarecer a constituição do fenômeno, bem como discutir, a partir de um viés cognitivo, alguns pressupostos defendidos pelo autor.

Antes, dois aspectos precisam ser elucidados: primeiro, o fato de analisarmos as AAs em textos; segundo, o fato de optarmos por uma explicação cognitiva ao processamento anafórico. Sobre o primeiro aspecto, na introdução de sua obra *L'anaphore Associative*, Kleiber (2001) esclarece que trabalha com as AAs em frases por ele fabricadas, não se preocupando com a utilização das AAs textuais. E segue afirmando que há, em sua obra, pistas para a realização de um trabalho de cunho textual. Em nossa tese nos propomos a realizar tal investigação, analisando as anáforas nos textos¹⁴. Nos termos de Kleiber (2001, p. 4, tradução nossa), “Não colocaremos a tônica sobre a utilidade textual das anáforas associativas”¹⁵. O autor afirma ainda que a AA tem um papel capital na construção do sentido de um texto, na medida em que permite conhecer o novo sobre a base de um já conhecido, o que consiste em um processo de coerência textual econômico e original. Mesmo o autor não privilegiando o texto, ele põe em evidência a importância da construção associativa para a coerência textual.

Sobre essa questão, Ilari (2001) afirma:

Basta correr os olhos, para qualquer texto escrito ou falado, para convencer-me de que as anáforas associativas são extremamente numerosas em textos de todos os tipos, e permitem apresentar como conhecidos conteúdos que não foram previamente mencionados no texto, mas que podem ser associados a outros conteúdos que o foram. (ILARI, 2001, p. 103).

¹⁴ Pretendemos analisar as anáforas e seu funcionamento na *textualidade*. Entretanto, para a discussão teórica, apresentamos o estudo da referenciação e das diferentes estratégias associativas a partir de exemplos de frases curtas (e fabricadas). Nas análises, capítulo 5, exploramos as anáforas no texto de forma mais detalhada, cumprindo a proposta da tese.

¹⁵ Versão original: “Nous ne mettrons pas non plus l'accent sur l'utilité textuelle des anaphores associatives (...)”.(KLEIBER, 2001, p. 4)

Temos, assim, uma indicação da relevância de uma abordagem textual para o fenômeno das AAs. Justificamos aqui a discussão feita no primeiro capítulo: tratamos das inferências cognitivas e lexicais pelo fato de elas explicarem o fenômeno léxico-estereotípico das AAs. Antes, precisamos esclarecer: a relação associativa é explicada pelo viés cognitivo, já as construções de sentido implicam, além das questões aqui propostas, sempre na discursividade. Acreditamos que as inferências cognitivas dão conta de explicar as associações. Aliás, são elas que condicionam as associações, principalmente, se pensarmos no caráter léxico-estereotípico que caracteriza as AAs. Quanto às inferências discursivas, elas são importantes por estarmos tratando das AAs *nos textos*, e é relevante pensarmos que os processos de referenciação, principalmente no caso das anáforas indiretas, trazem descrições, referências que são construídas pelo/no contexto.

Sobre a opção cognitiva para a explicação do processamento anafórico das AAs, mencionamos Ilari, Buin e Zanin (2003), que afirmam não haver, na obra de Kleiber, esperança em explicá-la em termos cognitivos (fazendo referência à AA). Kleiber não se propõe a realizar tal investigação, que é a proposta desta tese.

Damos início ao estudo das AAs, entendendo sua definição a partir da relação (e distinção) entre AA e AI, compreendendo as diferentes propriedades que caracterizam cada uma delas.

3.1 DISTINÇÃO ENTRE ANÁFORAS ASSOCIATIVAS E ANÁFORAS INDIRETAS

Kleiber (2001) introduz a ideia de que há duas acepções para o termo “associativo”: uma ampla, a cognitivo-discursiva, e outra estreita, a léxico-estereotípica. Na acepção ampla, defendida por teóricos como Berrendonner (1994) e Erkü e Gundel (1987), AA e anáfora indireta são sinônimas. Segundo Kleiber (2001), a acepção ampla considera como AA todo tipo de relação indireta, discursiva e inferencial. Tem-se como característica, nesse tipo de acepção: a) o caráter anafórico, em que seu referente é identificado graças às informações presentes no contexto anterior e b) o caráter não correferencial, ou seja, o referente não aparece mencionado anteriormente no texto. Essas características servem também para caracterizar a perspectiva estreita, que apresenta algumas exigências a mais na

constituição da anáfora, conforme veremos, sendo a principal delas o *caráter léxico-estereotípico*. Na acepção estreita, a AA é vista como um subtipo da anáfora indireta, ou melhor, uma espécie do gênero mais amplo que é o das anáforas indiretas, e é assim que a entendemos nesta pesquisa.

O fenômeno léxico-estereotípico pode ser explicado simplificadamente como uma relação que se dá com base no já conhecido, no definido e naquilo que faz parte das características do referente mencionado previamente (KLEIBER, 2001). Ou seja, falar em relação léxico-estereotípica é estabelecer uma relação com o campo semântico das palavras, e, a partir do referente, selecionar outras expressões que a ele estão ligadas, constituindo uma relação todo-parte, uma relação trabalho/agente, ou ainda, uma relação objeto/substância. A anáfora associativa se apoia sobre uma relação *a priori* que faz parte de nosso saber presumido e que se associa com as questões previamente explicitadas. Sobre isso, podemos pensar no quanto essa relação tem de cultural e que aspectos, que tipos de conhecimentos são presumidos para tal realização, que traços são delimitados na caracterização das AAs.

Para distinguir as anáforas associativas das indiretas, referimos os exemplos a seguir, já mencionados na presente tese:

- (1) Os policiais inspecionaram **o carro**. As rodas estavam cheias de lama.
- (2) Ele se protegeu sobre **uma velha tília**. O tronco estava todo descascado.
- (4) João podou **a árvore**, mas o proprietário do terreno não gostou.

A partir dos exemplos, podemos explicitar a primeira diferença entre uma AA e uma AI. Nas primeiras frases (1) e (2), temos “as rodas”, AA de “carro”, e “o tronco”, AA de “velha tília”. Observamos que, nesses casos, há uma relação intrínseca entre elemento âncora e anáfora; sabemos que toda árvore é constituída por tronco e que os carros possuem rodas. Tais relações operam-se no modo do conhecido, e podemos dizer que há uma relação léxico-semântica, que apresenta característica de integração. Já no caso das anáforas indiretas, não há necessariamente esse caráter integrador (de pertencimento); obviamente há a previsibilidade, a possibilidade de estabelecermos uma relação, mas não uma associação, tal como estamos entendendo a AA neste estudo.

Observamos, então, o caso (4). Temos que “o proprietário do terreno” funciona como AI de “árvore”, pois o encaixamento inferencial não é instantâneo. É preciso apoiar-se no contexto e fazer uma inferência que não é imediata. Para estabelecer dada relação, precisamos de um conhecimento cultural/contextual e convencional, diferente do exigido na associação que ocorre nos casos (1) e (2), em que há uma relação léxico-estereotípica, há traços cognitivos que são definidores da relação associativa. Vemos que no caso (4) não se trata de uma relação lexical, e, sim, de uma relação em que o sentido se estabelece no discurso. É esse tipo de relação que caracteriza as AIs. Destacamos, inclusive, que proprietário do terreno não é condição para que se tenha uma árvore. A não correferenciação se estabelece pelo contexto.

Podemos aqui refletir sobre que traços são fundamentais para a caracterização de uma AA, qual a especificidade que deve haver entre termo âncora e anafórico? Por que não podemos considerar “o proprietário do terreno” enquanto AA da âncora “árvore”? A resposta que damos previamente é que deve haver uma relação lexical, de integração entre esses termos, e nesta pesquisa, entendemos que “o proprietário do terreno” não é elemento intrínseco de árvore, e sim um elemento que está ligado à situação de “cortar a árvore”.

Podemos mencionar ainda os seguintes aspectos que diferenciam as AAs das AIs, com base em Kleiber (2001):

- a) *As AAs são apresentadas por expressões que designam termos que são integrais e essenciais na composição referente/anáfora; já as anáforas indiretas caracterizam-se também por mobilizar termos que são acessórios.* A própria relação entre “árvore” e “o tronco” é puramente de integração, afinal, não existe árvore sem tronco.
- b) *As AAs têm uma base lexical explicitada nas relações semânticas entre itens lexicais, entre noções/estereótipos ou objetos apanhados fora do discurso; apoiam-se sobre as relações estabelecidas pelo texto. As AIs dos outros tipos podem se apoiar no conhecimento de mundo, no que é externo ao léxico.* A relação entre “árvore” e “o proprietário do terreno” é externa ao léxico, é estabelecida pelo conhecimento de mundo partilhado entre os envolvidos na interação.

c) Um último aspecto que pode ser explicitado, já comentado, diz respeito ao *motor de inferência*, ou seja, o *distanciamento de sentido entre o referente e a anáfora*. No caso das AIs, há um distanciamento maior, mas mesmo com esse distanciamento, é possível uma interpretação indireta, e nas AAs tal relação se dá pelo léxico e de forma instantânea.

Nas AAs, os elementos semânticos e os linguísticos acabam por auxiliar na construção textual. É o fato de podermos explicar semanticamente a relação associativa que justifica a principal distinção entre uma AA e uma AI. Quando tratarmos da semântica sugerida por Jackendoff (1983), no próximo capítulo, veremos que, no caso das AAs, a distância entre o mundo real e o mundo projetado é pequena, ou seja, imediata/instantânea. Já no caso das indiretas, pelo contrário, é exigido um conhecimento contextual que dê conta da relação, da interpretação, o que torna a distância entre mundo real e projetado um pouco maior. Em outras palavras: nas AIs, o discurso estabelece a relação entre mundo real e mundo projetado e nas AAs, tal relação se dá pela língua, pela cognição e pelo léxico.

Ilari, Buin e Zanin (2003, p. 357) resenham Kleiber (2001), e retomam a afirmação do autor de que: “(...) ao contrário das anáforas indiretas em geral, que podem mobilizar os conhecimentos mais variados, as AAs mobilizam sempre inferências de um tipo muito particular, cujo fundamento é (...) lexical-estereotípico.” Esse tipo de inferência, ao qual se refere Kleiber, pode ser caracterizado por uma relação “fechada”, única, da qual somente a semântica dá conta. Podemos dizer que as inferências discursivas podem abrir várias possibilidades de interpretação e de explicação, o que está de acordo inclusive com a citação feita, quando Kleiber revela que as AIs mobilizam conhecimentos variados. Enquanto que, no estudo das AAs, a explicação justifica-se, como já dito, pela relação lexical e cognitiva.

De acordo com Kleiber (2001), muitas vezes uma relação caracterizada por uma AI, não associativa, pode valer para outros contextos e situações, enquanto uma relação caracterizada por uma AA estabelece somente a relação lexical e semântica focalizada no momento, na relação em questão. Talvez agora possamos ter um pouco mais claras as discussões feitas no capítulo 2, quando tentávamos compreender os diferentes tipos de inferência que acionam as relações anafóricas. Lá, vimos que o sentido é determinado por inferências da língua, inferências cognitivas e discursivas.

Kleiber elenca quatro fatores essenciais que fundamentam a relação das AAs. Vejamos quais são eles:

- a) Introdução de um novo referente, que se faz com base em um já conhecido.
- b) Menção anterior de um referente diferente do da expressão anafórica, isto é, elemento âncora e anáfora não são os mesmos, fenômeno da não correferenciação.
- c) Relação entre o referente já mencionado e o novo referente sobre o modo do já conhecido.
- d) A AA é uma configuração discursiva e a esse título ela faz intervir as categorias linguísticas formais.

Esses quatro fatores já foram apresentados de forma implícita nesta tese. Propomos agora discutí-los com base em um exemplo, retirado dos dados da nossa pesquisa. O trecho a seguir refere-se ao texto 3, caracterizado pela sequência descritiva:

- (5) Do outro lado da baía, no bairro residencial de Mangueira, **a casa** do doutor Juvenal Urbino se situava em outro tempo. Era grande e fresca, de um andar só, e com um pórtico de colunas dóricas na varanda da frente, da qual se dominava a água parada de miasmas e escombros de naufrágios da baía. O chão estava forrado de pedras axadrezadas, brancas e pretas (...). (Gabriel García Márquez – O amor nos tempos de cólera, p. 28-29)

Podemos observar no trecho a relação associativa do tipo todo (a casa) e parte (o chão), entendendo o chão como parte constitutiva da casa. Observamos que a expressão “o chão” trata-se de um novo referente que se faz com base em um já conhecido, considerando obviamente os aspectos culturais que delimitam a noção de casa. A relação entre “a casa” e “o chão” é do tipo não correferencial, ou seja, o elemento retomado não recupera a âncora “a casa” e sim, parte dessa casa. Tal relação é marcada pelo caráter léxico-estereotípico.

No exemplo a seguir, também podemos discutir a presença das AAs e das AIs no funcionamento do texto¹⁶.

- (6) O ponto de venda mais forte **do condomínio** era a sua segurança. Havia as belas casas, os jardins, os playgrounds, as piscinas, mas havia, acima de tudo, segurança. (VERÍSSIMO, L. F. Segurança, 2001)

Analisando esse trecho, e assumindo a concepção de Kleiber, podemos dizer que o elemento âncora “condomínio” e o elemento anafórico “as belas casas” representam caso de anáfora associativa. Podemos assumir, seguindo o pressuposto de Kleiber que, é previsível, no estereótipo de “condomínio”, a referenciação a “casas”.

Observamos, agora, o exemplo que segue:

- (7) **Os condôminos** decidiram colocar torres com guardas ao longo do muro alto. Nos quatro lados. As inspeções tornaram-se mais rigorosas no portão de entrada. Agora não só os visitantes eram obrigados a usar crachá. (VERÍSSIMO, L. F. Segurança, 2001)

Como os casos de AIs mobilizam inferências variadas, o trecho do texto destacado acima ilustra caso de AI, em que “os visitantes” podem ser inferidos de forma indireta, a partir de “condôminos”.¹⁷

Para um entendimento mais preciso sobre a construção das AAs, propostas por Kleiber (2001), mencionamos algumas outras considerações do autor sobre o assunto. Dentre as questões centrais de que ele se vale para a discussão das AAs, o autor comenta acerca da definitude e indefinitude do antecedente anafórico, que

¹⁶ Num primeiro contato com os textos a serem analisados, percebemos que as construções textuais são mais complexas que as sugeridas na obra de Kleiber (2001). Pelo fato de o autor tratar de frases prontamente fabricadas, percebemos que as cadeias anafóricas, nas frases por ele apresentadas, relacionam-se de uma forma aparentemente mais simples, ou seja, elemento âncora e anafórico estão próximos e normalmente a anáfora está na posição de sujeito; diferentemente do que acontece em um texto efetivo, pois em algumas situações com as quais nos deparamos tivemos que considerar a âncora em um parágrafo e a anáfora em outro, caracterizando-se por estruturas frasais bastante diversificadas.

¹⁷ Como aqui foi feito um recorte do texto, não exploramos de forma aprofundada a construção da sequência.

discutiremos amplamente quando apresentarmos as propriedades do fenômeno estudado.

Passamos para o estudo de tais propriedades para podermos discutir e analisar a distinção entre AA e AI a partir de um critério teórico.

3.2 AS PROPRIEDADES DAS ANÁFORAS ASSOCIATIVAS

Para que a AA se configure como tal, há algumas propriedades, apresentadas por Kleiber (2001) que devem ser cumpridas, a saber: **1)** a definitude do termo; **2)** a orientação da relação associativa (transitividade); **3)** a condição de alienabilidade e **4)** a questão da congruência ontológica.

(1) A primeira propriedade que deve ser mensurada é a definitude do termo anafórico. Kleiber (2001) entende que, para que seja caso de AA, a anáfora deve ser precedida de artigo definido. Isso se justifica pelo fato de que as AAs caracterizam-se por representar a introdução de um novo termo, com base em um conhecido; além disso, a definitude atribui à anáfora um grau de acessibilidade determinado, diferente do que se espera quando a anáfora contém um pronome ou um demonstrativo. O artigo definido, na acepção comum, determina o substantivo, particularizando-o. Com a presença do definido, o substantivo torna-se já conhecido do leitor ou do ouvinte. Na acepção filosófica, a definitude do termo indica que não há mais do que um termo sendo referido (RUSSELL, 1912; 2008). Kleiber compartilha da ideia de que o SN indefinido faz referência a algo conhecido, não podendo, por isso, ser considerado anafórico, pelo menos não anafórico associativo.

Mencionamos aqui Kleiber:

[N]ós reconhecemos geralmente nos SN indefinidos a virtude de introduzir um novo referente não conhecido do interlocutor, quer dizer que não seja acessível ao interlocutor por outras informações além daquelas contidas no SN indefinido. Um SN indefinido, e isso é algo bem conhecido, não é, em geral, considerado como podendo ser anafórico.¹⁸ (KLEIBER, 2001, p. 15, tradução nossa).

¹⁸ Versão original: “on reconnaît généralement aux SN indéfinis la vertu d’introduire un nouveau référent non connu de l’interlocuteur, c’est-à-dire qui ne soit pas accessible à l’interlocuteur autrement que par les informations contenues dans le SN indéfini. Un SN indéfini, c’est une chose bien connue, n’est généralement pas considéré comme pouvant être anaphorique”. (KLEIBER, 2001, p. 15)

Segundo Kleiber, os indefinidos parecem *a priori* excluídos do sítio associativo, uma vez que, além de comprometerem o caráter “novidade”, pode-se dizer que acarretam uma perda do elemento a que se faz referência. Ou seja, não temos acesso ao elemento exato que está sendo referido (e, sim, a um dos elementos). No caso dos exemplos a seguir, para Kleiber (2001, p. 16), não temos acesso à qual roda está sendo referida e sim a uma relação de valor partitivo, em (11), e de posse, em (12). Vejamos os exemplos:

(8) Os policiais inspecionaram **o carro**. Uma roda estava suja de lama¹⁹.

(9) Os policiais inspecionaram **o carro**. Sua roda estava suja de lama.

Nesses exemplos, com a presença do indefinido e do possessivo, Kleiber considera que não se sabe qual roda está sendo referida, o que compromete o caráter da “precisão”, característico da AA. Defendemos, neste estudo, que, embora não tenhamos a definitude do termo anafórico, podemos, sim, ter relação associativa diante de indefinidos. Assumimos que essa relação pode de fato comprometer o caráter da novidade, mas não o caráter anafórico. Kleiber argumenta que no primeiro caso perde-se a relação de associação pelo fato de que se constrói uma relação partitiva/numérica (no caso, uma das quatro rodas). Defendemos que “uma roda” faz relação com carro na medida em que temos um elemento de um conjunto não unitário e não necessariamente uma quantidade. Trabalhamos com a ideia de que dentre tantas partes que constituem o carro, uma delas é mencionada, a roda.

É importante destacar que, embora Kleiber não assuma a possibilidade de indefinidade na caracterização das AAs, o pesquisador faz referência a autores que consideram como anáforas associativas elementos precedidos de indefinido, citando Hawkins, 1978; Erku e Gundel 1987, entre outros. Esses autores consideram que os indefinidos como *um, vários, muitos, certos* concebem a interpretação pelo modo associativo. Kleiber diz que esses autores consideram que a interpretação associativa passa necessariamente pela consideração de uma entidade já mencionada: o carro, a árvore. Compartilhamos das ideias desses pesquisadores,

¹⁹ Versão original: (8) Les policiers inspectèrent la voiture. Une roue était pleine de boue. (KLEIBER, 2001, p. 16)

considerando a possibilidade de associações diante da indefinidade do elemento anafórico.

Para sustentar esse ponto de vista, fazemos referência aqui, especialmente, ao estudo de Cunha Lima (2004), em que a autora discute a indefinidade do termo anafórico, contestando a ideia apresentada por Kleiber. Em seu trabalho, Cunha Lima menciona outros estudiosos como Chierchia (2003) e Hawkins (1977), autores com os quais também nos valem para compor nossa argumentação.

Começamos essa discussão com o questionamento posto por Cunha Lima (2004) a respeito da relação entre indefinido e progressão referencial:

qual a semântica do indefinido, que papel ele desempenha como determinante de uma sentença que lhe confere, em geral, este *status*? Qualquer teoria mais geral do funcionamento semântico do indefinido, para ser consistente, precisa assegurar que os casos especiais do indefinido como anafórico, efetivamente verificados em textos reais, sejam explicados. Esta condição, no entanto, está longe de ser cumprida por qualquer teoria do artigo indefinido de qual tenhamos tomado conhecimento, o que não é surpresa, já que várias delas partem da *impossibilidade da ocorrência anafórica do indefinido* para caracterizar este determinante. Por outro lado, as classificações já propostas para o estudo do indefinido anafórico procuram explicar as relações anafóricas (isto é, entre antecedente e anafórico), sem se deterem na semântica do indefinido. (CUNHA LIMA, 2004, p. 72, grifos da autora)

As ocorrências do indefinido anafórico são interessantes neste quadro, porque, segundo Cunha Lima (2004), constituem uma evidência processual forte para um modelo dinâmico de cognição. Na passagem, vemos que a questão do indefinido não é prontamente tratada dentro dos estudos da semântica, o que já adianta o fato de não trazermos uma resposta definitiva e exata para a indefinidade do termo anafórico no caso da AA. Certamente podemos assumir alguns posicionamentos, mas sempre terá espaço para aprofundamento no que diz respeito ao estudo dos indefinidos.

Começamos assumindo que expressões nominais indefinidas podem ser anafóricas. Cunha Lima afirma que, ao investigar as condições em que tais anáforas podem ocorrer, o estabelecimento da interpretação (ou da referência) das expressões nominais não depende da análise da expressão nominal em si, mas acontece ao longo do discurso, incorporando outros aspectos da sentença em que ocorre, mais especificamente a presença ou ausência de um verbo finito e o evento expresso por essa sentença (CUNHA LIMA, 2004, p. xiv).

Mencionamos aqui Hawkins (1977 *apud* CUNHA LIMA, 2004, p. 69) ainda sobre a presença da indefinidade do termo anafórico:

O que parece ocorrer é que o ouvinte, ao ouvir a descrição indefinida, introduz um objeto em sua bagagem de memória. O uso subsequente de um artigo definido com o predicado descritivo apropriado sinaliza, então, que o ouvinte deve pinçar o objeto em sua estocagem de memória. Assim, o ato de referir anaforicamente envolve uma forma de instrução ao ouvinte para que ele faça corresponder o referente linguístico da descrição definida com um objeto particular em sua mente, um objeto que foi introduzido em sua bagagem de memória no curso de alguma conversação prévia com o falante. (HAWKINS, 1977, p.–).

Nas palavras de Cunha Lima (2004):

o indefinido não parece apresentar nem restrições nem preferências quanto ao tipo de relação anafórica. Contudo, é fácil perceber que o indefinido não pode ocorrer de maneira aleatória, em qualquer situação. Existem algumas condições que permitem (ou exigem) o uso das expressões indefinidas. Se estas condições não foram encontradas no aspecto funcional é o momento de examinar mais detidamente o aspecto formal dessas ocorrências. (CUNHA LIMA, 2004, p. 86)

Assim como para Kleiber, outros autores também assumem que a indefinidade é apenas aparente. Para Kleiber, o que é retomado, em caso de indefinidade, é o conjunto (pressuposto ou já construído) do qual o elemento novo introduzido faz parte e sobre esse conjunto é feita uma operação de extração de uma subparte. Para o autor, esse uso partitivo não contorna a exigência de definitude para o anafórico porque o conjunto do qual uma parte é tomada é definido e esse aspecto definido do conjunto, segundo ele, é indispensável para que a anáfora opere com a associação. O indefinido estaria atuando mais como um numeral do que como um artigo.

Cunha Lima afirma que apesar da argumentação de Kleiber ser bastante convincente, não parece completamente certa. O fato de que existe algum conjunto definido no qual é possível localizar elementos do conjunto, embora enfraqueça o aspecto de *novo* do referente, não enfraquece o fato de que o indefinido funciona como anafórico. (CUNHA LIMA, 2004, p. 88)

A questão da indefinidade, embora tenha sido pouco recorrente nos dados de nossa pesquisa, será posta em discussão ainda, no momento das análises. Partimos, agora, para demais propriedades que caracterizam as AAs: outras três

questões merecem ainda destaque no estudo léxico-estereotípico das AAs. Vejamos a segunda delas.

(2) O sentido ou orientação da AA tem relação com a questão sobre qual o sentido em que a AA deve funcionar. Ou seja, no sentido todo-parte ou no sentido catafórico (parte-todo); a essa relação chamamos “o estudo da orientação da AA”.

A orientação diz respeito ao sentido de linearidade entre elemento âncora e anáfora, que normalmente se dá na relação todo-parte e não de forma contrária. Vejamos o exemplo²⁰:

(10) Derramei um copo de óleo **na sala**. O chão ficou manchado. [exemplo construído por nós]

Observamos, no exemplo, que “o chão” funciona como AA do elemento âncora “sala”. Enquanto constitutivo de uma peça da casa, podemos associar “sala” ao termo “o chão”. Vemos que, primeiro, temos o todo e, depois, a parte.

Kleiber apresenta em seu trabalho um teste que mostra que é possível termos a relação parte-todo, caso de AA invertida, desde que se possa incluir na frente do referente a expressão “um dos”, como no exemplo de Kleiber, 2001, (p.165):

(11) **Os pneus** estavam carecas. O carro derrapou.²¹

(12) Um dos pneus estava careca. O carro derrapou.

Nesse caso, o sentido ou orientação é possibilitado pela relação parte-todo. É possível pensarmos em um dos pneus do carro.

Já no exemplo que segue (KLEIBER, 2001, p. 192):

(13) **O prefácio** ficou curto, mas o livro também é.²²

(14) ? Um dos prefácios ficou curto, mas o livro é breve.

²⁰ Alguns dos exemplos foram sugeridos pela professora Teresa Cristina Wachowicz, na disciplina *Estudos dirigidos em Linguística I*. (2009)

²¹ Versão original: (11) “Les pneus étaient lisses. La voiture a dérapé”.

²² Versão original: (13) “Le préface est courte, mais le livre est bref.”

não é possível pensarmos numa relação parte-todo, pois em um livro existe um único prefácio. A sentença não passa no teste. Analisando o teste, consideramos a argumentação bastante frágil, pois podemos questionar o valor semântico que está implicado na relação; a proposta de substituição do artigo pela estrutura “um dos” não parece satisfatória. Perguntamos: qual a razão semântica para isso? Independentemente da resposta, temos ciência de que o aspecto da orientação auxilia no entendimento do sentido do texto, mas temos dúvidas em relação à validade dessa questão no funcionamento textual. Até que ponto isso implica um problema na classificação das AAs? Já num primeiro contato com os textos a serem analisados nesta tese, notamos que na textualidade essa ordem não é obedecida a rigor. Dependendo do movimento textual, notamos que há uma inversão das AAs. Ao analisarmos as anáforas no texto, sabemos que haverá um movimento da textualidade, aparecendo casos diversificados, diferentemente do que acontece quando se trabalha com frases construídas, em que se pode ter um planejamento maior, “forçando” a presença da relação todo-parte.

(3) O terceiro aspecto diz respeito à distância inferencial entre âncora e anáfora, o que está relacionado à congruência ontológica do termo. Esse tratamento não diz respeito somente à AA, mas de um modo geral a todo fenômeno anafórico.

O aspecto ontológico está relacionado à distância inferencial, que, no caso das AAs, deve ser instantânea. Para checar o problema da congruência ontológica, vejamos o exemplo a seguir:

(15) ?Chegamos perto da **casa**, mas a fechadura estava quebrada.

Assumindo os pressupostos de Kleiber, não poderíamos considerar a anáfora em destaque como associativa, pois não é previsível pensarmos em “fechadura” quando mencionamos a expressão “casa”. Há um distanciamento, segundo Kleiber, entre “casa” e “fechadura”: não temos uma instantaneidade na interpretação. É preciso que haja a expressão “porta” para que se estabeleça uma associação com “fechadura”, o que traria uma aproximação entre os termos. Essas propriedades ajudam-nos a pensar e a analisar a constituição dos diferentes tipos de AAs.

A questão da associação possibilita uma partida do consenso sobre o caráter inferencial do procedimento referencial que estabelece a relação associativa.

Há, no reconhecimento da AA, o fenômeno do encadeamento/encaixamento inferencial, que diz respeito à distância de associação “mental”, ou seja, a distância “de acionamento” que se tem entre o referente e a anáfora, se é imediata ou não, como já apontamos. O escalonamento inferencial, no caso das AAs, entre esses elementos, deve ser curto, quase que instantâneo. É o que ocorre, por exemplo, quando estamos diante de relações como “árvore” e “tronco”, em que se tem um encadeamento instantâneo; diferentemente do que acontece entre “a árvore” e “o proprietário do terreno”, fazendo menção aos exemplos dados anteriormente:

Quanto ao princípio da congruência ontológica, Kleiber (2001) estipula que a alienação exigida pela AA só pode ter lugar se o elemento subordinado for do mesmo tipo ontológico que o referente do "antecedente". Vejamos o exemplo de Kleiber (2001, p. 267), em:

(16) Paulo ama seu carro, porque os assentos são confortáveis, o painel de controle comporta todos os acessórios possíveis, o capô é aerodinâmico e as rodas são de alumínio.²³

Nesse caso, o tipo de entidade, “assentos”, “painel de controle”, “capô”, “rodas”, da expressão anafórica aparece como sendo subordinado ao tipo de entidade da expressão "antecedente", “carro” (“voiture”), isto é, as suas ocorrências existem como componentes ou partes das ocorrências da entidade antecedente.

Desse modo, se as "partes" ou as entidades dependentes desse referente retomam o traço ontológico do "antecedente", a continuidade ontológica pode ser mantida e os encadeamentos associativos são possíveis. Esse aspecto pode ser relacionado às categorias ontológicas, sugeridas por Jackendoff (1983), em que há uma relação conceitual entre termos.

(4) Quanto à última propriedade, a condição de alienação, trabalhamos dialogando com a propriedade anterior, a congruência ontológica. Tais propriedades podem ser entendidas a partir do estudo do tipo de relação que une os dois referentes implicados parte-todo (ou todo-parte). “O referente de uma anáfora

²³ Versão original: “Paul aime sa voiture, parce que les sièges sont confortables, le tableau de bord comporte tous les accessoires possibles, le capot est aérodynamique et les roues sont en alu”. (KLEIBER, 2001, p. 267)

associativa deve ser apresentado ou dado como alienado em relação ao referente do antecedente.”²⁴ (KLEIBER, 2001, p. 242, tradução nossa). Para deixar essa discussão um pouco mais nítida, retomamos aqui a questão colocada por Kleiber (2001): que elementos de um todo como um carro, uma pessoa, uma árvore ou uma caneta-tinteiro podem ser consideradas partes, e em que condições? Para responder a essa questão, é preciso levar em conta que os elementos (todo-parte), ou seja, referente e anáfora, sejam do mesmo tipo, da mesma natureza (animado ou inanimado, concreto ou abstrato). A condição de alienação diz respeito ao fato de que apenas podem ser inalienáveis elementos do mesmo tipo ontológico do conjunto sobre o qual são isolados. Exemplos: volante-carro, braço-corpo. Uma relação que relacione, por exemplo, “corpo” (elemento âncora) e “dor” (como anáfora) não funcionaria segundo esse critério, pois envolveria naturezas diferentes, afinal, o “corpo” é constitutivo, a “dor” é algo esporádico, eventual, podendo, a depender do contexto, estabelecer um caso de AI.

Se o indivíduo denotado pela expressão anafórica puder aparecer como um indivíduo autônomo em relação ao indivíduo da expressão antecedente, o encaixamento não é conveniente, satisfatório – a AA deve ser inalienável, ou seja, deve constituir uma parte de. Segundo Kleiber (2001, p. 242, tradução nossa): “Dois casos podem se apresentar, no caso do referente ser alienado: ou o indivíduo é uma entidade intrinsecamente já autônoma ou é intrinsecamente reconhecida como uma entidade dependente.”²⁵ Vejamos o exemplo (Kleiber, p. 243):

(17) Nós entramos **na cidade**. A igreja estava situada sobre uma colina²⁶.

Martins (2001) apresenta, com base nos estudos de Kleiber (1999), os nomes *categoremáticos*, ou seja, entidades cujos nomes têm existência autônoma que independem de outras entidades e, por isso, não satisfazem a condição de

²⁴ Versão original: “Le referente d’une anaphore associative doit être présenté ou donné comme aliéné par rapport au référent de l’antécédent”. (KLEIBER, 2001, p. 242)

²⁵ Versão original: “Deux cas peuvent se présenter: ou l’individu est une entité intrinsecamente déjà autonome ou il est intrinsecamente reconnu comme une entité dépendante”. (KLEIBER, 2001, p. 242)

²⁶ Versão original: “Nous entrâmes dans un village. L’ église était située sur une butte”. (KLEIBER, 2001, p. 243)

alienação. É o que ocorre, por exemplo, entre cidade e igreja. Temos esses dois elementos no mundo, e conseguimos reconhecê-los separadamente.

No que se refere às entidades intrinsecamente reconhecidas como dependentes de outras, como os nomes *sincategoremáticos*, de acordo com Martins (2001), podem ser de três tipos:

- (i) Nomes derivados, nominalizações deverbais ou adjetivais que, devido à relação com as formas de base, implicam outra entidade. Ex.: *brancura, explosão*;
- (ii) Nomes relacionais, como *autor, marido, pai, habitantes*, etc. que implicam também outras entidades. Ex.: *cidade/habitantes*;
- (iii) Nomes cujas ocorrências não existem sem ser como componentes ou "parte" de um outro indivíduo, ou seja, na representação semântica da "parte", o "todo" está efetivamente presente. Ex.: *volante/carro, telhado/casa, tronco/árvore e braço/homem*. (MARTINS, 2001, p. 75)

Nesses casos em que há *sincategorematicidade* ou a dependência ontológica das entidades, há a possibilidade de elas serem candidatas, *a priori*, a lugares associativos, uma vez que apresentam como "antecedente" a entidade à qual estão subordinadas. As entidades caracterizam-se por traços referenciais básicos (matéria, forma, intencionalidade, etc.) subjacentes a sua classificação em nomes concretos, abstratos, animados, etc. que estão na origem das diferentes propriedades que podem apresentar as entidades que os possuem e as situações nas quais podem figurar. (MARTINS, 2001)

Todos esses quatro quesitos devem ser levados em conta no momento de reconhecer uma relação associativa. Já sinalizamos, até o momento, algumas discordâncias e discussões com as propriedades propostas por Kleiber. Dentre elas, é importante deixar claro que assumimos que as propriedades de definitude do termo anafórico e a da orientação (todo-parte) da AA devem ser repensadas. No nosso entendimento, a propriedade da congruência ontológica e de condição de alienação são as que realmente auxiliam na caracterização das AAs, no fundamento léxico-estereotípico. Voltaremos a discuti-las no momento da análise, ao tratarmos a construção e a composição do texto. Passamos agora aos tipos de AAs.

3.3 TIPOS DE ANÁFORAS ASSOCIATIVAS

Kleiber (2001) sugere quatro tipos de AAs, caracterizadas pelo critério léxico-estereotípico: *meronímicas*, *actanciais*, *funcionais* e *locativas*. Neste momento, explicitamos cada uma delas, com características e exemplos. De antemão, assumimos que as meronímicas e as actanciais são semanticamente fundamentadas, enquanto que as locativas e funcionais são mais discursivas e contextuais, aproximando-se mais da noção indireta que associativa.

As AAs *meronímicas* podem ser explicadas pela relação todo-parte. Essas anáforas caracterizam-se enquanto entidades que se unem por uma relação de constituição, de modo que sua ocorrência só existe como parte das ocorrências da entidade antecedente. O traço que define as meronímicas é marcado como constituindo uma “parte-de”. No nosso entendimento, esse tipo de estrutura é a mais facilmente reconhecível e temos uma explicação cognitiva que justifica esse tipo de relação, conforme apresentaremos no cap. 4.

Um exemplo desse tipo de anáfora, já referido, seria:

(2) Ele se protegeu sobre **uma velha tília**. O tronco estava todo descascado.

Temos uma relação todo-parte, em que “o tronco” representa uma parte da “árvore” (velha tília), por isso relação meronímica. Se voltarmos às propriedades discutidas na seção anterior, temos que a relação é associativa por cumprir os quatro critérios, as quatro propriedades de AA: a definitude do termo, a orientação, a congruência ontológica e a condição de alienabilidade; afirmamos isso independentemente das discussões sugeridas e das constatações sinalizadas.

Reforçamos aqui, conforme já foi sinalizado em outras partes deste trabalho, que a AA meronímica é cognitivamente fundamentada, pois temos na representação cognitiva, de Talmy, um sistema semântico equivalente (o sistema de espaço). Para estabelecer a associação entre “árvore” e “tronco”, não precisamos conhecer um contexto interacional que dê conta da associação; precisamos, sim, conhecer uma árvore sendo essa relação intrínseca (tronco é parte da árvore).

Quando comentamos, no segundo capítulo, sobre o campo semântico e as relações de *frame* de Brown e Yule, já havíamos sinalizado uma breve explanação sobre a constituição meronímica.

A AA *actancial* se constitui na relação que se estabelece entre o núcleo do predicado (o verbo/a ação) e os argumentos que completam tal ação (no caso da actancial, principalmente o agente de tal ação). Como expõe Kleiber (2001, p. 322, tradução nossa), “a anáfora associativa actancial vem, em suma, saturar um lugar argumentativo junto do predicado antecedente”²⁷.

Um exemplo (KLEIBER, 2001, p. 324) de AA actancial seria:

(18) Paulo foi **morto**. O assassino nunca foi encontrado.²⁸

Nesse caso, trata-se de uma relação de papéis temáticos e o particípio está atuando como âncora, ou seja, a locução “ser morto” admite um preenchimento de argumento, “foi morto por quem?”. Esse tipo de anáfora se distancia dos demais tipos por não relacionar expressões nominais entre si e sim verbo e expressão nominal ou, conforme veremos nos dados, entre um fato e um agente. Em Jackendoff (1983), vemos que “foi morto” aciona uma estruturação da linguagem (ação e evento), trata-se do princípio de lexicalização, que justifica a relação actancial.

Sobre os dois outros tipos de AAs, assumimos nesta tese um ponto de desencontro em relação às ideias de Kleiber (2001). O autor as trata enquanto AA, mas discordamos dessa classificação, pela falta de uma explicação semântica ao fenômeno léxico-estereotípico que, segundo o pesquisador, caracterizam-nas. Vejamos os casos:

A anáfora *locativa* se aproxima muito da anáfora meronímica, vejamos um exemplo:

(17) Nós entramos **na cidade**. A igreja estava situada sobre a colina.

²⁷ Versão original: “l’anaphore associative actancielle ne vient en somme que saturer une place argumentale auprès du prédicat antécédent”. (KLEIBER, 2001, p. 322)

²⁸ Versão original: “Paul a été assassiné. Le meurtrier n’a jamais été retrouvé”. (KLEIBER, 2001, p. 324)

Observamos que existe uma relação de localização nesse tipo de AA. Aparentemente, esse tipo anafórico se assemelha muito com o tipo meronímico, porém podemos dizer que numa “cidade” existe (há dentro) uma “igreja”, mas não podemos dizer que numa árvore “há dentro” um tronco e sim que é composta por/constituída por um tronco, e é com essa noção que tratamos da distinção entre AA meronímica e AA locativa. A AA locativa se distancia da AA meronímica por tratar de associação de lugar. Na tentativa de mostrar que tal relação não é intrínseca, podemos dizer que a própria noção de lugar é muito mais “frouxa”, diversificada e plural do que as relações que definem as meronímicas ou actanciais. Além disso, as relações de lugar normalmente não cumprem a condição de alienação. Vemos que “igreja” existe independentemente da “cidade”, trata-se de uma categoria categorimática, e não, sintagmática.

A AA locativa não pode ser explicada a partir de sistemas semânticos; não temos como justificá-la a partir de um viés cognitivo. Temos, em Jackendoff, a categoria ontológica de [PLACE], que poderia explicar a relação locativa, mas não a julgamos suficiente, por entendermos que ela não aciona uma estruturação da linguagem, e sim se apoia no contexto, no conhecimento de mundo para estabelecer sentido, sendo considerada, portanto, caso de AI. Na construção de uma AA locativa, é preciso considerar os conhecimentos de mundo dos sujeitos, e não só as inferências cognitivas ou lexicais.

A AA *funcional*, por sua vez, forma-se da relação ação-espço e função. Temos o seguinte exemplo:

(19) A **empresa** está em crise. O presidente promoveu uma reunião. [exemplo construído por nós]

Trata-se de uma relação em que um sujeito exerce determinada função em relação à âncora. Nesse caso, também não temos acesso à estruturação da linguagem, tendo em vista que “o presidente” não faz parte do léxico, do estereótipo de “empresa”, e sim do conhecimento de mundo, de uma inferência social, convencionada. Vemos que se trata de uma organização social, que foi estipulada no social; não temos, em um primeiro momento, uma relação cognitiva. Quando postulamos o “conhecimento de mundo” como critério, assumimos que as relações de significado são construídas e são adquiridas socialmente; no caso de “árvore” e

“tronco”, embora precisemos viver no mundo para conhecer uma árvore, a associação é dada de forma lexical e intrínseca, diferente do que ocorre entre “cidade” e “a igreja”, entre “empresa” e “o presidente”, que é algo convencionalizado socialmente. É com essa concepção de item lexical que trabalhamos.

Podemos observar que as anáforas locativas e funcionais dependem do discurso, do contexto, dos conhecimentos que foram construídos socialmente, para estabelecerem sentido. Podemos dizer também que elas não cumprem o critério da congruência ontológica nem da condição de alienabilidade.

No capítulo seguinte, optamos por fazer uma contextualização sobre a semântica e sobre a gramática, trazendo alguns conceitos centrais no estudo das AAs. Trabalhamos de forma mais consistente com as categorias ontológicas de Jackendoff e com os sistemas semânticos sugeridos por Talmy. Retomaremos a classificação de Kleiber, justamente para tentar entender como se constituem as AAs. É importante destacar que Kleiber não tem uma preocupação cognitiva explicitada, embora justifique suas relações pelo caráter léxico-estereotípico. Ele trata as relações enquanto nexos de significado.

Apostamos que, buscando critérios cognitivos e conceituais, conseguimos fundamentar e tornar produtivo o estudo da referenciação e, em especial, o estudo das AAs.

Concluimos este capítulo, retomando e reforçando o que de fato estamos considerando como casos de AA: primeiramente, confirmamos o caráter léxico-estereotípico que caracterizam as AAs, considerando, principalmente, as propriedades de congruência ontológica e de condição de alienação. A propriedade da *definitude do termo anafórico*, no nosso entendimento, pode ser questionada, uma vez que a AA pode ser precedida de indefinido, a depender da situação, quando representar, por exemplo, um elemento de um conjunto. A questão da orientação também pode ser discutida, principalmente, por estarmos trabalhando com a textualidade, podendo, portanto, haver casos de catáforas associativas.

Quanto ao tipo de relação entre elemento âncora e anáfora, assumimos que a relação deve ser binária, ou seja, deve haver uma âncora para cada encadeamento associativo, aceitando a possibilidade de que essa âncora pode ser considerada para outros encadeamentos. A AA será considerada quando funcionar como retomada, sem necessariamente aparecer na posição de sujeito, sempre dependendo do texto.

Por fim, assumimos como associativas somente as anáforas meronímicas e as actanciais. Os demais casos serão considerados casos de anáforas indiretas. Passamos às discussões sobre os aspectos cognitivos que fundamentam as AAs.

4 FUNDAMENTOS COGNITIVOS

Consideramos este capítulo central para a discussão que privilegiamos nesta tese: a caracterização semântico-cognitiva das AAs. Uma questão, que parece pertinente para iniciarmos esta seção, pode ser aqui destacada: *por que adotamos, neste estudo, a semântica cognitiva se a preocupação da pesquisa é efetivamente lexical?* A resposta a esse questionamento será dada/discutida ao longo do capítulo e das análises. Porém, podemos já tentar justificá-la pelo fato de que, ao buscarmos respostas em uma proposta de cunho lexical/conceitual (JACKENDOFF, 1983)²⁹, não encontramos subsídios teóricos que deem conta de explicar a relação léxico-estereotípica que caracteriza as AAs locativas e funcionais, de Kleiber (2001). Diante disso, buscamos respostas também em uma abordagem cognitiva para, juntamente com as questões de linguagem, estudarmos e averiguarmos que relações de fato podem ser consideradas associativas, considerando a fundamentação cognitiva do léxico. Mesmo não justificando todas as relações associativas sugeridas por Kleiber, encontramos, na semântica cognitiva, respostas interessantes para o fundamento da linguagem, refletindo sobre gramática e léxico.

Talmy (2001), inclusive, considera a semântica cognitiva como constituída de dois subsistemas: o gramatical (classes fechadas) e o lexical (classes abertas); o autor acaba por privilegiar o subsistema gramatical. Apoiamo-nos na estruturação de linguagem sugerida pelo autor, pois parece bastante pertinente, principalmente para a explicação das AAs meronímicas e actanciais. Podemos dizer, considerando as ideias de Talmy, que estudar semântica é estudar cognição.

Isso vai ao encontro da afirmação de Jackendoff (1983) de que a capacidade semântica depende da cognição. Nas palavras deste pesquisador: “Não há justificativa para uma capacidade ‘semântica’ independente da cognição; o que significa também que, quando nós estamos estudando semântica da linguagem natural é necessário estudar a estrutura do pensamento”³⁰. (JACKENDOFF, 1983, p.

²⁹ Veremos, mais adiante, que também Jackendoff pode ser incluído dentro de uma semântica cognitiva.

³⁰ Versão original: “there is no justification for a “semantic” capacity independent of cognition, it also means that when we are studying semantics of natural language, we are by necessity studying the structure of thought”. (JACKENDOFF, 1983, p. x)

x, prefácio, tradução nossa). Podemos dizer que, ao considerar os estudos da semântica conceitual de Jackendoff e os da semântica cognitiva de Talmy, estamos assumindo uma relação entre o estudo do léxico, da gramática, do sentido e da cognição. Estamos discutindo questões que estão muito interligadas.

Na tentativa de explicitar os aspectos cognitivos responsáveis pela construção das AAs, traçamos, neste momento, um ponto de encontro entre os temas até agora abordados na tese: a questão das inferências, o estudo das AAs (incluindo a reflexão sobre referenciação de um modo geral), e a explicação cognitiva para esse fenômeno, partindo, especialmente, das teorias de Jackendoff (1983) e de Talmy (2001).

Optamos por organizar este capítulo da seguinte forma: primeiramente, apresentamos um percurso dos estudos semânticos e conceituais, explorando a perspectiva da Semântica Cognitiva e contextualizando o estudo na área. Na sequência, focalizamos alguns conceitos centrais na semântica, para, a partir deles, refletirmos sobre os diferentes tipos de AAs, categorizados por Kleiber, discutindo sobre eles dentro de uma abordagem conceitual (Jackendoff) e cognitiva (Talmy).

4.1 AS ABORDAGENS NO ESTUDO DA LINGUÍSTICA COGNITIVA: UM SENTIDO PARA O TERMO “SEMÂNTICA”

Contextualizamos a discussão sobre a semântica e a cognição, considerando algumas questões, tratadas por Jackendoff (1983) e Talmy (2001), acerca da linguagem. Na sequência, focalizamos aspectos particulares de suas teorias, articulando esses aspectos ao processo das AAs.

Na introdução de sua obra *Toward a cognitive semantics*, Talmy (2001) comenta que, ao longo de três décadas, tem-se dado maior atenção ao estudo de uma linguística cognitiva. Pode-se dizer que o interesse por esse tipo de estudo é relativamente recente no domínio da linguística. Usamos isso como argumento, inclusive, para justificar nossa escolha por esse tipo de investigação que ainda precisa ser muito explorado.

A semântica cognitiva representa uma tentativa, dentre tantas outras, de estudar os fenômenos da linguagem. É importante destacar, sobre o postulado da

semântica cognitiva, que “o significado não está na linguagem, antes, a linguagem é como um método, uma receita, que permite a identificação de uma estrutura cognitiva subjacente” (OLIVEIRA, 2004, p. 41). É a partir dessa estrutura cognitiva que se constrói o sentido.

Talmy (2001) sugere que, embora tenhamos a Linguística Cognitiva bem estabelecida como o nome de uma tradição de pesquisa, seria interessante que a denominássemos *Semântica Cognitiva*. A palavra “semântica” traz uma vantagem, por indicar uma abordagem particular, conceitual. Semânticas são especificamente vistas como organização conceitual da linguagem. Em outras palavras: a opção por *semântica cognitiva* chama a atenção para conteúdos conceituais de como a linguagem é organizada. E ainda o termo “semântica” refere-se especificamente à forma linguística da noção genérica “conceitual” (é importante destacar que essa abordagem é diferente da proposta por Jackendoff, 1983). Nessa formulação, conteúdo conceitual diz respeito a qualquer conteúdo experiencial, incluindo a percepção.

Essa formulação pode ser explicada pelo fato de a Semântica Cognitiva centrar sua pesquisa na organização conceitual. Portanto, no conteúdo experimentado pela consciência. Para essa área, o principal objeto de estudo é o fenômeno mental qualitativo tal como existe na consciência. A Semântica Cognitiva é então um gancho desse fenômeno, especificamente o fenômeno do conteúdo conceitual e de sua estrutura na linguagem. Junta-se a isso uma outra questão importante: a tradição da Semântica Cognitiva trabalha para determinar as estruturas cognitivas mais gerais, ou seja, as mais variadas formas de relacionar, partindo para o conteúdo conceitual que abrangerá as estruturas cognitivas conhecidas. Essa é a trajetória para a unificação com o aspecto psicológico que justifica o termo “cognitivo” dentro do nome da tradição linguística. (TALMY, 2001).

Nesse quadro, há uma comparação heurística de três abordagens no estudo cognitivista, sugerida por Talmy. Tais abordagens se estabelecem em uma porção relação-conteúdo da linguagem e são importantes para alcançarmos o entendimento do aspecto conceitual que define o próprio campo da Semântica Cognitiva.

As três abordagens podem ser assim definidas: *formal*, *psicológica* e *conceitual*. Sugerimos, a partir delas, que pensemos sobre o conceito de semântica cognitiva com a finalidade de dialogarmos de uma forma mais precisa com as

questões que serão aqui tratadas: a semântica, os primitivos semânticos, a representação cognitiva e a estrutura semântica.

A *abordagem formal* privilegia de modo geral os moldes estruturais exibidos pelo aspecto aberto das formas linguísticas abstraídas, em grande parte, externamente ou consideradas como autônomas em relação às associações de significados. Essa abordagem inclui os estudos de ordem morfológica, sintática e lexical. Como exemplo de pesquisas nesse formato, Talmy menciona os estudos da Gramática Gerativa. Se colocarmos essa abordagem em relação com as duas outras (a psicológica e a conceitual), vemos que essa relação se estabelece como bastante limitada/restrita. Isso tem justificado a importância de relacionar os componentes gramaticais aos componentes semânticos. Esse tipo de abordagem não tem focalizado de maneira global a organização conceitual da linguagem, mas tem privilegiado somente operações e categorias formais.

A segunda abordagem, a *psicológica*, considera a linguagem a partir de sistemas cognitivos gerais. Assim, o campo da Psicologia tem uma longa tradição por examinar a linguagem a partir de uma perspectiva de percepção, memória, atenção e raciocínio. Exemplos de estudos que assumem essa perspectiva envolvem análises de memória semântica, de conceitos por associação, de estruturas de categorias, de geração de inferências e de conhecimento contextual (TALMY, 2001). Essa abordagem tem sido considerada insuficiente para o tipo de categoria estrutural que é central para a abordagem conceitual. Nesse sentido, essa abordagem é considerada insuficiente para um sistema de integração conceitual de estrutura esquemática como a que a linguagem organiza o conteúdo conceitual que ela expressa.

Embora não tenhamos privilegiado a concepção psicológica, dialogamos com alguns dos aspectos apontados aqui, e veremos, em especial, que, para entendermos muitas das questões trabalhadas por Jackendoff (1983), como, por exemplo, como se dão as subespecificações dos primitivos semânticos, é necessário considerar os aspectos psicológicos, inclusive para pensarmos na constituição das AAs. Podemos dizer que o que distingue a abordagem cognitiva da psicológica é que a segunda mantém relação com a experiência psíquica individual, enquanto a primeira focaliza questões que são universais.

A terceira abordagem da linguagem é a *abordagem conceitual*, considerada como o modelo para o processo pelo qual o conteúdo conceitual é organizado na

linguagem. Desde que o termo *estrutura* tem sido usado para referir modelos e processos, a abordagem conceitual pode ser mais simplificada dita para focalizar como o conteúdo conceitual estrutura a linguagem. A tradição da semântica cognitiva tem se centrado dentro dessa abordagem e, assim, contemplado as categorias conceituais básicas como as de espaço e de tempo, entidades e processos, movimento e localização, força e causa.

Temos aqui um ponto de encontro com os interesses de nossa pesquisa: uma vez que trabalhamos com as categorias gramaticais e as categorias ontológicas, ambas partem de uma estrutura conceitual da linguagem. Em outras palavras: ao trabalharmos com categorias esquemáticas e com categorias ontológicas estamos trabalhando com estruturação da linguagem, e, conseqüentemente, estamos inseridos na Semântica Cognitiva. Para sermos mais exatos, quando trabalhamos com Jackendoff, estamos trabalhando com uma perspectiva conceitual (Semântica Conceitual); quando trabalhamos com Talmy, trabalhamos com a cognição (Semântica Cognitiva). Como vimos sinalizando, a abordagem conceitual está inserida, de alguma forma, na Semântica Cognitiva. É a partir dessas perspectivas semânticas que pretendemos fundamentar as AAs, explicando a caracterização léxico-estereotípica que as definem. Lembrando que a cognição trata do tipo de relação (parte-todo, por exemplo) e a estrutura conceitual trata dos caminhos linguísticos para explicitar tal relação.

A Semântica Cognitiva pode ser vista como complementar às outras duas abordagens (psicológica e a formal), porque ela está diretamente engajada no domínio do fenômeno linguístico (categorias esquemáticas) que as outras abordagens têm focalizado de forma insuficiente ou indireta.

Talmy afirma que semânticas cognitivas procuram averiguar o sistema integrado global da estrutura conceitual da linguagem. É dentro da última concepção apresentada (a conceitual) que circulamos de forma mais direta, pois estamos interessados em observar as operações cognitivas de tempo e de espaço, principalmente. Considerando a estruturação conceitual da linguagem, trazemos a proposta de gramática de Jackendoff e as reflexões sobre estruturação (a representação cognitiva) de Talmy (2001). O objetivo de Talmy é entender o caráter geral da estrutura conceitual na cognição humana.

Fazemos menção aqui a duas questões postas em Jackendoff (1983, p. 3, tradução nossa): “Qual é a natureza do significado da linguagem humana, sobre o

que nós podemos falar sobre o que nós percebemos e sobre o que nós fazemos?”³¹ e “O que a estrutura gramatical da linguagem natural revela sobre a natureza da percepção e da cognição?”³² Vemos que tanto Talmy quanto Jackendoff interagem com os mesmos princípios, no sentido de privilegiarem, em seus estudos, questões relativas ao entendimento da mente. Podemos dizer que os dois teóricos trabalham com representação mental que tem interferência de outros sistemas. Conforme já sinalizamos, Talmy apresenta uma preocupação de percepção visual (gestáltica) e Jackendoff apresenta uma preocupação de linguagem (lexicalização), mas ambos procuram entender a linguagem a partir de estruturas da mente. Apesar de que nenhum dos teóricos trate propriamente de associações léxico-estereotípicas, podemos dizer que tanto Jackendoff quanto Talmy auxiliam-nos na fundamentação semântica das AAs.

Compreendendo parcialmente os interesses e as preocupações da Semântica Cognitiva, partimos aos estudos mais detalhados das contribuições de Jackendoff e Talmy. Traçamos, a partir de agora, um percurso teórico sobre as teorias de base conceitual e cognitiva que fundamentam o estudo: a proposta de estruturação da linguagem (os primitivos semânticos) de Jackendoff e a teoria da representação cognitiva, de Talmy, que operam sobre as categorias ontológicas para criar outras categorias. Daí a noção “intuitiva” da Linguística Textual de “recategorização” das AAs.

4.1.1 As AAs e a proposta conceitual de Jackendoff – as categorias ontológicas

Kleiber não aprofunda um perfil semântico-cognitivo para explicar a relação associativa. Essa é uma opção teórico-metodológica nossa. O pesquisador trata a inferência a partir de uma noção denexo de significação. Para Kleiber, tudo está fixado no léxico (a relação entre “árvore” e “tronco”, por exemplo). O autor não apresenta explicitamente uma preocupação com os elementos da mente, mas

³¹ Versão original: “What is the nature of meaning in human language, such that we can talk about what we perceive and what we do?” (JACKENDOFF, 1983, p. 3).

³² Versão original: “What does the grammatical structure of natural language reveal about the nature of perception and cognition?” (JACKENDOFF, 1983, p. 3).

comenta em sua obra o caráter cognitivo que caracteriza toda forma de inferência anafórica, principalmente a léxico-estereotípica. No início de sua obra, Kleiber afirma, sobre o funcionamento das AAs, que, num estudo desse tipo, não se encontram somente os linguistas e os lexicólogos, pragmaticistas e semanticistas, mas igualmente e de maneira crucial a dimensão cognitiva, os lógicos, os especialistas da inteligência artificial (KLEIBER, 2001, p. 2). Em outro momento, Kleiber novamente faz referência à existência de aspectos cognitivos que envolvem o estudo das AAs e o caráter léxico-estereotípico que as caracteriza, o que vem ao encontro das ideias sustentadas aqui. Segundo o autor: “as pesquisas cognitivas atuais colocam em evidência o estatuto cognitivo que têm os referentes das expressões anafóricas no modelo mental elaborado pelo discurso”³³ (KLEIBER, 2001, p. 3, tradução nossa).

Vale também recordar as considerações de Ilari (2001), capítulo 2 deste trabalho, sobre a questão da cognição como particular no estudo das AAs. Uma de nossas propostas é explicitar esse viés cognitivo, relacionando as ocorrências anafóricas (os tipos de AAs: meronímicas, actanciais, locativas e funcionais) com a fundamentação semântica de léxico.

Para Kleiber, a relação associativa é componente da linguagem, por isso léxico-estereotípica. Porém, pensar em estereótipo é pensar em percepção de mundo e, por sua vez, em traços cognitivos e conceituais. A percepção é a ponte entre o mundo e a mente; a partir dela é que fazemos representações. Oliveira (2004) afirma que o significado linguístico não é arbitrário, porque deriva de esquemas sensório-motores. Segundo a autora, “[s]ão as nossas ações no mundo que nos permitem apreender diretamente esquemas imagéticos espaciais e são esses esquemas que dão significado às nossas expressões linguísticas.” (p. 34). Cabe aqui uma reflexão interessante entre inferência cognitiva, que se dá pela percepção do que se vê, e inferência discursiva, que está muito mais atrelada ao que se conhece do mundo. O que é privilegiado, nesta pesquisa, são as percepções do que se vê e a capacidade de fazer associações.

³³ Versão original: “Les recherches cognitives qui ont le vent (actuel) [...] mettent en avant principalement le statut cognitif qu’ont les référents des expressions anaphoriques dans le modèle mental élaboré par le discours.” (KLEIBER, 2001, p. 3)

Sobre isso, antes mesmo de trazer a estruturação de linguagem trabalhada por Jackendoff, é importante acrescentar a relação entre mundo real e mundo projetado, tratada pelo mesmo autor.

Em trabalho anterior (MACHADO, 2009), já defendemos a ideia de que, no estudo da referenciação, temos que levar em conta o mundo real (o mundo ordinário, para Bronckart, 1999), onde o autor do texto está, e o mundo que é “inventado” (o mundo discursivo, para Bronckart, 1999), o mundo da referenciação, da representação da linguagem. Na discussão de Jackendoff, a representação que está em destaque é a mental, ou seja, aquela que construímos conceitualmente, que o autor opta por tratar de “mundo projetado”. Podemos traçar uma aproximação entre mundo projetado e mundo da representação da linguagem.

Estudar semântica inclui um tratamento da relação entre referência e referenciação, entre verdade e referência e entre mundo real e mundo do discurso, do texto, como já sinalizado no capítulo 3 deste trabalho. O mundo projetado tem a ver com a constituição na mente; é no mundo projetado que a linguagem é estruturada, e é esse mundo que esta pesquisa pretende investigar. Tendo isso em vista, cabe aqui uma simples menção ao texto de Oliveira (2004), sobre a semântica cognitiva:

A semântica cognitiva quer combater a ideia, de fato presente em algumas abordagens formais, de que a linguagem está numa relação de correspondência direta com o mundo. O significado, se afirma na Semântica Cognitiva, não tem nada a ver com a relação de pareamento entre linguagem e mundo. Ao contrário, ele emerge de dentro para fora, e por isto ele é motivado. A significação linguística emerge de nossas significações corpóreas, dos movimentos de nossos corpos em interação com o meio que nos circunda. (OLIVEIRA, 2004, p. 34)

Por isso, é importante colocar em evidência que o mundo projetado não mantém relação direta com o mundo real; ele tem a ver com a forma como os indivíduos projetam na mente o referente. É no mundo projetado que organizamos e estruturamos a linguagem.

Para a compreensão do mundo projetado, trabalhamos com a distinção entre verdade e referência, discutida em Jackendoff (1983). A verdade, segundo o estudioso, coloca em relação um conjunto de sentenças e o mundo real; enquanto a referência coloca em relação expressões da linguagem e coisas do mundo real que essas expressões referem. Jackendoff (1983) acrescenta: o mundo projetado não

consiste de imagens projetadas e, sim, projeções de construções mentais. Ou seja, o mundo projetado tem a ver com a forma como se “constrói” mentalmente um elemento que é referido no discurso. Por isso, não mantém relação direta com o mundo real.

A *verdade* é geralmente vista como uma relação entre um conjunto de sentenças e o mundo real, e a *referência* está em relação com as expressões da linguagem e as coisas do mundo real.

Segundo Jackendoff, a distinção entre mundo real e mundo projetado não é nova. O que ele traz de relativamente novo sobre essa discussão é o entendimento da distinção a partir de um caminho sistemático para a semântica da linguagem natural. E esse caminho é proposto a partir da distinção entre verdade e referência. O pesquisador afirma que

a informação transmitida pela linguagem é sobre o mundo real. Nós temos acesso consciente somente ao mundo projetado – o mundo como inconscientemente organizado pela mente; e nós podemos falar sobre coisas somente à medida que elas têm representação mental através desses processos de organização. Assim, *a informação transportada pela linguagem deve ser sobre o mundo projetado*³⁴. []. (JACKENDOFF, 1983, p. 29, grifos do autor, tradução nossa)

O autor acrescenta que o mundo real aparece somente de forma indireta pela linguagem. Isso serve como um tipo figurativo para organizar processos dados pelo mundo projetado.

Relacionando essa reflexão ao interesse de nossa tese, consideramos essa discussão pertinente, pois quando tratamos de referenciação, estamos lidando com o mundo projetado, o mundo da representação. Podemos entender esse “mundo projetado” como sendo uma “tela mental” que é anterior à própria cena. Em nosso estudo, uma hipótese pode ser levantada sobre esse assunto: a distância entre mundo projetado e mundo real é menor entre as associativas actanciais e as meronímicas, por serem semanticamente fundamentadas. Assumimos com isso que,

³⁴ Versão original: “the information conveyed by language is about the real word. We have conscious access only to the projected world – the world as unconsciously organized by the mind; and we can talk about things only insofar as they have achieved mental representation through these processes of organization. Hence, *the information conveyed by language must be about the projected world.*” (JACKENDOFF, 1983, p. 29)

quando as AAs são semanticamente fundamentadas, elas são associadas de forma imediata. Vejamos a relação actancial no exemplo:

(20) O **casamento** será no próximo sábado e o noivo já está uma pilha.

Entre o elemento âncora “casamento” e o elemento anafórico “o noivo”, temos uma relação imediata; a distância entre mundo real e mundo projetado é curta, o processamento mental se dá de forma imediata, em função de termos uma relação fundamentada semanticamente. Já a ponte entre “árvore” e “proprietário do terreno” (do exemplo já ilustrado anteriormente) é contextualizada.

O entendimento da distinção entre os conceitos de *mundo projetado* e *mundo real*, sugeridos em Jackendoff, é de suma importância para o entendimento da construção das AAs, tendo em vista que o que caracteriza uma relação associativa é a distância que existe entre esses dois mundos. Isso significa dizer que há uma distância entre o mundo real e o mundo construído na representação mental, chamado pelo autor de “mundo experienciado” ou “mundo dos fenômenos”, e essa distância deve ser a menor possível, no caso da caracterização léxico-estereotípica. Essa questão estaria relacionada à propriedade de congruência ontológica, de Kleiber (2001), em que a distância inferencial deve ser curta, imediata para a construção da AA. Quanto tempo levamos para acionar/inferir a relação entre elemento âncora e anafórico? Se esse tempo for imediato, proporcionado a partir da fundamentação semântica, teremos o caso de AA, conforme observado/explicado no exemplo anterior. Além do mais, é no mundo projetado que acontece a estruturação conceitual.

Dessa reflexão sobre mundo real e mundo projetado, partimos para as contribuições de Jackendoff sobre o estudo da estruturação conceitual.

Jackendoff (1983) faz dois questionamentos bastante relevantes no estudo da linguagem, já previamente apresentados nesta tese. O primeiro, referente a uma perspectiva mais linguística e de filosofia linguística, seria: “Qual é a natureza do significado da linguagem humana, o que podemos falar sobre o que nós percebemos e sobre o que nós fazemos?” O segundo questionamento, referente à perspectiva da Psicologia, seria: “O que a estrutura gramatical da linguagem natural revela sobre a natureza da percepção e da cognição?” Jackendoff (1983) afirma que essas duas questões são inseparáveis, pois, segundo ele, “estudar semântica da

linguagem natural é estudar psicologia cognitiva.”³⁵ (grifo do autor, p. 3). Assumimos os questionamentos do autor como norteadores para nossas discussões, ao menos para refletirmos sobre o fato de que é a partir de uma relação entre semântica e cognição que explicitamos algumas de nossas preocupações.

Numa tentativa de responder a esses questionamentos, Jackendoff desenvolve uma teoria da estrutura conceitual, afirmando que a informação é dividida pela modalidade linguística e modalidade visual, conforme veremos no esquema (a proposta de gramática do autor), FIGURA 1, que aparecerá logo na sequência.

Jackendoff afirma que é a partir dessas questões que se tem a justificativa para:

(...) se chegar a uma teoria da cognição no modo da estrutura, contrária da prática usual da psicologia e da ciência computacional. Na tentativa de investigar o modo como falamos sobre o que vemos, vou desenvolver uma teoria da *estrutura conceitual* - a informação compartilhada por modalidades visuais e linguísticas - sem muita preocupação com a forma como esta informação é computada.³⁶ (JACKENDOFF, 1983, p. 6, grifos do autor, tradução nossa).

Retomamos aqui um exemplo posto por Jackendoff, exemplo este que vem a motivar o trabalho do pesquisador, trata-se da explicação do significado do verbo “keep” (manter). Segundo o autor, não há razões intrínsecas para a gramática que explique por que o verbo “keep”/“manter” pode significar posição, posse, propriedade ou ainda coerção. Sobre isso, Pinker (2008, p. 290) vai afirmar: “Jackendoff observou que esses verbos preservam uma parte de seu significado em seus empregos físicos e não-físicos, mas não outras partes.” Na falta de uma justificativa gramatical, a única alternativa que daria conta de explicar tal sentido é que tais generalizações surgem *da estrutura dos conceitos que os sistemas léxicos e gramaticais expressam*. Sobre isso, Jackendoff (1983) acredita que, para

³⁵ Versão original: “to study semantics of natural language *is* to study cognitive psychology”. (JACKENDOFF, 1983, p. 3).

³⁶ Versão original: “to pursue a theory of cognition primarily in the structure mode, contrary to most current practice in psychology and computer science. In attempting to investigate how we talk about what we see, I will develop a theory of *conceptual structure* – the information shared by visual and linguistic modalities – without much concern about how this information is computed”. (JACKENDOFF, 1983, p. 6).

explicarmos alguns dos significados das palavras, não temos, nem na gramática nem na semântica, razões intrínsecas; e é exatamente essa busca que abre espaço para o estudo da linguagem a partir de um viés conceitual. Nenhuma das abordagens (nem a gramatical, nem mesmo a semântica, entendida aqui como unicamente relativa ao sentido) dá conta de explicar alguns dos usos da língua. Dessa forma, a alternativa encontrada pelo pesquisador é a estrutura de conceitos e suas implicações nos sistemas lexical e gramatical. Acreditamos que essas reflexões contribuem para uma explicação e fundamento das relações associativas, justamente por elas partirem de uma base léxico-estereotípica, que implica no estudo da cognição e do léxico.

O autor enfatiza o papel da semântica como uma ponte entre a teoria da linguagem e as teorias de outras capacidades cognitivas assim como a percepção visual e motora. Para essa concepção da semântica, seguem uma série de consequências:

1ª) a noção de indivíduo, frequentemente entendida como sendo um primitivo lógico, é cognitivamente complexa. Além do mais, os tipos de indivíduo que devem ser suportados pela teoria semântica e cognitiva incluem não só objetos, mas também entidades de lugar, trajetória/caminho, eventos, ações e quantidade – daí, chega-se às categorias ontológicas;

2º) para expressar adequadamente as relações entre essas entidades, uma entidade formal de conceitos deve ser estabelecida, que é, em alguns caminhos, mais rica e, em outros, mais restrita que a lógica padrão – tal “entidade formal” seria a lexicalização.

Para entendermos a proposta de lexicalização do autor, observamos, no esquema a seguir, como o pesquisador concebe a estruturação da linguagem. É importante destacar que Jackendoff coloca o léxico como o elo comum entre as estruturas gramaticais.

[THING]
 [PLACE]
 [DIRECTION]
 [ACTION]
 [EVENT]
 [MANNER]
 [AMOUNT]³⁷

Podemos afirmar que o princípio da teoria da estrutura conceitual é a base da inferência na linguagem natural. É importante destacar:

essa linguagem ocorre para ter proformas para uma diferente seleção de categorias ontológicas. O conjunto total de categorias ontológicas deve ser universal: constitui uma dimensão básica sobre como os humanos podem organizar suas experiências, e até que ponto isso não pode ser aprendido.³⁸ (JACKENDOFF, 1983, p. 56, tradução nossa)

Para defender a existência dos primitivos semânticos, Jackendoff (1983, p. 53) traz como argumento central as dêixis pragmáticas³⁹ que explicam as relações dessas categorias. Vejamos:

[THING] O que você comprou? [*aquilo*]
 [PLACE] Onde está meu barco [de brinquedo]? [*aqui*]
 [DIRECTION] Para onde eles vão? [*para lá*]
 [ACTION] O que você fez? [*aquilo*]
 [EVENT] O que aconteceu? [*aquilo*]
 [MANNER] Como você cozinhou os ovos? [*assim*]
 [AMOUNT] Quanto tempo? [Como resposta, o autor sugere “x minutos” como uma ideia de quantidade].

³⁷ Optamos por manter a nomenclatura presente nos trabalhos originais de Jackendoff (1983). A fim de esclarecimentos, sugerimos a tradução: [INDIVÍDUO], [LUGAR], [DIREÇÃO], [AÇÃO], [EVENTO], [MANEIRA] e [QUANTIDADE].

³⁸ Versão original: “this language happens to have proforms for a different selection of ontological categories. The total set of ontological categories must be universal: it constitutes one basic dimension along which humans can organize their experience, and hence it cannot be learned”. (JACKENDOFF, 1983, p. 56)

³⁹ As dêixis pragmáticas podem ser entendidas como anáforas pragmáticas, ou seja, elementos que ‘ganham sentido’ no discurso, e estão relacionadas aos primitivos semânticos.

As respostas (pró-forma) a esses questionamentos ilustram cada uma das categorias ontológicas sugeridas pelo autor. Se observarmos, esses primitivos são universais, pois as dêixis pragmáticas sugeridas perpassam todas as línguas e todas as pessoas. É a presença insistente e universal dessas categorias que justifica o tratamento delas como primitivos semânticos.

Sugerimos, ao lado de cada questionamento, considerando Jackendoff (1983), uma possível resposta, uma dêixis pragmática, como forma de sinalizar a existência dos primitivos semânticos. As dêixis, ou anáforas pragmáticas, servem como argumentos para entendermos essas categorias ontológicas. Se observarmos, as categorias propostas pelo autor, juntamente com as questões que as originam e as fundamentam, sinalizam para elementos que estão para fora, externos ao texto. Inclusive Jackendoff vai afirmar que as categorias tem fundamento discursivo.

Podemos perceber que essas categorias parecem bastante simples no uso da linguagem, mas elas acarretam um processo bastante interessante no fundamento semântico, pois tratam a linguagem não como o elemento em si, mas como conceito que aparece no mundo projetado, as representações conceituais desses elementos. É no mundo projetado que esses usos se estabelecem. Jackendoff não prevê operações cognitivas; as categorias esboçadas pelo estudioso dependem de um conhecimento cultural, de mundo, mas tais conceitos aparecem na mente. Uma das teses postas em Jackendoff (1983, p. 3, tradução nossa) é que “a estrutura gramatical da linguagem natural oferece um importante e novo curso de evidência para a teoria da cognição⁴⁰”. Isso posto, vemos a relevância de entender a proposta de semântica, de Jackendoff, para, a partir dela, refletir sobre a cognição.

Já dissemos que o que distingue o cognitivo do psicológico é que o primitivo se dá no nível da cognição; no nível psicológico se estabelece relação com a experiência psíquica individual. Os primitivos semânticos são universais, e as AAs são explicadas a partir deles, mais especificamente com o que Pinker (1989) denomina de “subespecificações” desses primitivos, que diz respeito às escolhas que os sujeitos fazem para completar cada lexicalização. Em outros termos: os primitivos são propriedades universais; no uso da linguagem, temos subespecificações desses primitivos.

⁴⁰ Versão original: “the grammatical structure of natural language offers an important new source of evidence for the theory of cognition”. (JACKENDOFF, 1983, p. 3)

Como vimos, os constituintes propostos são [THING], [PLACE], [DIRECTION], [ACTION], [EVENT], [MANNER], e [AMOUNT] e cada um desses constituintes pode pressupor [THING] como parte de sua estrutura interna. Por exemplo, o [PLACE] expressado por “sobre a mesa” contém como um subconstituente [THING], “a mesa”. Mas um [PLACE] simplesmente não é um [THING]; cada categoria tem características distintas. Se voltarmos aos questionamentos explicitados anteriormente, notamos que [THING] está presente na categoria de [PLACE], [DIRECTION], [ACTION] e [EVENT], sendo um primitivo que pode aparecer nas outras entidades, perpassando a continuidade temporal e espacial. Ou seja, há uma soma de primitivos.

Para nossa tese, as categorias que vão nos interessar de forma mais direta são: [THING], [EVENT], [ACTION] e [PLACE]. Esta última aparecerá como ponto para discutirmos a AA locativa.

Esses constituintes partem do discurso. Segundo Jackendoff:

Um importante aspecto do argumento da anáfora pragmática é que as distinções entre as categorias ontológicas devem ser representadas *no nível da estrutura conceitual*: é precisamente neste nível que o sistema visual pode prover informação para especificar conteúdo das expressões anafóricas.⁴¹ (JACKENDOFF, 1983, p. 51, grifos do autor, tradução nossa).

É importante destacarmos que tais categorias são conceituais, pelo fato de que seu funcionamento ocorre na estrutura conceitual, mais precisamente a partir do sistema visual e motor.

Partindo do conhecimento das categorias ontológicas, é importante atentarmos-nos ao princípio de lexicalização, proposto por Jackendoff: *o princípio da variável lexical*. Esse princípio é bastante significativo tanto para a teoria de Jackendoff quanto para a nossa proposta. Ao investigarmos a fundamentação das AAs, temos uma relação constitutiva entre elemento âncora (o termo antecedente) e a anáfora. Temos visto, no quadro das AAs, que a âncora, por ser semanticamente fundamentada, apresenta, no léxico, elementos que preveem o elemento anafórico. É nessa previsão que cabe uma reflexão sobre o princípio de lexicalização, que, sem qualquer consideração aprofundada, relaciona-se ao fato de haver elementos

⁴¹ Versão original: “An important aspect of the argument from pragmatic anaphora is that the distinctions among ontological categories must be represented *at the level of conceptual structure*: it is precisely at this level that the visual system can provide information to specify the content of the anaphoric expressions”. (JACKENDOFF, 1983, p.51)

que lexicalizam outros elementos. As categorias esboçadas anteriormente fazem gramática e lexicalizam.

Quando apresenta o princípio de lexicalização, o autor trabalha no nível do verbo. No caso das AAs, discutidas em nosso trabalho, esse princípio aparece como significativo nas AAs actanciais, em que se tem uma relação entre verbo e argumento, mas também se torna importante para refletirmos a questão da lexicalização, não só entre verbo e papel temático, mas entre verbo e nome, situação e nome ou ainda nome e nome.

Podemos entender esse princípio partindo de uma ideia inicial: há uma estrutura semântica na sentença posta como fixada, em que os itens lexicais, presentes no interior dessa estrutura semântica, podem variar; é nessa variação que se inserem as discussões sobre a associação e a lexicalização. Para um melhor entendimento, retomamos os exemplos apresentados em Jackendoff (1983, p. 183):

(21) O cachorro **foi para dentro** do quarto.

(22) O cachorro **entrou** no quarto.⁴²

Ambas as sentenças apresentam estrutura semântica idêntica, por isso, fixa, porém são lexicalmente diferentes. Na primeira sentença, “ir para dentro” fornece [ACTION] (dada pelo verbo “ir”) e [PATH], trajetória (dada pela locução - prep.. + N). Na segunda sentença, temos no verbo “entrar” já o preenchimento de [ACTION] e [PATH], ou seja, em um único verbo, ambas as informações. Vemos que, nesse segundo caso, o léxico/ítem lexical é diferente do apresentado na sequência anterior, mas o sentido se assemelha, por isso dizemos que há uma estrutura semântica fixa. Quando o autor apresenta *o princípio da variável lexical* ou *de lexicalização*, ele está discutindo, na verdade, a variável de uma estrutura.

Os casos (26) e (27) são gerais, de trajetória [PATH], e diferem do que acontece com verbos denominais como “desempoeirar” e “amanteigar”, que apresentam no item lexical tanto a trajetória [PATH] quanto a ação [ACTION] e ainda o tema. Consideramos essa discussão bastante central para o estudo das AAs, pois

⁴² Versão original: The dog went into the room.

The dog entered the room. (JACKENDOFF, 1983, p. 183)

elas fundamentam uma relação de previsibilidade entre itens lexicais. Vejamos os exemplos (JACKENDOFF, 1983, p. 184):

(23) Nick amanteigou a torrada.

(24) Sam desempoeirou a mobília.⁴³

Nesses casos, os verbos “butter” (“amanteigar”) e “dust” (“desempoeirar”) “lexicalizam não somente a função trajetória, mas também o tema, deixando o agente e o objeto de referência como sendo os dois argumentos expressos sintaticamente.”⁴⁴ (JACKENDOFF, 1983, p. 184). Vejamos: no primeiro caso, “Nick” é considerado o agente e “a torrada”, o objeto de referência. No segundo caso, “Sam” é considerado o agente, e “mobília” é considerado o objeto de referência. Vemos que, nos dois casos, o verbo exige que se tenha um agente e um objeto de complementaridade. No caso do complemento do verbo (o objeto de referência), este é completado pela informação lexical contida no verbo.

Observamos, nos exemplos, não só a função de [TRAJETÓRIA], como também o tema. É diferente do que acontece em “Sam tirou a poeira da mobília”, em que “tirar” apresenta somente função de trajetória, enquanto desempoeirar apresenta “tirar o pó”. Vemos como os verbos, classificados como denominais, apresentam mais informação, e é esse o ponto que justifica o princípio de lexicalização. Temos, no léxico, informatividade, possibilidade de prever outros termos a partir do primeiro, da âncora (no caso, o verbo), havendo possibilidade de lexicalizar outros elementos. Considerando o conteúdo conceitual, possibilitado pelo princípio de lexicalização, conseguimos compreender porque a teoria de Jackendoff é uma teoria conceitual da linguagem.

Outra referência significativa para entendermos o princípio de lexicalização são casos como o exemplo de “Chove” (“It rains”), em que temos como recuperar, no caso do português, a partir de uma única palavra (um único termo) – o evento [EVENT], a trajetória (para baixo) [PATH], o indivíduo (“a coisa”) [THING] – chuva.

⁴³ Versão original: Nicky buttered the toast.

Sam dusted the furniture. (JACKENDOFF, 1983, p. 184)

⁴⁴ Versão original: “(...) lexicalize not only the path-function but the theme as well, leaving the agent and the reference object as the two syntactically expressed arguments.” (JACKENDOFF, 1983, p. 184).

Vemos o quão conceitual e informativo é o termo. Dito de outra forma: há informação conceitual e lexical em um único termo/léxico.

Esse princípio torna-se relevante nesta tese por pelo menos dois motivos principais: primeiro, pelo fato de entendermos que há a lexicalização de elementos da sentença. Ou seja, a partir de um verbo, podemos lexicalizar outros termos, pois observamos os argumentos de preenchimento e uma série de informações que são acionadas. Esse estudo mostra uma relação semântica de língua, característica dos trabalhos de Jackendoff. O segundo motivo da importância dessa discussão nesta tese é que, a partir desse princípio, podemos justificar a ocorrência da AA actancial e refletirmos sobre as demais associações. Retomamos o exemplo da AA actancial, de Kleiber (2001):

(18) Paulo foi **morto**. O assassino não foi encontrado.

No exemplo, “o assassino” funciona como AA actancial. Obviamente, no princípio de lexicalização exposto por Jackendoff, não há uma relação direta entre sua teoria e o caso de AA explicitado, mas podemos nos apropriar desse princípio para assumirmos que “ser morto” lexicaliza o agente “o assassino”, pois a locução “ser morto” prevê agentes. É com base nesse argumento que nos apoiamos para fundamentar a AA actancial.

No princípio de lexicalização proposto, o autor defende que “Uma variável na estrutura de um item lexical deve ser capaz de ser preenchida por um constituinte conceitual”⁴⁵ (JACKENDOFF, 1983, p. 185, tradução nossa). O constituinte conceitual pode ser entendido como uma parte unitária da representação mental. Esse constituinte conceitual deve ser apropriado, estar adequado ao termo anterior e corresponder ao verbo. Em seus estudos, Jackendoff mostra o que ocorre quando isso não é cumprido/autorizado, trazendo exemplos como “pãosear”, “maionesar”, em que não temos como prever o preenchimento adequado, representando com isso casos em que não temos um constituinte conceitual.

⁴⁵ Versão original: “A variable in the structure of a lexical item must be capable of being filled by a conceptual constituent”. (JACKENDOFF, 1983, p. 185)

Se observarmos atentamente os diferentes tipos de AAs e os relacionarmos com a estruturação de Jackendoff, conseguimos fundamentar as AAs meronímicas e actanciais, por terem um equivalente entre as categorias ontológicas. Vejamos:

(1) Os policiais inspecionaram **o carro**. As rodas estavam cheias de lama.

(18) Paulo **foi morto**. O assassino não foi encontrado.

No primeiro exemplo, caso de AA meronímica, temos uma relação entre “carro” e “as rodas”; tal relação é ontológica, ou seja, constitutiva, inclusive conceitualmente, e pode ser explicada a partir da estrutura semântica de [THING] – em que carro seria um [THING] que lexicaliza sua constituição. Temos, no conceito de “carro”, um campo semântico, conceitos que estão disponíveis: rodas, volante, enfim. Dentre esses, foi selecionado “as rodas”. O segundo exemplo exposto já foi comentado anteriormente, em que “o assassino” é lexicalizado pela locução verbal “foi morto”. A relação entre “foi morto” [EVENT] e “o assassino” (participante deste evento) é de [ACTION] e [EVENT].

Quanto às locativas e funcionais, percebemos que nenhuma das categorias ontológicas são acionadas. Obviamente, há relação entre os termos, mas tal relação é indireta, inferencial e não semântica. Podemos pensar na relação prevista por [PLACE], que fundamentaria a relação locativa, porém, quando discutirmos o sistema semântico de Talmy, e as próprias propriedades sugeridas por Kleiber (2001), vemos que a AA locativa não pode ser semanticamente fundamentada, pois nenhum dos primitivos, ao menos dos destacados nesta pesquisa, dá conta de justificar a relação de localização. O mesmo ocorre com a AA funcional: há, em Jackendoff, a estruturação de [ACTION], mas esta não parece compatível com a relação funcional proposta, e se observarmos Talmy (2001), não encontramos primitivos que deem conta da relação. Vejamos os casos:

(17) Nós entramos **na cidade**. A igreja estava situada sobre a colina.

(19) A **empresa** está em crise. O presidente promoveu uma reunião.

No primeiro caso, em que temos um exemplo de AA locativa, podemos estabelecer relação [PLACE] entre “a cidade” e “a igreja”, mas observamos que,

diferentemente dos casos analisados anteriormente, a relação é muito mais discursiva e não de constituição. Até podemos afirmar que toda cidade geralmente possui uma igreja, mas os elementos âncora e anafórico existem independentemente um do outro. Por isso, não os fundamentamos semanticamente; diferente do que acontece na relação entre “carros” e “rodas”. No segundo caso, a relação entre “a empresa” e “o presidente” seria caso de AA funcional, o que discordamos, pois novamente não encontramos subsídios suficientes para fundamentar tal relação. Podemos tentar explicar a relação pela categoria de [ACTION], porém os elementos âncora e anáfora existem separadamente, são alienáveis, sendo a relação muito mais discursiva que semântica ou conceitual. Em ambos os casos a condição de alienação não é cumprida.

O estudo de Jackendoff, como o próprio pesquisador sinaliza, “[c]omeça a nos fornecer uma ideia de como a variedade sintática e conceitual pode ser alcançada dentro das restrições expressivas impostas por uma forma funcional rígida numa estrutura semântica”⁴⁶ (JACKENDOFF, 1983, p. 187, tradução nossa). Partimos agora para as contribuições cognitivas que podem sustentar as AAs. Quando oportuno, na próxima seção, traçaremos uma discussão entre os dois teóricos destacados nesta pesquisa, por contribuírem de modo que se complementam no estudo da fundamentação semântico-cognitiva das AAs.

4.1.2 As AAs e a proposta cognitivista de Talmy – os sistemas semânticos

Talmy (2001) traz uma proposta de representação cognitiva da estrutura da linguagem. No capítulo 1 de sua obra, intitulado *The relation of Grammar to Cognition*, o autor apresenta a forma como a linguagem pode ser entendida em seu modelo cognitivo. Para ele, a língua é resultado de relações semânticas entre agrupamentos modulares de primitivos que atuam na estruturação conceitual da linguagem.

⁴⁶ Versão original: “it begins to provide some idea of how lexical and syntactic variety can be achieved within the expressive constraints imposed by a fairly rigid functional form in semantic structure”. (JACKENDOFF, 1983, p. 187)

Talmy (2001) afirma que a linguagem é constituída a partir de dois subsistemas: o gramatical e o lexical, que juntos formam a representação cognitiva. O pesquisador levanta uma questão central: por que pensar nessa bifurcação se a linguagem pode ser concebida tendo somente um sistema singular, o lexical? Para responder a essa pergunta, o autor afirma que os sistemas, por ele propostos, apresentam distintas funções semânticas, que são ao mesmo tempo indispensáveis e complementares. Obviamente, na linguagem, essas questões se complementam. A impressão que se tem é que ele dá certa primazia ao estudo das classes fechadas, ou seja, aos elementos gramaticais. Na voz do autor: “[o] presente estudo pode ser designado como a gramática da semântica ou a semântica das classes fechadas”⁴⁷ (TALMY, 2001, p. 22, tradução nossa).

A distinção entre os termos lexical e gramatical é de cunho formal. O autor os classifica como classes abertas (a classe lexical) e classes fechadas (a classe gramatical). No caso das classes abertas, o conteúdo não obedece a uma estrutura, como a gramática. Mas essa relação, classe aberta/classe fechada organiza a linguagem. Dentro da classe aberta, temos os elementos que caracterizam o léxico. Vejamos mais uma vez o exemplo canônico de Kleiber:

(1) Os policiais inspecionaram **o carro**. As rodas estavam cheias de lama.

De “carro”, podemos estabelecer relações não correferenciais com “rodas”, “volante” ou “motorista” (entre outros) por se tratarem de variações lexicais; trata-se do sistema de classe-aberta, permitindo escolhas possíveis dentre esses termos. Percebemos que essas escolhas, essas possibilidades, estão atreladas a certa transitividade, a certa previsibilidade. Já a estrutura, é fechada, restrita, gramatical. Podemos traçar aqui um paralelo com o que tratamos em Jackendoff, no que diz respeito à estrutura semântica fixa (que aqui estaria relacionada às classes fechadas) e aos termos variáveis (aqui relacionados às classes abertas). Na linguagem, o léxico e a gramática se combinam, complementando-se e estando intrínsecos à construção da significação. No exemplo a seguir, apresentado por Talmy (2001, p. 33), podemos destacar os elementos gramaticais e lexicais:

⁴⁷ Versão original: “the present study can be designed as the semantics grammar or as closed-class semantics”. (TALMY, 2001, p. 22)

(25) Um trapaceiro laçou os novilhos⁴⁸.

a. -ou	indicando tempo passado – evento que aconteceu antes da comunicação presente.
b. os	Artigo definido – o falante infere que o destinatário pode identificar o referente.
c. Um	Indefinido – o falante não pode identificar o referente.
d. -s	Múltiplas instâncias de objeto.
e. Um... Ø	Instância unitária de objeto.
f. -eiro	Realizador de uma ação.
g. Categoria gramatical “verbo” para “laço”	Vizinhança de evento.
h. Categoria gramatical “substantivo” para “trapaceiro/novilho”	Vizinhança de objeto.
i. Relações gramaticais “sujeito”/“objeto” para “trapaceiro/novilho”	Agente/paciente (entre as possibilidades).
j. Voz ativa	Ponto de vista no agente.
k. Entonação, ordem das palavras, característica de auxiliares.	O agente sabe que a situação pode ser verdadeira e a confirma ao endereçado.

O autor apresenta, em seguida, os elementos da classe aberta:

a. trapaceiro	Propriedade de ilegalidade, roubo, modo particular de atividade.
b. laço	Uma corda configurada em um laço e uma cauda presa pela mão. O laço girou, lançou-se sobre a garganta de um animal, e foi puxado. Acompanhando a pretensão cognitiva.
c. novilhos	Objeto de aparência particular. Relação ao reino animal. Castração. Instituição de criação de animais para consumo humano.

Podemos observar que, no estudo das classes abertas, estão as questões lexicais, ou seja os efeitos de sentido. Se retomarmos o exemplo de Jackendoff, podemos notar tal aproximação entre os dois pesquisadores, porém, enfatizando que Jackendoff está preocupado com as questões da língua, com os conceitos, enquanto Talmy está preocupado com as representações cognitivas, os sistemas cognitivos que operam nessa relação.

⁴⁸ Versão original: “A rustler lassoed the steers” (TALMY, 2001, p. 33).

Considerando as descrições anteriores, Talmy chega às seguintes conclusões: os elementos gramaticais são mais numerosos nas seções, ou seja, nas descrições feitas (classificações) e não nas línguas, e suas especificações parecem mais simples, sua função mais estrutural, isso no que diz respeito à marcação da estrutura. Essas especificações, segundo o autor, parecem estabelecer as delimitações de organização e do espaço comunicativo da representação cognitiva evocada na sentença. Os elementos lexicais são menos numerosos, mas suas especificações são mais detalhadas em quantidade e em complexidade, suas funções contribuem mais para o conteúdo que para a estrutura. Observamos, com isso, que as funções dos subsistemas gramatical e lexical diferem, mas se complementam.

Em uma língua específica, observamos o sistema cognitivo com propriedades gerais e contrastantes. Nesse contexto, as formas de classes fechadas são encontradas em todas as línguas – ou podem ocorrer em todos os tipos de língua, limitadas a representar somente certas categorias conceituais e, dentro dessas categorias, somente certos conceitos. Comparadas às classes abertas, elas podem referir partes de “alguma coisa” dentro do papel dos conteúdos de consciência, ou seja, o acesso que se tem, numa análise a partir de classes abertas, contempla as construções da percepção e do raciocínio dos sistemas semânticos.

Talmy apresenta pelo menos quatro sistemas esquemáticos que caracterizam a representação cognitiva: **1)** estrutura configuracional; **2)** ponto de perspectiva; **3)** distribuição de atenção; **4)** força.

Propomos o esquema a seguir, em que podemos entender como se configuram as classes abertas a partir da estruturação cognitiva, propostas por Talmy (2001).

O sistema de estrutura configuracional atua em duas noções principais: espaço e tempo. É importante destacarmos que, pela primeira vez, temos a menção aos domínios dos sistemas cognitivos.

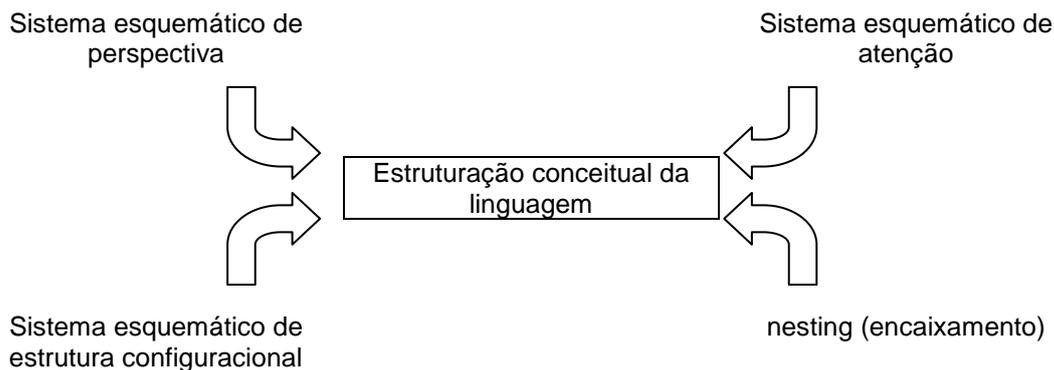


FIGURA 2 – Sistemas cognitivos constituidores da Estruturação conceitual da linguagem

FONTE (WACHOWICZ, 2011), disciplina *Estudos dirigidos em Linguística I*.

Neste trabalho, estamos concentrados nos esquemas de estrutura configuracional e de distribuição de atenção, que fundamentam as relações associativas meronímicas e actanciais, respectivamente.

O tipo de quantidade que existe, geralmente, no espaço é matéria e pode aparecer em forma contínua (massa) ou discreta (objeto).

Vejamos o esboço sugerido por Talmy (2001, p. 42):

<u>Domínio</u>	<u>Contínuo</u>	<u>Discreto</u>
Espaço:	massa	objetos
Tempo:	atividades	atos/eventos

Talmy (2001, p. 59) ilustra o sistema de configuração de espaço e tempo da seguinte forma:

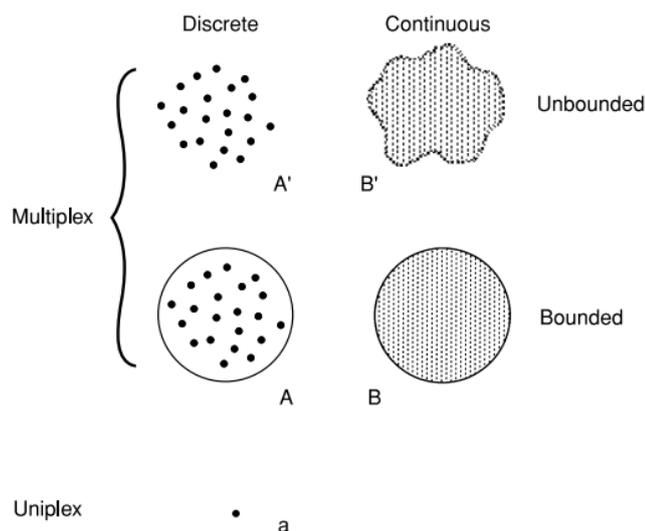


FIGURA 3 – Eixos de percepção de espaço e tempo

FONTE: TALMY (2001, p. 59)

O que mais vai nos interessar, dentre os domínios apresentados, é o domínio do espaço, principalmente na forma discreta (desenho A), que parece explicar um dos tipos de relação de AA, a meronímica. (Ex.: “João podou **a árvore**, mas os galhos superiores ficaram intactos”). Temos no conjunto unitário (árvore) a disposição de elementos concebidos como discretos (tronco, folhas, galhos). A associação meronímica se explica pela relação todo/parte. Escolhemos, dentre os elementos discretos, um deles para estabelecer a relação com o elemento do conjunto (no caso, a âncora).

Talmy explora a constituição e funcionamento do sistema de espaço, trazendo as distinções espaciais básicas feitas pela linguagem. Ele diz que a conceitualização da estrutura espacial pode ser entendida e exibida a partir de dois subsistemas principais. O primeiro deles consiste no fato de que todas as delimitações podem ser conceitualizadas como existindo em um espaço. Esse sistema pode ser explicado como uma matriz/um objeto repleto de conteúdo. Conceitos estáticos relevantes que incluem região e localidade e conceitos dinâmicos que incluem trajeto e colocação (por isso, espaço e tempo). Alguns desses “elementos do sistema” equivalem na verdade aos primitivos que explicam e fundamentam as AAs. Trata-se de elementos de um conjunto, podendo esses elementos representar relação de parte-todo, por exemplo.

O segundo subsistema consiste das configurações e inter-relações de material ocupando um volume no primeiro subsistema. Esse segundo subsistema representa conteúdos do espaço. Cada conteúdo pode constituir um objeto (uma porção de material) ou uma massa (porção de características intrínsecas que caracterizam o todo). Esses dois subsistemas presentes no sistema configuracional explicam a relação associativa meronímica. Se observarmos novamente o exemplo já indicado (Ex.: “João podou **a árvore**, mas os galhos superiores ficaram intactos”), temos um volume (galhos em dado espaço).

Temos elementos discretos de um conjunto; se considerarmos o elemento “árvore”, podemos observar, dentro desse item lexical, seus constituintes (tronco, folhas, raiz, etc.). Essa relação é explicada de forma satisfatória pela teoria de Talmy, em que cognitivamente temos como selecionar elementos de um conjunto maior. Ou seja, a operação cognitiva sobre os indivíduos distribuídos no espaço inclui a percepção de sua constituição interna – massiva ou discreta –, o que explica a relação todo constituída por “parte de”.

Com relação às AAs actanciais (“Paulo **foi morto**. O assassino fugiu”), este tipo pode ser explicado a partir do sistema de distribuição de atenção: “esse sistema consiste nos vários padrões de diferentes forças com as quais a atenção de alguém é direcionada sobre um objeto referente ou cena em acordo com as especificações das formas de classe fechada”.⁴⁹ (TALMY, 2001, p. 76, tradução nossa). A distribuição de atenção tem a ver com as cadeias causais:

Terminologicamente, o processo cognitivo em ação aqui é chamado de *windowing*⁵⁰, e a situação referente coerente com respeito a qual *windowing* deve ocorrer é um *frame* de evento, as porções que estão no primeiro plano pela inclusão são *janeladas* e as porções que ficam em segundo plano, por exclusão, são *perdidas*. (...) São examinados cinco tipos genéricos de *frames* de evento — trajetória, cadeia causal, um ciclo, uma interação participante, e uma interrelação — e são considerados os fatores cognitivos

⁴⁹ Versão original: “this system consists of the various patterns of different strengths with one’s attention is directed over a referent object or scene in accordance with the specifications of closed-class forms.” (TALMY, 2001, p. 76).

⁵⁰ Mantemos o termo no original, pois acreditamos que traduções como “enquadramento” ou “janelamento” não são suficientes para traduzir o real sentido do termo. *Windowing* tem a ver com a focalização, “o enquadramento” que fazemos a partir do termo que antecede a relação. No caso de nossa pesquisa, tem a ver com a relação entre âncora e anáfora.

que constituem e ligam tais frames de evento.⁵¹ (TALMY, 2001, p. 257, grifos do autor, tradução nossa).

A operação cognitiva de distribuição de atenção organiza os participantes de um evento. As posições de sujeito e de objeto e seus respectivos papéis temáticos são resultados dessa operação. A estruturação da linguagem organiza esse processo.

A cadeia causal, proposta por Talmy, segue as etapas a seguir: [1] escopo de intenção, [2] ato do agente da violação, [3] motivo, [4] cadeia de subeventos, [5] causa imediata do resultado final, [6] resultado final.

Talmy comenta que a atenção é entendida como um “*windowing of attention*”. Nas palavras do autor: “O *windowing* de atenção é somente um dos vastos fragmentos do sistema cognitivo que constitui a estrutura conceitual da linguagem⁵² (TALMY, 2001, p. 258). Ainda de acordo com Talmy:

Em termos hierárquicos, o *windowing of attention* – junto com o nível de atenção, centro de atenção, escopo de atenção, e trabalho de atenção – é parte da categoria estrutural cognitiva da linguagem mais ampla que pode ser denominada de distribuição de atenção.⁵³ (TALMY, 2001, p. 258, tradução nossa).

O que é interessante no estudo da distribuição de atenção, que pode explicar a relação associativa actancial, é o *windowing* descontínuo de Agente + Resultado (causa imediata). Num exemplo de AA actancial como “Paulo **foi morto**. O assassino fugiu.”, temos a anáfora “o assassino” que preenche o argumento da locução verbal “ser morto”, tendo em vista que alguém precisa praticar determinada ação. Talmy (2001, p. 272) cita como exemplo: “I broke the window”/“Eu quebrei a janela”, em que observamos a referência a um agente introdutório, “Eu”, e o

⁵¹ Versão original: “Terminologically, the cognitive process at work here is called the windowing of attention, the coherent referent situation with respect to which the windowing must take place is an event frame, the portions that are foregrounded by inclusion are *windowed*, and the portions that are backgrounded by exclusion are gapped. In engaging this subject,(...). It examines five of event frame — a path, a causal chain, a cycle, a participant interaction, and an interrelationship — and it considers the cognitive factors that constitute and bound such event frame.” (TALMY, 2001, p. 257)

⁵² Versão original: “The windowing of attention is just one fragment of the much vaster cognitive system constituting the conceptual structuring of language”. (TALMY, 2001, p. 258)

⁵³ Versão original: “In hierarchical terms, the windowing of attention – along with level of attention, center off attention, scope of attention, and network of attention- is part of the larger cognitive structural category in language that can be termed the distribution of attention.” (TALMY, 2001, p. 258)

subevento final “quebrei a janela”. Temos como entender o sentido da frase. Mas não há indicação dos motivos pessoais que levaram o agente a realizar a ação de quebrar o vidro ou que objetos ele utilizou para realizar tal ação. Quando pensamos em quebrar, podemos acionar alguns instrumentos que possibilitam essa ação (como pedra, por exemplo). O autor traz uma discussão acerca desse preenchimento das posições de argumento, no caso, do verbo “quebrar”. Podemos estabelecer relação nesse ponto com o princípio de lexicalização, proposto por Jackendoff. Se pensarmos no funcionamento da AA, é exatamente isso o que acontece. Em “Paulo **foi morto**. O assassino não foi encontrado.” “O assassino” preenche um espaço desse sistema configuracional, representando um argumento do verbo (ou seja, o agente); há a distribuição da atenção, que vem a explicar, completar o sentido da sentença, além de trazer elementos que se associam. Há algumas possibilidades diante da sentença “Paulo foi morto”, porém essas possibilidades estão atreladas a “ser morto”. Vemos que há um apelo cognitivo, e não podemos completar a sentença de qualquer forma, com qualquer elemento e sim com aqueles que satisfazem a cadeia causal. Aqui caberia uma relação com o que a locução “ser morto” pode lexicalizar. Vemos que a AA actancial explicada por Jackendoff encontra razões semelhantes aqui em Talmy.

Se observarmos a FIGURA 2, temos ainda dois polos esquemáticos que constituem a estruturação da linguagem (o sistema de perspectiva e o sistema de encaixamento). Esses sistemas apresentam características nas quais não nos deteremos na pesquisa. O sistema de perspectiva, considerando a proposta de Talmy, pode, sumariamente, ser entendido por considerar o ponto de vista que envolve a cena e os seus participantes, tem a ver com a observação mental, não física que fazemos dos referentes. Este sistema é formado por quatro categorias: lugar de perspectiva, distância, modo e direção. Já o sistema de força ou encaixamento, tem a ver com as interações entre os participantes e a cena em questão. Esses dois subsistemas propostos mantêm relação com outros tipos de questões/de fenômenos cognitivos, que não as AAs.

Quanto às anáforas locativas (“A cidade amanheceu sob a neblina. **A Igreja** desapareceu da paisagem”) e as funcionais (“A cidade amanheceu sob a enxurrada. **O prefeito** decretou estado de emergência”), observamos que elas não são sustentadas por operações de um sistema cognitivo que faz estruturação da linguagem. Obviamente há condições cognitivas, mas não a partir do sistema de

estruturação de Talmy (2001). Ou seja, tais relações são discursivas, pragmáticas, inferenciais, convencionadas historicamente. Nesses casos, não conseguimos um correspondente na representação cognitiva, proposta pelo autor. As AAs meronímicas e actanciais são semanticamente fundamentadas, posto que são explicadas a partir de operações cognitivas.

Há muitos outros detalhes que merecem ser discutidos em Talmy, para que se alcance uma compreensão mais geral das operações semânticas que caracterizam o funcionamento da estruturação da linguagem. A tentativa do presente capítulo foi tentar discutir como podemos pensar numa relação entre AA e traços cognitivos. Acreditamos que a teoria de Talmy traz justificativas satisfatórias se somadas às contribuições de Jackendoff. Como observado/problematizado, as AAs locativas e funcionais são menos previsíveis numa relação léxico-estereotípica; por isso, passam a ser consideradas como casos de AI.

5 ANÁLISES

Objetivamos, com as análises, chamar a atenção para as questões cognitivas que caracterizam as AAs e que podem contribuir ou ao menos ocupar um lugar de destaque nos estudos sobre o texto. Assumimos que os aspectos cognitivos e conceituais também devem ser privilegiados quando se interpreta e se analisa textos.

Antes de darmos início às análises, faz-se necessário destacar que as sequências textuais, caracterização proposta por Adam, nesta tese, têm uma importância mais metodológica do que teórica, servindo como guia para as análises e seleção de dados. Por isso, aparecem nesta etapa da pesquisa, como vetor de discussão.

Organizamos nosso capítulo de análise da seguinte forma: começamos por discorrer acerca do estudo das sequências textuais, tratando de noções e conceitos que são fundamentais para a compreensão geral desse nível de análise. A partir dessa discussão, apresentamos cada uma das sequências textuais, sinalizando os processos não correferenciais (anáforas indiretas e anáforas associativas) presentes, articulando-os à constituição da sequência.

Os critérios de análise partem das discussões realizadas durante a pesquisa, e focalizam: o estudo das AAs, os processos cognitivos e conceituais na caracterização léxico-estereotípica e a caracterização das macroproposições. É importante reforçar também que, no momento da análise e delimitação das cadeias anafóricas, consideramos que a relação entre elemento âncora e anáfora deve ser binária, ou seja, a relação (correferencial ou não) deve ser estabelecida entre dois elementos, uma âncora para cada uma das anáforas, e não uma mesma âncora sustentando várias anáforas. Obviamente, um mesmo elemento âncora pode aparecer em mais de um encadeamento. A opção binária é sugerida por Kleiber no trato das AAs.

Começamos pelo entendimento do quadro teórico das sequências textuais.

5.1 AS SEQUÊNCIAS TEXTUAIS

Ao propormos um trabalho que considere as sequências textuais como unidade de análise, é fundamental que façamos um tratamento de pelo menos dois aspectos pertinentes: 1) o estatuto das sequências textuais no modelo de Adam; e 2) a decisão do autor de se limitar a cinco sequências elementares prototípicas. Feitas essas observações, retomaremos nossa proposta de analisar o fundamento semântico das AAs no interior dos textos, observando o papel das AAs na constituição das macroproposições que compõem cada uma das sequências textuais.

Começando pelo primeiro aspecto apresentado, destacamos a caracterização cognitiva e prototípica das sequências, que apresenta certa afinidade com as escolhas teóricas apresentadas neste estudo – a semântica cognitiva. Ao trabalharmos com a semântica cognitiva, aproximamos tal abordagem à construção prototípica dos textos, ou seja, a sequencialidade que os caracterizam. Adam explicita que a passagem de uma teoria de superestruturas (o texto como um todo) a uma hipótese sobre a estrutura sequencial dos textos e sobre os protótipos de esquemas sequenciais de base constituem o objeto de sua pesquisa. Vemos que a cognição contribui para o estudo da constituição do texto, seja considerando os elementos de referenciação, seja considerando a sequencialidade que se estabelece. A semântica cognitiva torna-se, portanto, uma opção teórica satisfatória para discutirmos acerca do fenômeno da referenciação em nível de sequência textual.

A proposta de Adam, ao trabalhar com as sequências textuais, pode ser assim apresentada:

Eu me proponho a reorganizar esses subsistemas em um tipo de teoria de conjunto. Os planos de organização da textualidade levam em conta o caráter profundamente heterogêneo de um objeto irreduzível a um único tipo de organização, complexa e ao mesmo tempo coerente. Passando por um caráter teorizável dessa diversidade e dessa heterogeneidade, eu falo de diferentes planos de organização textual e eu defino o texto como uma estrutura composta de sequências.⁵⁴ (ADAM, 1997, p. 20).

⁵⁴ Versão original: "Je me propose de réorganiser ces sous-systèmes dans un essai de théorie d'ensemble. Les plans d'organisation de la textualité rendent compte du caractère profondément hétérogène d'un objet irréductible à un seul type d'organisation, complexe et en même temps

No desenvolvimento de sua proposta, Adam afirma que a organização sequencial da textualidade é o plano que parece constituir a base mais interessante da tipologia dos textos. Segundo o autor, tanto na compreensão como na produção textual, parece que os esquemas prototípicos são progressivamente elaborados pelos sujeitos, ao curso de seu desenvolvimento cognitivo. O autor ainda salienta que um relato singular ou uma descrição apresentam características diferentes entre si e igualmente diferentes de outros relatos e de outras descrições. Sobre isso, o autor vai afirmar que “todos os tipos de sequência são, a sua maneira, ‘originais’”⁵⁵ (ADAM, 1997, p. 28). Entretanto, textos em que predomina o mesmo tipo de sequência apresentam características comuns. Nas palavras do autor: cada sequência apresenta características linguísticas de um conjunto, por exemplo, em textos de sequência descritiva há um ar familiar, característico dessa sequência, “que incita o leitor interpretante a identificá-las como sequências descritivas mais ou menos típicas, mais ou menos canônicas. Isso acontece da mesma forma para uma sequência narrativa, explicativa ou argumentativa.”⁵⁶ (ADAM, 1997, p. 28).

O autor afirma que, do ponto de vista cognitivo, sempre se admite que os esquemas prototípicos não dão conta sozinhos da compreensão e da produção dos textos. Segundo o autor, todos os tipos de conhecimento entram em jogo. (ADAM, 1997, p. 14) Ou seja, todas as inferências são importantes para a interpretação global de um texto.

Considerando os tratamentos especificados, apresentamos a hipótese de Adam, no que diz respeito ao estatuto das sequências textuais:

As sequências elementares parecem se reduzir a alguns tipos elementares de articulação de proposições. No estado atual de reflexão, parece-me necessário fixar as sequências prototípicas seguintes: narrativa, descritiva,

cohérent. Pariant pour caractere théorisable de cette diversité et de cette hétérogénéité, je parle de différents plans d'organisation textuelle et je définis le texte comme um structure composée de sequences." (ADAM, 1997, p. 20).

⁵⁵ Versão original : "Toutes les sortes de séquences sont, à leur manière, *originales*". (ADAM, 1997, p. 28)

⁵⁶ Versão original: "(...) (un *air de famille*) qui incite le lecteur interprétant à les identifier comme des séquences descriptives plus ou moins typiques, plus ou moins canoniques. Il en va exactement de même pour une sequence narrative, explicative ou argumentative." (ADAM, 1997, p. 28, grifos do autor)

argumentativa, explicativa e dialogal.⁵⁷ (ADAM, 2001, p. 30, grifos do autor, tradução nossa).

O autor define o texto como uma estrutura composta de sequências e entende essas sequências enquanto estruturas, caracterizadas por uma rede relacional hierárquica; uma entidade relativamente autônoma. (ADAM, 2008).

Segundo o autor, trabalhar o texto a partir de uma estrutura sequencial permite trabalhar com a heterogeneidade sequencial que o constitui. A sequência, unidade constituinte do texto, é composta de pacotes de proposições (as macroproposições), que se constituem de *n* proposições (ADAM, 2008, p. 29).

Considerando a observação acima, passamos ao tratamento do segundo aspecto apresentado no início desta seção: as justificativas de Adam para assumir cinco sequências elementares de base. O autor apresenta a hipótese de existência de um pequeno número de tipos sequenciais de base – tipos monogerados *narrativo*, *descritivo*, *argumentativo* e *explicativo*, e o tipo poligerado dialogal – tendo por objetivo teorizar de maneira unificada a heterogeneidade composicional dos discursos. O autor afirma que “sem a existência de tais categorias, nossa apreensão dos enunciados produzidos seria provavelmente impossível: nós seríamos submergidos pela diversidade absoluta, por uma impressão caótica que as regularidades sintáticas não compensariam.”⁵⁸ (ADAM, 1997, p. 06-07, tradução nossa).

Segundo ele, os outros tipos podem ser abandonados, pois se reduzem a descrições de ações, sendo procedimentais, instrutivos ou explicativos, e se restringem a planos ilocucionários ou de organização textual e não de sequencialidade propriamente dita. Assim, segundo o autor, os tipos injuntivo, predicativo, optativo devem ser abordados como simples descrições e não como novas estruturas textuais. Da mesma forma, o autor exclui o tipo poético do quadro da sequência textual.

⁵⁷ Versão original: "les «Les séquences élémentaires semblent se réduire à quelques types élémentaires d'articulation des propositions. Dans l'état actuel de la réflexion, il me paraît nécessaire de retenir les séquences prototypiques suivantes: *narrative*, *descriptive*, *argumentative*, *explicative* et *dialogale*." (ADAM, 2001, p. 30)

⁵⁸ Versão original: "Sans l'existence de telles catégories, notre appréhension des énoncés produits serait impossible: nous serions submergés par la diversité absolue, par une impression chaotique que les régularités syntaxiques nem compenseraient pas". (ADAM, 1997, p. 06-07)

Segundo Adam “[é] o esquema ou imagem mental do protótipo-objeto abstrato, construído a partir de propriedades típicas da categoria, que permite o reconhecimento ulterior de tal ou tal exemplo como mais ou menos prototípico.”⁵⁹ (ADAM, 1997, p. 31, tradução nossa). Vemos que o esquema ou imagem mental do protótipo já sinaliza que as sequências, mais exatamente o reconhecimento da sequência, possui explicação de ordem cognitiva.

Essa hipótese, segundo o próprio autor, baseando-se em Sumpf (1969), tem por finalidade dar conta de uma categorização relativamente intuitiva e próxima dos julgamentos espontâneos dos sujeitos a partir das quais, sobre certas condições, eles deveriam ser capazes de desenvolver uma série de proposições teóricas. Adam (1997, p. 6) afirma, retomando uma afirmação de Van Dijk, que “a categorização dos textos faz parte das atividades cognitivas espontâneas dos sujeitos”⁶⁰. E completa, mencionando Kleiber, 1990 (apud ADAM, 1997, p. 6): “Categorização e categorias são os elementos fundamentais, na maior parte do tempo inconsciente, de nossa organização da experiência”.⁶¹ Ou seja, interpretar e construir textos parte do nosso conhecimento anterior, de nossa familiaridade com os textos, e isso é realizado de forma intuitiva, cognitiva, uma vez que tais estruturas tornam-se armazenadas na mente.

Ainda sobre este ponto, mencionamos Wachowicz (2010, p. 52): “[s]eguindo uma tradição forte da linguística europeia da segunda metade do século XX, Adam defende que as sequências são produto de uma habilidade cognitiva natural do homem – a categorização.”

Partimos do pressuposto de que há um processo cognitivo que justifica o movimento da referencialidade e que as AAs garantem a construção/a interpretação do texto. É importante destacar: nossa ideia não é comprovar que isso seja frequente nos textos, mas sim ilustrar tal fenômeno. Temos visto também que a

⁵⁹ Versão original: “C’est le schéma ou image mentale du prototype-objet abstrait, construit à partir de propriétés typiques de la catégorie, qui permet la reconnaissance ultérieure de tel ou tel exemple comme plus ou moins prototypique”. (ADAM, 1997, p. 31)

⁶⁰ Versão original: “la catégorisation des textes fait partie des activités cognitives spontanées des sujets”. (ADAM, 1997, p. 6)

⁶¹ Versão original: “Catégorisation et catégories sont les éléments fondamentaux, la plupart du temps inconscients, de notre organisation de l’expérience”. (KLEIBER, 1990, p. 13 apud ADAM, 1997, p. 6)

construção associativa se estrutura a partir de um modelo de estruturação da linguagem, o que garante a categorização dos termos na textualidade.

Limitamo-nos nesta pesquisa a caracterizar cada uma das sequências textuais, presentes nos textos selecionados, privilegiando a presença das AAs na constituição e interpretação textual, refletindo, sobretudo, sobre as inferências cognitivas e semânticas responsáveis pela associação. Obviamente, nosso foco é mostrar que as AAs promovem a textualidade, cumprindo um papel determinante para a constituição de cada uma das macroproposições que constituem as sequências textuais. Para cada sequência, as AAs sinalizam um papel diferente e de muita importância na caracterização das macroproposições. Nesta tese, embora analisemos textos das cinco diferentes sequências textuais, privilegamos um campo de discussão maior entre as sequências narrativa, descritiva e argumentativa, por acreditarmos que elas apresentam propriedades intrínsecas entre a presença de AA e as macroproposições que as caracterizam.

5.1.1 Análise de textos da sequência narrativa

A sequência narrativa pode ser entendida como a exposição de fatos reais ou imaginários; dentro dessa designação de “fatos”, notam-se duas realidades distintas: eventos e ações. A ação se caracteriza pela presença de um agente (ator humano ou antropomórfico) – que provoca ou tenta evitar uma mudança. O evento acontece sem intervenção intencional de um agente (ADAM, 2008).

Mencionamos, aqui, baseados em Adam, alguns critérios que definem os textos narrativos: sucessão de eventos, unidade temática, predicados transformados, processo, causa da narrativa e avaliação final. Apresentamos brevemente a composição da sequência narrativa para que possamos refletir sobre sua forma de composição. Vejamos o esquema a seguir, baseado em Adam (2008):

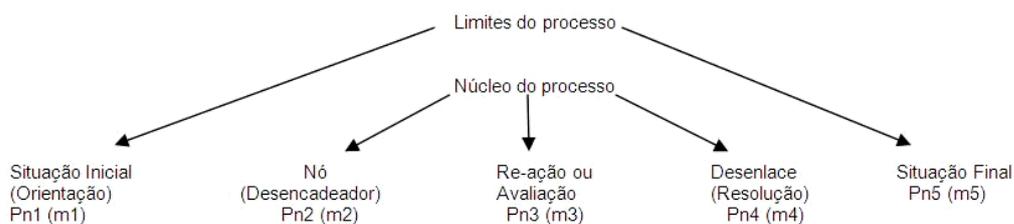


FIGURA 4 – Estrutura da Sequência Narrativa

FONTE: Adam (2008, p. 225)

Observamos, no esquema, a forma de organização da sequência narrativa. Cada uma das ramificações, tanto do limite do processo quanto do núcleo do processo, representa macroproposições que constituem essa sequência. Há a apresentação de uma situação inicial, que orienta a narrativa, na qual constam informações sobre os fatos, contextualizando, muitas vezes, o leitor sobre o assunto do texto. Em um segundo momento, há uma sequência de fatos (nó – situação desencadeadora, reação ou avaliação e desenlace), macroproposições que trazem a complicação, o desenvolvimento da narrativa. Por fim, há a situação final, em que temos a resolução final. Na narrativa, é comum aparecer, no final, a moral da história.

Essa sequência é dividida em dois processos: um que delimita (início e fim) e outro que diz respeito ao desenrolar dos fatos, a ação propriamente (o núcleo do processo).

Segundo Adam (2008), há duas formas para expor a análise da sequência: no sentido amplo ou no sentido distribucional. O sentido amplo, segundo Adam (2008), contempla cada uma das etapas da sequência narrativa no texto, possibilitando a identificação de cada uma das partes (das macroproposições) sugeridas pelo autor. O sentido distribucional possibilita olharmos para o texto de forma mais detalhada e encontrarmos, dentro dos limites do discurso, n complicações e resoluções, ou seja, há um detalhamento, uma decomposição maior das partes/das macroproposições. Em nossa análise, contemplamos o sentido distribucional, considerando todo o processo sugerido no gráfico, tendo em vista que nosso objetivo é analisar as AAs na construção das macroproposições.

Outro aspecto, já brevemente apontado na seção anterior, merece ser aqui retomado: o fato de que há capacidades cognitivas, intuitivas, que auxiliam na composição da narrativa. Conseguimos, com certa facilidade, produzir e interpretar um texto narrativo por termos familiaridade com a estrutura desse tipo de sequência.

Assumimos que um dos elementos que garante/que justifica a sequência narrativa é a presença da referenciação textual. A progressão temática e a unidade do texto são garantidas pela introdução e pela retomada de elementos que estão de alguma forma associados, conforme veremos.

Passamos a análise do primeiro texto, procurando observar a contribuição da AA para a composição da sequência narrativa:

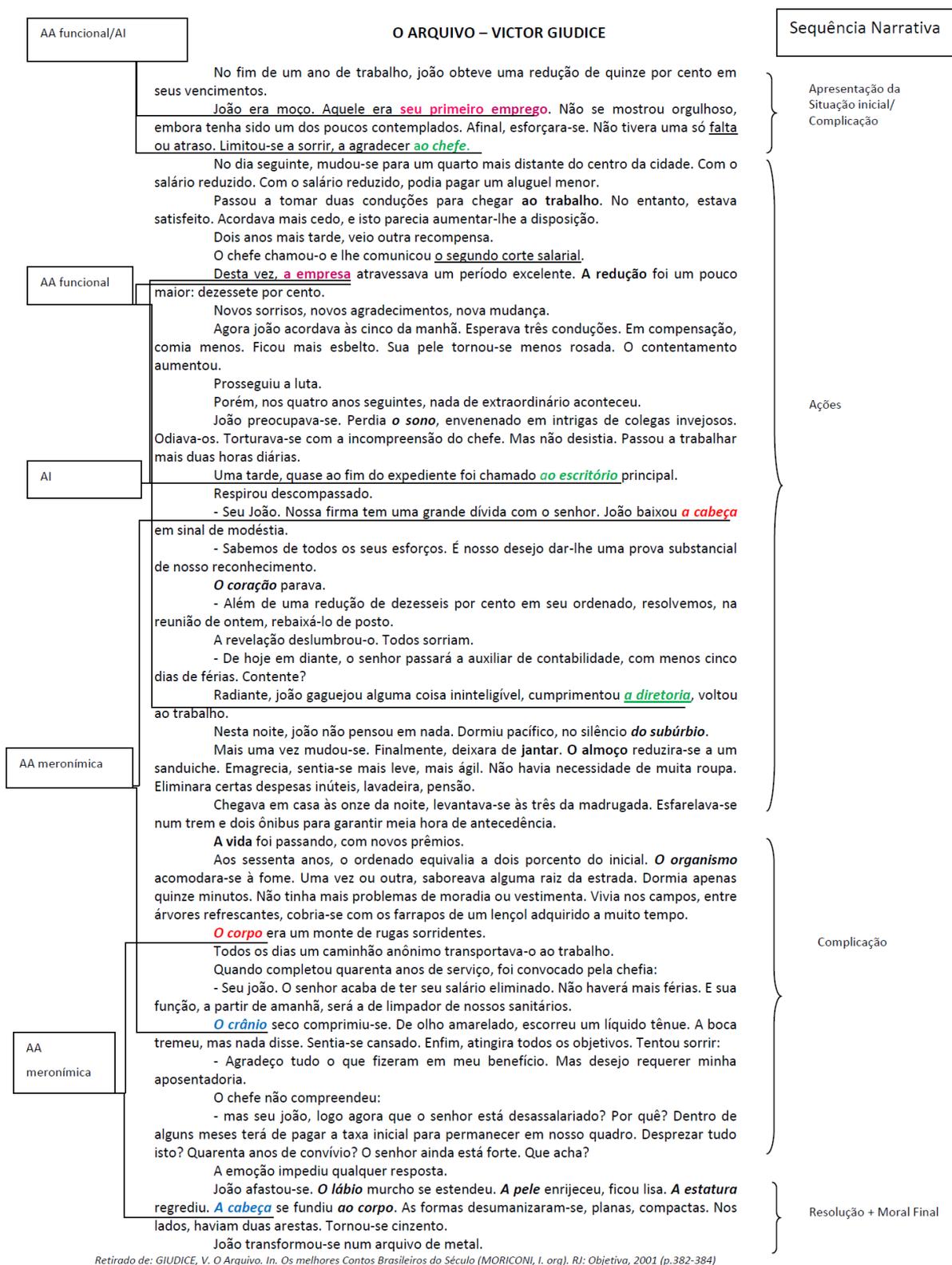


FIGURA 5 – Sequência narrativa 1

Legenda:

■	Âncoras: trabalho de João	■	Anáforas – trabalho de João
■	Âncoras: transformação da vida de João	■	Anáforas – transformação da vida de João

Para darmos início à análise proposta, faz-se necessária uma breve descrição/caracterização do texto apresentado. O conto *O arquivo*, de Victor Giudice, traz a história de João, um funcionário que trabalha em uma empresa. A cada ano de trabalho, João sofre uma redução no salário, o que traz consequências para sua vida (moradia distante, alimentação inadequada, pouco tempo de lazer). A ideia passada pela narrativa é a de que quanto mais João trabalhava, menos ele recebia e, no final do conto, como consequência, o personagem se torna um arquivo da empresa, ou seja, um objeto. Podemos caracterizar o conto como sendo constituído predominantemente pela sequência narrativa, conforme já indicado no texto.

Observamos, nas tabelas a seguir, as cadeias anafóricas presentes no texto⁶². Antes, chamamos atenção para o fato de que podemos encontrar duas grandes âncoras que dão conta da interpretação do texto: a primeira, que traz o trabalho de João, ou melhor, apresenta um tratamento de João e sua condição de trabalho, e outra, que dá conta de João e a transformação pela qual o sujeito passa, vejamos:

TABELA 2 – Cadeias anafóricas que estão relacionadas à condição de trabalho de João

Âncora	Anáfora	Tipo de relação
Emprego	o chefe	AA funcional/AI
a empresa	o escritório	AA meronímica
a empresa	a diretoria	AA funcional/AI

TABELA 3 – Cadeias anafóricas relacionadas à transformação na vida de João

Âncora	Anáfora	Tipo de relação
o corpo	a cabeça	AA meronímica
a cabeça	o crânio	AA meronímica
o João	o lábio, a pele, a estatura	AA meronímica
o corpo	a estatura	AI

⁶² É importante destacar que assumimos aqui que para cada cadeia anafórica existe um elemento âncora/fonte e uma única anáfora (relação binária), conforme propõe Kleiber (2001).

Nessas tabelas, trazemos uma tentativa de classificação e podemos observar a recorrência das anáforas de tipo meronímica, locativa e funcional. As locativas e funcionais, como discutimos, são consideradas, nesta pesquisa, como indiretas, por não serem semântico-cognitivamente fundamentadas.

Partimos, agora, para a análise e discussão dos elementos presentes no texto. Para isso, retomamos os critérios de análise: a) propriedades de Kleiber; b) primitivos de Jackendoff; c) operações dos sistemas de Talmy; e d) implicações nas macroproposições das sequências.

Começamos pelo primeiro critério: **(a) propriedades de Kleiber**. Na apresentação inicial (observar sinalização no texto), temos uma AA funcional, entre “seu primeiro *emprego*” e “o chefe”. Vejamos as sentenças: “João era moço. Aquele era **seu primeiro emprego**”. (...) “Limitou-se a sorrir, e a agradecer ao chefe.” Segundo Kleiber, o caso destacado caracteriza-se pela relação associativa funcional, porém temos defendido nesta pesquisa que a relação funcional não seria um caso de AA e, sim, um caso de AI, devido à falta de fundamentação semântica de léxico. Acreditamos que a relação entre “emprego” e “o chefe” seja indireta. Comprovamos essa hipótese defendendo primeiramente que, embora haja uma relação ontológica entre “emprego” e “o chefe”, tal relação é muito mais discursiva, baseada em um construto social, e não lexical. Em segundo lugar, não há nenhum primitivo semântico (considerando a perspectiva teórica assumida nesta pesquisa), que dê conta dessa relação, conforme veremos no critério (c). Não conseguimos encontrar justificativas semântico-cognitivas que esclareçam uma ligação léxico-estereotípica entre “emprego” e “o chefe”, embora possamos colocá-las num mesmo campo semântico. Com isso, questionamos a proposta de Kleiber.

Para discutirmos a questão de uma forma precisa, retomamos aqui as propriedades que o próprio Kleiber considera fundamental para a caracterização de uma AA: **1)** a definitude do termo; **2)** a orientação da relação associativa; **3)** a questão da congruência ontológica; e **4)** a condição de alienabilidade.

A anáfora “o chefe” cumpre o primeiro critério, pois aparece antecedita de artigo definido. Porém, não julgamos tal critério como imprescindível para a relação associativa. Inclusive, em outros exemplos e, conforme já posto na discussão teórica da tese, acreditamos que, mesmo sem a definitude do termo, é possível encontrarmos casos de AA. Quanto ao segundo critério, *a orientação da relação associativa*, esta tem a ver com a linearidade, ou seja, a ordem em que aparecem os

termos; normalmente a orientação dada é todo-parte. A relação esboçada também cumpre esse critério, havendo primeiro “emprego” (o todo) e depois “o chefe” (uma das partes), mas essa relação, como já dissemos, é muito mais discursiva e convencional do que lexical.

Quanto aos terceiro e quarto princípios, o da congruência ontológica e o da condição de alienação, consideramos que a relação entre “emprego” e “o chefe” parece ser imediata, pois os elementos pertencem a um mesmo campo semântico, porém, assumimos que se trata de um construto social. Um dos argumentos que pode justificar nossa escolha por considerar as funcionais enquanto casos de AI seria a natureza dos constituintes “empresa” (inanimado) e “o chefe” (animado). Salienciamos também que as actanciais, consideradas neste estudo como casos de AAs, envolvem agentes que complementam ações verbais, diferente do que acontece nas funcionais.

Tomamos a relação entre “a cabeça” e o “crânio” (“João baixou **a cabeça** em sinal de modéstia” e “(...) o crânio seco comprimiu-se”), ou entre “o corpo” e “a cabeça” (“**O corpo** era um monte de rugas sorridentes” e “a cabeça se fundiu ao corpo”), consideradas nesta tese como casos de relação associativa meronímica. Em ambas, observamos que as propriedades de Kleiber são cumpridas. Há a definitude que antecede o termo anafórico; o critério de orientação todo-parte é seguido; há a congruência ontológica, ou seja, a relação entre “cabeça” e “o crânio” e entre “o corpo” e “a cabeça” é intrínseca; além disso, os termos são inalienáveis, uma vez que “o crânio” é constitutivo de “cabeça” e “a cabeça” é constitutiva de “corpo”.

Como forma de fortalecer a condição apresentada de que a relação funcional não seria caso de AA e que as relações entre “o corpo” e “a cabeça” e entre “a cabeça” e “o crânio” seriam, discutimos, a partir de agora, a fundamentação semântica que dá conta dessas relações. Passamos, portanto, ao segundo critério de análise: **(b) os primitivos de Jackendoff**.

Se retomarmos as proposições “João baixou **a cabeça** em sinal de modéstia” e “(...) o crânio seco comprimiu-se”, podemos “retirar” um indivíduo [THING] de um conjunto maior. Por exemplo, no conjunto “cabeça”, podemos encontrar “os olhos”, “a boca”, “o nariz”, “o crânio”. Essa possibilidade de encontrarmos indivíduos pertencentes a um conjunto, e mais do que isso, o fato de

termos componentes de um conjunto, pode ser explicada pela semântica conceitual de Jackendoff.

Jackendoff apresenta o princípio de lexicalização e desenvolve a ideia de que há categorias ontológicas oriundas de anáforas pragmáticas que explicam semanticamente algumas relações da linguagem. No nosso entendimento, tais categorias poderiam explicar as relações associativas; são elas: [THING], [PLACE], [DIRECTION], [ACTION], [EVENT], [MANNER] e [AMOUNT]⁶³. Assumimos que a categoria de [THING] explica a relação meronímica, tendo em vista que há algo que pode ser marcado a partir de um conjunto maior. Vimos, na discussão teórica, que a categoria de [THING] fundamenta as AAs meronímicas e as categorias de [EVENT] e [ACTION] fundamentam as AAs actanciais. No caso do texto analisado, trouxemos para discussão a relação entre “cabeça” e “o crânio”, em que um elemento, “o crânio”, é parte do conjunto maior “a cabeça”. Defendemos que “a cabeça” torna previsível e lexicaliza a expressão “o crânio”. Além disso, temos o primitivo [THING], que possibilita tal relação.

Do mesmo modo ocorre entre “o corpo” e “a cabeça”. Se voltarmos nossa atenção às categorias de Jackendoff, encontramos a categoria de [THING] que motiva a fundamentação. Entre “emprego” e “o chefe” temos uma pessoa que desempenha determinada ação/cumpri determinada função. A relação funcional está no campo do discurso e não do léxico. Nem mesmo o primitivo [ACTION] dá conta da relação funcional, pois “emprego” não lexicaliza necessariamente “o chefe”; a relação é convencionalizada socialmente.

A entidade [THING], da proposta de Jackendoff, explica a relação meronímica, uma vez que, do conjunto de “cabeça”, podemos ter “o crânio”, “o nariz”, “a boca”, “o maxilar”, etc. Esse tipo de associação relaciona-se muito ao sistema semântico de espaço de Talmy, que inclui a percepção de sua constituição interna – massiva ou discreta –, o que explica a relação “todo” constituída por “parte de”. Desse modo, podemos afirmar que há uma correspondência entre a AA meronímica e a categoria de espaço. Conforme destacado no texto, são exemplos desse tipo de relação: a cabeça – o lábio; João – o corpo.

⁶³ O maior problema da teoria de estrutura semântica de Jackendoff é que o autor não desenvolve, não apresenta um detalhamento do funcionamento dessas categorias ontológicas. A única informação que temos é que se tratam de categorias que fazem parte da estruturação semântica e que são consideradas primitivos semânticos.

Diante disso, passamos ao terceiro critério de análise: **(c) operações dos sistemas de Talmy**. Da teoria de Talmy, baseamo-nos basicamente nos sistemas configuracional de tempo e espaço e no sistema de distribuição de atenção. O sistema de tempo e espaço dá conta das relações do tipo todo-parte, o que acontece entre “corpo” e “a cabeça” e entre “a cabeça” e “o crânio”, por exemplo. Como forma de discutir o papel da AA, selecionamos alguns exemplos que cumprem os critérios definidos por Kleiber e que são fundamentados semântica e conceitualmente. Em: “João baixou **a cabeça** em sinal de modéstia (...) o crânio seco comprimiu-se”, essa relação, juntamente com as demais partes do corpo que foram descritas, pode ser considerada meronímica (parte de). As meronímicas caracterizam-se como entidades que se unem por uma relação de dependência, de modo que sua ocorrência só exista como parte das ocorrências da entidade antecedente.

Se tentarmos explicar, pelas teorias cognitivas selecionadas neste estudo, a relação entre “empresa” e “o chefe”, não encontramos no sistema configuracional de Talmy nenhum sistema cognitivo que dê conta dessas relações de localização e de função. Além do mais, os termos caracterizam-se pelo sistema categorimático, o que indica que a relação não é inalienável. Tal relação depende do discurso. Por conta disso, a AA locativa e a AA funcional são consideradas AIs.

Afirmamos que a relação indireta tem um papel importante no texto, na construção do sentido, e até na progressão das ideias, mas não tem fundamento semântico-cognitivo.

Passamos ao quarto critério de análise: **(d) implicações nas macroproposições das sequências**. Conforme observamos no texto, marcamos em destaque as macroproposições que constituem e caracterizam o texto narrativo. Podemos observar que a caracterização da sequência é feita de forma intuitiva, e, portanto, envolve critérios cognitivos. A forma de organização dos textos e as AAs cumprem um papel importante na medida em que auxiliam na construção do sentido do texto.

As macroproposições estão indicadas (à direita) no texto. Temos, em um primeiro momento, a apresentação da situação inicial, já seguida de uma complicação: “João obteve uma redução de quinze por cento em seus vencimentos/ João era moço. Aquele era seu primeiro emprego./Limitou-se a sorrir e agradecer ao

chefe.” A partir dessa apresentação inicial, a narrativa tem início e se desenvolve com base no tópico apresentado “o emprego de João”.

Na sequência, há uma série de ações, articuladas com descrições que vão compondo o conteúdo do texto, os fatos e os acontecimentos. Alguns exemplos: “do segundo corte salarial até a sua mudança de endereço”. Seguido de mais complicações: “rebaixamento do posto”, “redução dos dias de férias”. Verificamos uma série de consequências do trabalho até a resolução e conclusão final: “João tornara-se um arquivo da empresa”. A linearidade dos fatos e a presença de uma série de eventos dão sentido ao texto e são característicos da sequência narrativa. É importante sinalizar novamente que há uma seleção lexical que vai compondo o sentido do texto. Tal seleção acompanha a construção das macroproposições.

A fim de ilustrarmos a constituição da sequência e a implicação dos usos anafóricos, retomamos aqui os dois grandes movimentos de interpretação do texto: o do trabalho de João e o da transformação de João em um arquivo de metal, conforme evidenciado (TABELA 2/ TABELA 3). Das AAs, que também se encontram sinalizadas no texto, é estabelecida relação com as macroproposições (apresentação inicial, ações, complicação, resolução mais moral final).

A descrição da vida de João é retratada pelas próprias características físicas que o autor do texto passa a dar ao personagem (“**O organismo** acomodara-se à fome (...)”; “**O corpo** era um monte de rugas sorridentes (...)”; “**O crânio** seco comprimiu-se. De **olho amarelado**, escorreu um líquido tênue (...)”; “**A boca** tremeu, mas nada disse; “**O lábio** murcho se estendeu. **A pele** enrijeceu, ficou lisa. **A estatura** regrediu. **A cabeça** se fundiu **ao corpo**”; “As formas desumanizaram-se, planas, compactas. Nos lados, havia duas arestas. Tornou-se cinzento”; “João transformou-se num **arquivo de metal**”).

Conforme podemos observar, o que garante esse movimento (essa transformação de [+humano] para [-humano/+objeto]), no texto, é o léxico, as escolhas lexicais que o autor do texto faz, a partir do fenômeno de referenciação textual.

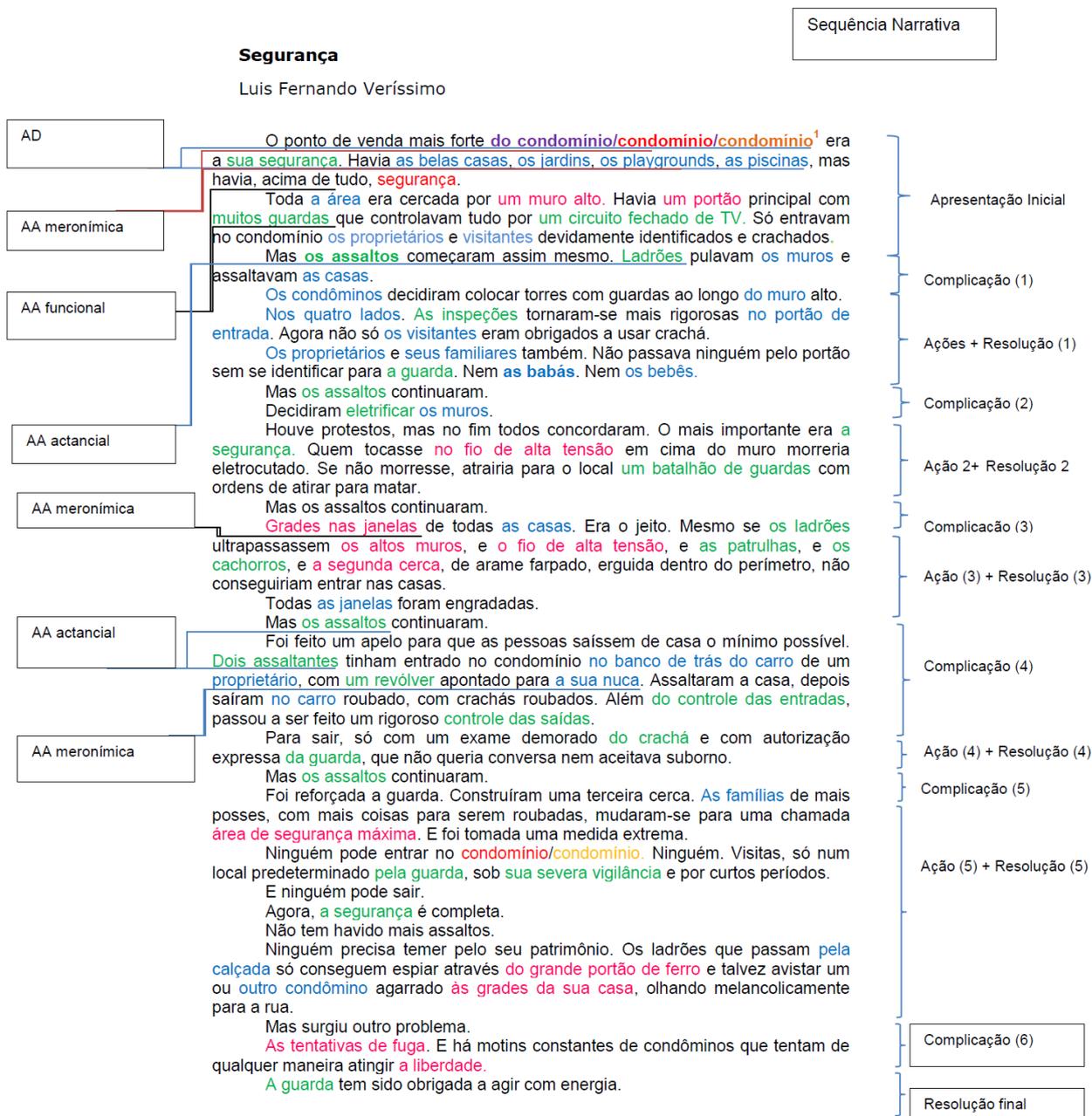
Observamos que há uma transformação ao longo do texto no que se refere ao uso dos elementos de referenciação. Podemos observar que há a presença de um léxico mais abstrato no início do texto (apresentação da situação inicial e ações) e mais concreto, no final do texto (ações, complicações, resolução), o que mostra que há uma correspondência entre a referenciação e a construção dos sentidos do

texto. Podemos observar que esse movimento está em paralelo ao próprio sentido que é construído, em que o sujeito torna-se um objeto, um arquivo.

Vemos ainda, neste texto, que há um predomínio das AAs meronímicas e das AIs. Podemos destacar que as relações meronímicas (todo-parte) apresentam um papel fundamental na construção da sequência narrativa. Se observarmos, no texto, as macroproposições ações, complicação e resolução, as AAs meronímicas têm papel significativo na articulação e composição dos acontecimentos. É muito mais o papel das AAs meronímicas que garante o sentido do texto do que o papel das funcionais ou das locativas. Observando isso, afirmamos que as AAs meronímicas, por serem justificadas a partir de uma estruturação da linguagem, garantem uma maior especificidade e referencialidade no texto.

Cabe aqui a análise de pelo menos mais um texto, constituído pela sequência narrativa, principalmente por algumas razões: primeiro, pensar na constituição da sequência independentemente do gênero; segundo, observar que o papel das AAs está intensamente relacionado à construção das macroproposições. Observamos que as AAs apresentam papel significativo em todas as sequências textuais, mas o fato delas estarem presentes na sequência narrativa, principalmente no desenrolar dos fatos, no núcleo do processo, indica que o léxico promove a continuidade do texto; os processos de referenciação estão articulados à progressão textual.

Vejamos o segundo texto:



VERISSIMO, L. F. Segurança. In: **Comédias para se ler na escola**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FIGURA 6 – Sequência narrativa 2

Legenda:

	Âncoras: condomínio - segurança		Anáforas – segurança
	Âncoras: condomínio - espaço físico		Anáforas – espaço física
	Âncoras: condomínio - prisão		Anáforas – prisão

O texto, embora seja predominantemente construído pela sequência narrativa, apresenta uma crítica à condição da sociedade, o que evidencia a argumentatividade que o caracteriza.

Podemos contextualizar o texto, de forma sumária, relatando a temática que o circunscreve: a segurança nos condomínios. No texto, observamos três grandes âncoras que sustentam a interpretação: a) condomínio com enfoque para segurança, b) condomínio entendido como um espaço físico constituído de determinadas partes (local de moradia/circulação de proprietários), e c) condomínio como um local de aprisionamento. A narrativa perpassa essas três âncoras com o intuito de relatar a condição dos moradores que, para terem segurança, perdem a liberdade. A argumentatividade do texto prevê que, para que os moradores tenham segurança, é preciso que se tornem prisioneiros, sendo cercados e monitorados. Essa crítica é mantida e construída pelo léxico que compõe a narrativa e se organiza a partir dos três eixos interpretativos mencionados. Vejamos como se relacionam, no texto, as três âncoras apresentadas:

TABELA 4 – Cadeias anafóricas que estão relacionadas ao condomínio com enfoque para segurança

Âncora – condomínio: segurança	Anáfora	Tipo de anáfora
condomínio	segurança	AA meronímica
segurança	muitos guardas	AA funcional/AI
segurança	um circuito fechado de TV	AI
os assaltos	ladrões	AA actancial
segurança	as inspeções	AA meronímica
visitantes	crachá	AI
batalhão	guardas	AI
guardas	patrulha	AI
assalto	dois assaltantes	AA actancial
dois assaltantes	revólver	AI

TABELA 5 – Cadeias anafóricas que estão relacionadas ao condomínio como um local de moradia (área física)

Âncora – condomínio: espaço físico	Anáfora	Tipo de Anáfora
condomínio	as belas casas	AA meronímica
condomínio	os jardins	AA meronímica
condomínio	os playgrounds	AA meronímica
condomínio	as piscinas	AA meronímica
condomínio	a área	AI/ AA locativa
os proprietários	visitantes	AI
condomínio	o muro	AA meronímica
muro	no portão de entrada	AA meronímica
condomínio	pela calçada	AA meronímica
condomínio	proprietários	AA funcional

TABELA 6 – Cadeias anafóricas que estão relacionadas ao condomínio como aprisionamento

Âncora – condomínio: prisão	Anáfora	Tipo de anáfora
condomínio	um muro alto	AA meronímica
um muro	o portão	AA meronímica
grades	nas janelas	AA
condomínio	uma terceira cerca	AI
condomínio	área de segurança máxima	AI
as tentativas de fuga	a liberdade	AI

Para a análise, selecionamos algumas cadeias anafóricas presentes nos eixos que sustentam a narrativa: para o eixo “condomínio” – “segurança”, selecionamos os encadeamentos “condomínio” (âncora) e “segurança” (AA meronímica); “os assaltos” (âncora) e “ladrões” (AA actancial) e “segurança (âncora) e “as inspeções” (AA meronímica); para o eixo “segurança” – “espaço físico”, selecionamos os encadeamentos “condomínio” (âncora) e “as belas casas” (AA meronímica) e “condomínio” (âncora) e “o muro” (AA meronímica); por fim, na análise de condomínio no sentido de “aprisionamento”, selecionamos “condomínio”

(elemento âncora) e “um muro alto” (AA meronímica) e “condomínio” e “área de segurança máxima” (AI). Obviamente, no desenvolver das análises, podemos mencionar outros encadeamentos que considerarmos pertinentes para a discussão e orientação da interpretação do texto. É importante sinalizar que os encadeamentos contribuem para a interpretação do texto e revelam/mantêm a temática da narrativa.

Retomamos os critérios que definem nossa pesquisa. Começamos pelo primeiro deles: **a) propriedades de Kleiber**. Observamos, no texto *Segurança*, uma série de encadeamentos associativos. Começamos nossa análise pelo estudo da âncora “condomínio” com sentido de “segurança”. Podemos estabelecer que a relação entre esses elementos é associativa, pois segurança é o que se espera de um condomínio. Observamos que o critério *definitude do termo anafórico* é satisfeito em alguns casos, como entre “condomínio” e “as belas casas” e entre “segurança” e “as inspeções”. Em outros casos, como “segurança” (âncora) e “muitos guardas” (anáfora) e “condomínio” (âncora) e “um muro alto” (anáfora) não há a definitude do termo, o que Kleiber contestaria como sendo caso de AA. Como já defendemos em outros momentos, compartilhando das ideias de autores como Hawkins (1978), Erkü e Gundel (1987) e Cunha Lima (2004), entendemos que a indefinitude tanto no caso do artigo indefinido quanto no caso do pronome indefinido “muitos” indica que há uma parte/um elemento de um conjunto, podendo, portanto, ser caso de AA. Trata-se nesse caso de um processo de individuação, em que se seleciona um elemento constitutivo de um conjunto.

Kleiber contesta a presença de indefinidos, pois ele acredita que a indefinição “um” indica quantidade, partição, além do que, segundo o autor, a indefinitude enfraquece a precisão e a unicidade que é própria da associação. Para nós, a indefinitude não elimina o caráter léxico-estereotípico que garante a associação. Observando no texto, “Toda a área era cercada por **um muro alto**”, aqui não se trata de um quantificativo, mas sim de um elemento que constitui o conjunto (a âncora).

No segundo eixo temático “segurança” com enfoque para espaço físico, temos AAs meronímicas que auxiliam na construção da noção de condomínio. Temos o todo (condomínio) e a referência às partes que o compõem: “condomínio” e “as belas casas”, sendo “casas” parte constitutiva de condomínio. Nesses casos temos a definitude do termo marcada, mas acreditamos que o que mantém a

caracterização associativa não depende fundamentalmente do fator definitude e sim da relação semântica e ontológica entre os léxicos.

No último eixo, temos a relação entre “condomínio” e a ideia de “aprisionamento”. Vemos, neste eixo interpretativo, que há uma “virada” no sentido do texto: os condôminos, agora, para estarem seguros, são tratados como prisioneiros. Seleccionamos os encadeamentos de “condomínio” e “um muro alto” e de “condomínio” e “área de segurança máxima” justamente para remontar a ideia de prisão que passa a ser marcada.

Na relação “segurança” e “muitos guardas”, temos casos de AA funcional, considerados nesta tese como AI, pois não temos como fundamentar semanticamente a relação. O sentido que é construído é muito mais dado pelo meio que pela construção cognitiva. Se observarmos a relação entre “o assalto” e “ladrões”, temos uma questão um pouco diferente. Novamente não temos o artigo definido precedendo o elemento anafórico. Mesmo assim, assumimos que se trata de AA actancial, pois o discurso pede esse tom genérico; o próprio léxico dá conta de estabelecer o significado, garantindo que se trata de referência. Vemos, portanto, que a definitude do termo anafórico não pode ser um critério rígido na caracterização de uma AA.

Vemos até o momento que os três eixos explicitados se combinam na textualidade, constituindo o sentido do texto: a ideia de que cada vez mais, ao se proteger, os moradores tornam-se prisioneiros.

Se observarmos os encadeamentos destacados anteriormente, vemos que todos cumprem a segunda propriedade de Kleiber, na caracterização da AA, a *orientação da relação associativa*, o que pode ser percebido, nas relações entre “condomínio” e “as belas casas” e entre “condomínio” e “um muro alto”. O sentido da relação normalmente é do tipo todo-parte. Porém, nem sempre é assim, e defendemos que, considerando o discurso, a relação pode ser catafórica, ou seja, parte-todo. Se observarmos o encadeamento “**Grades nas janelas** de todas as casas”, que faz parte do eixo interpretativo condomínio no sentido de aprisionamento, a relação que se estabelece é parte-todo. A AA é anterior a âncora, mas garante a relação léxico-estereotípica. Nosso posicionamento é justificado pelo fato de que estamos trabalhando com o texto e não com frases previamente fabricadas, como fez Kleiber. Acreditamos que, no trabalho com o texto, é possível encontrarmos catáforas associativas, isto é, é possível que haja relações contrárias

ao sentido de orientação, não comprometendo a caracterização de uma AA, justamente pelo fato de centrarmos na questão relevante que é a mereologia, sem se importar com a direção. Na textualidade, a dinâmica do texto possibilita a construção do sentido.

Quanto aos critérios da *congruência ontológica* e da *condição de alienabilidade*, verificamos que as relações associativas se dão de forma imediata e, na grande maioria das vezes, caracterizam-se por serem da mesma natureza. A condição de alienação é cumprida, como vemos nas relações que se estabelecem entre: “condomínio” e “um muro alto”, “condomínio” e “segurança”.

Já nas relações entre “condomínio” e “área de segurança máxima”, há a menção a uma parte, a um elemento do conjunto que remete a aprisionamento, porém consideramos a relação como indireta, por se tratar de um elemento acessório e não intrínseco à constituição do condomínio. Entre “dois assaltantes” e “um revólver”, encadeamento presente no segundo eixo interpretativo, há relação indireta, tendo em vista que acionamos o léxico “um revólver” quando diante do termo “dois assaltantes”, a partir do nosso conhecimento de mundo. Trata-se de uma relação contextual.

Um outro aspecto merece atenção: Kleiber afirma que as AAs devem ser fundamentalmente constituídas por substantivos concretos, pois, segundo ele, os substantivos abstratos abririam espaço para outras interpretações, comprometendo o caráter da precisão e unicidade das AAs. Esse aspecto é contestado nesta tese, e pode ser comprovado quando observamos a relação que se estabelece entre “segurança” e “as inspeções”, em que “as inspeções” (termo abstrato) pode funcionar como um elemento do conjunto “segurança”, estabelecendo a relação léxico-estereotípica.

Antes de encerrar o estudo das propriedades de Kleiber, interessante observarmos o último encadeamento do texto: a relação indireta entre “as tentativas de fuga” e “a liberdade”, que marcam o estado de aprisionamento dos moradores. É nesse ponto que vemos a crítica do autor. Esses encadeamentos relacionam-se muito ao eixo “segurança”; elas se cruzam no texto. Pela busca da segurança, as decisões, as alternativas de segurança, acabam por aprisionar os moradores.

Podemos encerrar o tratamento desse primeiro critério de análise, observando que os casos de AAs marcam, em certa medida, um movimento no texto. Esse movimento, dado pelo léxico, constrói sentidos no texto, perpassando

pela segurança e pelo espaço físico, voltando para a segurança e trazendo consequências aos proprietários. Observamos, de um modo geral, a presença de AAs meronímicas, o que comprova a hipótese já levantada na análise anterior, de que esse tipo de AA está relacionado à narração, principalmente à construção das macroproposições complicação, ação e resolução.

Passamos ao segundo critério de análise, por nós proposto, **b) primitivos de Jackendoff**. O pesquisador, como vimos, discute os primitivos universais que dão conta das relações conceituais. A proposta de Jackendoff auxilia na fundamentação das AAs meronímicas e nas actanciais. Podemos justificar, por exemplo, a relação entre “o assalto” e “ladrões” pelo fato de “assalto” lexicalizar “assaltantes”, “ladrões”. Ou seja, a relação está dada pelo léxico na medida em que podemos acionar agentes da situação dada. Há primitivos universais que possibilitam tal associação, no caso explicitado: [ACTION] e [EVENT] justificam a associação actancial, por termos uma situação, um agente que completa a ação. Em todas as línguas é possível estabelecermos esse tipo de relação. Na associação entre “condomínio” e “as belas casas”, a relação aciona o primitivo [THING], que é um outro primitivo sugerido por Jackendoff. Baseamo-nos também na semântica cognitiva de Talmy, que justifica as relações meronímicas e actanciais a partir da Representação Cognitiva.

Passamos, então, ao terceiro critério de análise: **c) operações dos sistemas de Talmy**. Nesta tese, a relação actancial é discutida a partir do sistema semântico de distribuição de atenção de Talmy. A AA actancial pode ser explicada, em nossos estudos, a partir da cadeia causal que faz parte do sistema de distribuição de atenção. Diante da situação “o assalto”, é possível preenchermos argumentos para dada situação. É previsível que, em um assalto, tenhamos um ladrão, assim como vítimas. A cadeia causal é constituída por: escopo de intenção (o assalto); ato do agente da violação (assaltar); motivo: (assalto); cadeia de subeventos (as diversas ações envolvidas no assalto); causa imediata do resultado final e resultado final. Se observarmos, no texto, há como preenchermos argumentos, considerando a AA actancial “ladrões” ou “dois assaltantes” que diz respeito à âncora “assalto”. Diante de “o assalto”, cognitivamente, distribuímos atenção, preenchendo a cadeia causal, ou alguns dos elementos que constituem a cadeia.

Com base nos sistemas semânticos de Talmy, encontramos justificativas cognitivas que explicam as AAs meronímicas. Na relação entre “condomínio” e “as

belas casas”, por exemplo, podemos observar o sistema de tempo e espaço, em que se recupera um elemento discreto (no caso, “as casas”) de um conjunto (o condomínio). Já na relação entre “condomínio” e “proprietários” ou entre “segurança” e “muitos guardas” podemos prever relações que Kleiber denominaria como “funcionais”. Nesses casos, nem as categorias primitivas de Jackendoff nem os sistemas semânticos de Talmy garantem o caráter léxico-estereotípico entre os termos, dado que a natureza é convencional.

No critério **d)** *implicações nas macroproposições das sequências*, vemos que há uma série de cadeias referenciais, e a presença de AAs que aparecem no texto participam da construção do sentido. Vejamos alguns casos relacionados à apresentação inicial “Toda a área era cercada por **um muro alto**” e “Havia **um portão** principal com **muitos guardas**”, observamos que a situação inicial, marcada por relações lexicais, mantém relação com a AA actancial presente na sequência “Mas os *assaltos* começaram assim mesmo. **Ladrões** pulavam os muros e assaltavam as casas.” (complicação 1) e nas demais macroproposições que garantem a unidade do texto. Observamos que em toda complicação há uma nova ação que está atrelada lexicalmente à complicação: “Mas **os assaltos** começaram assim mesmo”, “Mas **os assaltos** continuaram”.

Vale ressaltar que as AAs, neste texto, auxiliam na interpretação. Pelo encadeamento das três âncoras por nós explicitadas “segurança”, “espaço físico” e “aprisionamento”, criam-se efeitos de sentido. A própria reviravolta proposta no texto, “o aprisionamento dos moradores”, é sustentada pela presença das AAs, que pode evidenciar a crítica que o autor revela: a segurança que é tão necessária acaba por nos aprisionar. É pelo léxico, principalmente, que temos esse desdobramento de sentidos. O que a princípio parecia satisfatório para garantir a segurança (muros altos, cerca elétrica, guardas), passou a ser um problema para os moradores. No final, com um tom de humor, próprio da crônica, vemos que os moradores estão sendo tratados como prisioneiros de verdade. Não podem sair de suas casas e são controlados para que não fujam delas.

A relação argumentativa que está presente no texto é sustentada pela narrativa que é relatada. Podemos dizer que a narração está a serviço da crítica instaurada pelo autor do texto. Os acontecimentos (fatos narrados) se somam para mostrar uma realidade na sociedade atual, que é tratada pelo autor Luis Fernando Veríssimo com tom de humor.

Concluimos a análise da sequência narrativa chamando a atenção para a presença das AAs meronímicas como fundamentais na caracterização da sequência.

Analisamos dois textos caracterizados pela sequência narrativa, porém, pertencentes a gêneros diferentes, na tentativa de explicitar alguma relação. Podemos afirmar que as AAs estão atreladas à constituição da sequência, podendo, de alguma forma contribuir na caracterização também dos gêneros textuais. Porém, para isso, precisaríamos analisar um número maior de textos, sendo necessário, ainda, estabelecer novos critérios de análise.

5.1.2 Análise de textos da sequência descritiva

A sequência descritiva centra-se na caracterização de objetos ou pessoas, de modo subjetivo ou objetivo, tendo como peculiaridade a ausência de ações. Em sua constituição, observam-se o predomínio de formas nominais e de adjetivos. (ADAM, 2008).

A sequência descritiva exibe uma natureza diferente das outras: seu conteúdo temático e o que se diz sobre ele não são entidades tão concretas quanto a verificada na sequência narrativa, por exemplo. Na sequência narrativa, normalmente, predominam os fatos ordenados no tempo com personagens, enquanto na sequência descritiva essa organização não está tão segmentada (cf. WACHOWICZ, 2010).

Na caracterização da sequência descritiva, há as seguintes fases, de acordo com Adam (2008):

- 1) ancoragem** – tema da descrição, em geral uma forma nominal, ou o título.
- 2) aspectualização** – enumeração dos diversos aspectos do tema.
- 3) relacionamento** – associação com outros elementos, geralmente por comparações.
- 4) reformulação** – retomada do tema-título.

Ainda sobre a sequência descritiva, é importante destacar que ela aparece como parte de outras sequências, não se caracteriza pela autonomia como a narrativa ou a argumentativa, por exemplo. Seleccionamos, para análise, dois textos: o primeiro, um trecho do romance “O amor nos tempos do cólera”, de Gabriel García Márquez; o segundo, a descrição do mico-leão-dourado (retirado da enciclopédia *wikipedia*). Vejamos o primeiro texto, referente ao trecho de descrição da casa do doutor Juvenal Urbino, personagem do romance “O amor nos tempos do cólera”:

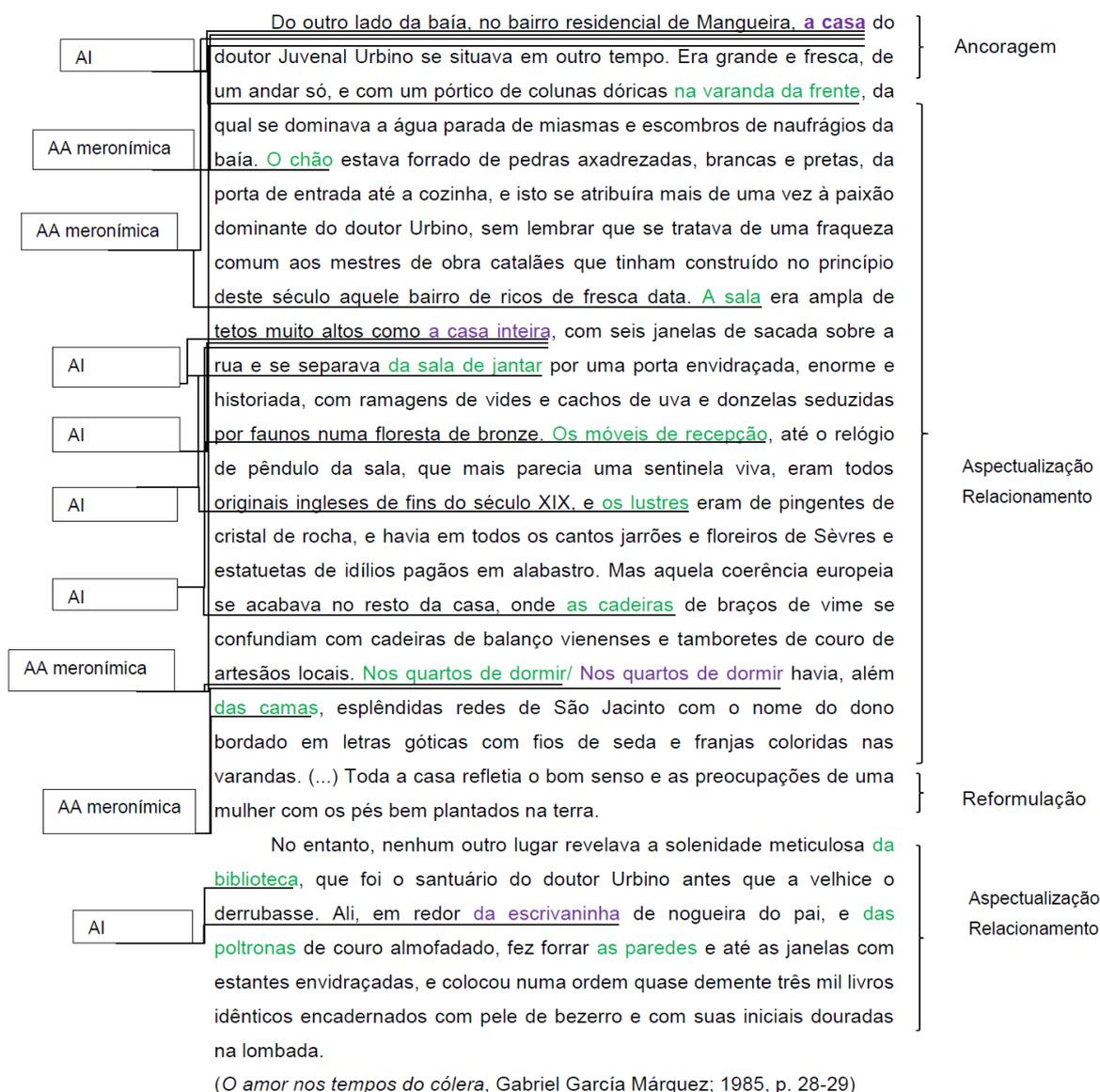


FIGURA 7 – Sequência descritiva 1

Legenda:

	Âncoras – casa/partes da casa		Anáforas – partes da casa/móbilias
--	-------------------------------	--	------------------------------------

O texto acima retrata um trecho de uma obra completa, o que evidencia que a sequência descritiva é bastante recorrente dentro de outras sequências textuais (no caso do exemplo, ela aparece somada à sequência narrativa que constitui o romance). Centramo-nos na descrição de um ambiente, a casa do personagem Juvenal Urbino.

Antes de darmos início à análise, faz-se necessário esclarecermos a noção de casa com a qual estamos trabalhando. Por nosso foco de análise ser as AAs, vimos que a relação entre o elemento âncora e o anafórico deve ser intrínseca, por isso, temos que pensar em que elementos podem ser considerados intrínsecos na constituição de uma casa, ou seja, que partes são, de fato, estereotípicas da casa. Essa noção remete a fatores culturais implicados na constituição de uma casa. Assumimos, neste trabalho, que uma casa precisa necessariamente de quarto, cozinha e banheiro, não entraremos na questão de casa com sala, quarto e cozinha conjugados. No trecho analisado, observamos a descrição de cômodos como sala e biblioteca, que são considerados, neste trabalho, como casos de AI, por apresentarem partes acessórias na constituição de uma casa.

Outro ponto de discussão que pode surgir: não seriam as partes da casa casos de AAs locativas? Neste estudo, optamos por entender as partes da casa como constituintes da casa, estabelecendo relações meronímicas. Outras questões similares a essas serão apontadas na análise do texto de sequência dialogal, que também implica na descrição de uma casa ou um apartamento.

Damos início à análise. Vejamos os encadeamentos presentes no texto:

TABELA 7 – Cadeias anafóricas do texto descrição de ambiente

Âncora	Anáfora	Tipo de relação
a casa	na varanda da frente	AI
a casa	o chão	AA meronímica
a casa	a sala	AA meronímica
a casa inteira	a sala de jantar	AI
a casa inteira	os móveis de recepção	AI
a casa inteira	os lustres	AI
a casa	nos quartos de dormir	AA meronímica
nos quartos de dormir	as camas	AA meronímica
a casa	a biblioteca	AI
a biblioteca	as paredes	AA meronímica

Começamos nossa análise pelo primeiro critério de discussão: **a) as propriedades de Kleiber**. A primeira propriedade, sugerida por Kleiber, diz respeito à *definitude do termo anafórico*. Como podemos observar, no texto e em evidência na tabela, temos relações associativas precedidas de definitude, como, por exemplo, na relação entre “a casa” (âncora) e “o chão” (anáfora) e entre “nos quartos de dormir” (âncora) e “a cama” (anáfora). Nos encadeamentos anafóricos presentes, observamos que todos os elementos anafóricos são precedidos de definitude, talvez pelo fato de que estamos lidando com um texto de sequência descritiva, em que há a aspectualização dos termos descritos (a sala, os lustres, entre outros).

Quanto à segunda propriedade descrita por Kleiber, *a orientação da relação associativa*, a relação todo-parte está estabelecida entre os termos anafóricos. Geralmente o elemento do conjunto, no caso, “a casa”, aparece retomado (de forma associativa ou indireta) por uma de suas partes (“a sala”, “o quarto”). Quanto à propriedade da *congruência ontológica*, vemos que a relação de imediatismo é estabelecida nas relações associativas: a relação entre “casa” e “os quartos de dormir” e entre “o quarto de dormir” e “a cama”, por exemplo, revelam relações previsíveis, intrínsecas. Nos casos de anáforas indiretas, como nas relações explicitadas “a casa” (âncora) e “a sala” (anáfora), “a casa inteira” (âncora) e “a sala de jantar” (anáfora) e “a casa inteira” e “os lustres”, tal propriedade não é cumprida,

tendo em vista que retomam termos que são acessórios na constituição da referenciação, não há uma relação intrínseca, ontológica e, sim, indireta.

Podemos apresentar aqui, novamente, considerações acerca das discussões feitas na fundamentação teórica da pesquisa, entre “casa” e “a fechadura”, em que a anáfora “fechadura” não se configurava como caso de AA, pois precisava do termo “porta” para estabelecer sentido associativo, havia uma distância inferencial considerável. Aqui, “a cama” é representativo de “quarto”; já, se observarmos a relação entre casa e os lustres ou sala e os lustres, a relação é mais distante, assim como no exemplo da fechadura, sem deixar de mencionar ainda, que se trata de termos acessórios (no caso da menção a lustres).

Quanto à última propriedade definidora das AAs, a *condição de alienabilidade*, vemos que ela é cumprida de forma satisfatória: “a cama” faz sentido enquanto parte constitutiva de quarto, enquanto elemento que é componente do quarto. Entre “camas” e “quarto”, temos, portanto, relação de AA meronímica, o mesmo ocorre na relação entre “a casa” e “os quartos de dormir”.

As AAs meronímicas são fundamentais na sequência descritiva analisada.

Passamos à discussão dos pressupostos semânticos e cognitivos: **b)** os *primitivos de Jackendoff* e **c)** os *sistemas operacionais de Talmy*, que auxiliam na fundamentação semântica das AAs. Já vimos nas análises anteriores que Jackendoff propõe primitivos conceituais, que são universais e servem como fundamento para as AAs. No caso do texto analisado, destacamos a relação entre “a casa” e “os quartos de dormir”. No campo semântico conceitual de casa, podemos estabelecer relação associativa entre esses termos, e explicamos tal relação meronímica com base no primitivo [THING], que se justifica pela relação de parte de um todo, ou seja, temos um indivíduo (o quarto, o chão) que faz parte de um conjunto maior (a casa).

Podemos dizer que, no contexto de descrição de casa, lexicalizamos facilmente as partes da casa (no caso, os quartos, o banheiro) ou “o chão”, “as paredes”, e isso é explicado pelo princípio de lexicalização. As relações meronímicas mencionadas também podem ser explicadas a partir dos sistemas semânticos de Talmy, em que o autor propõe, em sua representação cognitiva, a configuração de espaço e tempo. Tal configuração, já esboçada em momentos anteriores, sugere que, de um conjunto maior (como “a casa”, por exemplo), acionemos partes/elementos que o constitui. Essas partes são discretas, ou seja,

podem ser observadas, selecionadas. Podemos afirmar que a representação cognitiva proposta por Talmy esclarece e fundamenta a AA meronímica. Dito de outra forma: a relação meronímica possui correspondente no sistema cognitivo; estabelecemos associações desse tipo, pois temos capacidades cognitivas para tal.

Neste texto, encontramos somente AAs meronímicas, talvez pelo tipo de texto selecionado. Certamente, se optássemos por descrever alguma ação, encontraríamos casos de AAs actanciais, porém, poderíamos estar trabalhando mais com a sequência injuntiva, prescritiva do que com a descritiva. Vemos que as AAs são numerosas nesse tipo de texto, talvez pela macroproposição de aspectualização que caracteriza esse tipo de texto, que será discutida no próximo critério, abaixo.

No critério de análise **d)** *implicações nas macroproposições das sequências*, destacamos a relação entre as AAs meronímicas e a macroproposição de aspectualização. Antes, vejamos a constituição do texto analisado.

Primeiramente, podemos observar que há a apresentação da *ancoragem*, ou seja, a apresentação do tema, “Do outro lado da baía, no bairro residencial de Mangueira, **a casa** do doutor Juvenal Urbino se situava em outro tempo. Era grande e fresca, de um andar só, e com um pórtico de colunas dóricas na varanda da frente”. Não observamos de forma explícita a macroproposição *reformulação* (constituiu na descrição, reformulação do que está sendo descrito), talvez pelo tipo de texto, de gênero abordado. Mas, na sequência, observamos uma série de aspectualizações, seguidas de relações (macroproposição *relacionamento*), ou seja, partes que são descritas e que estão relacionadas. As aspectualizações podem ser aqui elencadas: “o chão”, “a sala”, “os móveis de recepção”, “os lustres”, “as cadeiras”, “nos quartos de dormir”. Esses elementos aspectualizados coincidem, ou melhor, representam, na verdade, termos que retomam seja a casa ou parte dela, funcionando, portanto, como elementos anafóricos. A etapa da sequência, que, no nosso ponto de vista, é a maior responsável pela definição da sequência como descritiva é justamente a da macroproposição *aspectualização* que, conforme indicado, aparece com mais constância no texto descritivo. Aspectualizar é descrever as partes de um determinado elemento/fenômeno, é detalhar as partes que compõem o que está sendo descrito. Tal etapa se constrói a partir da presença das AAs meronímicas, em que há uma decomposição das partes do elemento caracterizado.

Podemos afirmar que esta sequência, somada ao todo do romance ao qual faz parte, certamente contribui para a construção do sentido do romance (ou de parte dele).

Passamos ao segundo texto descritivo a ser analisado:

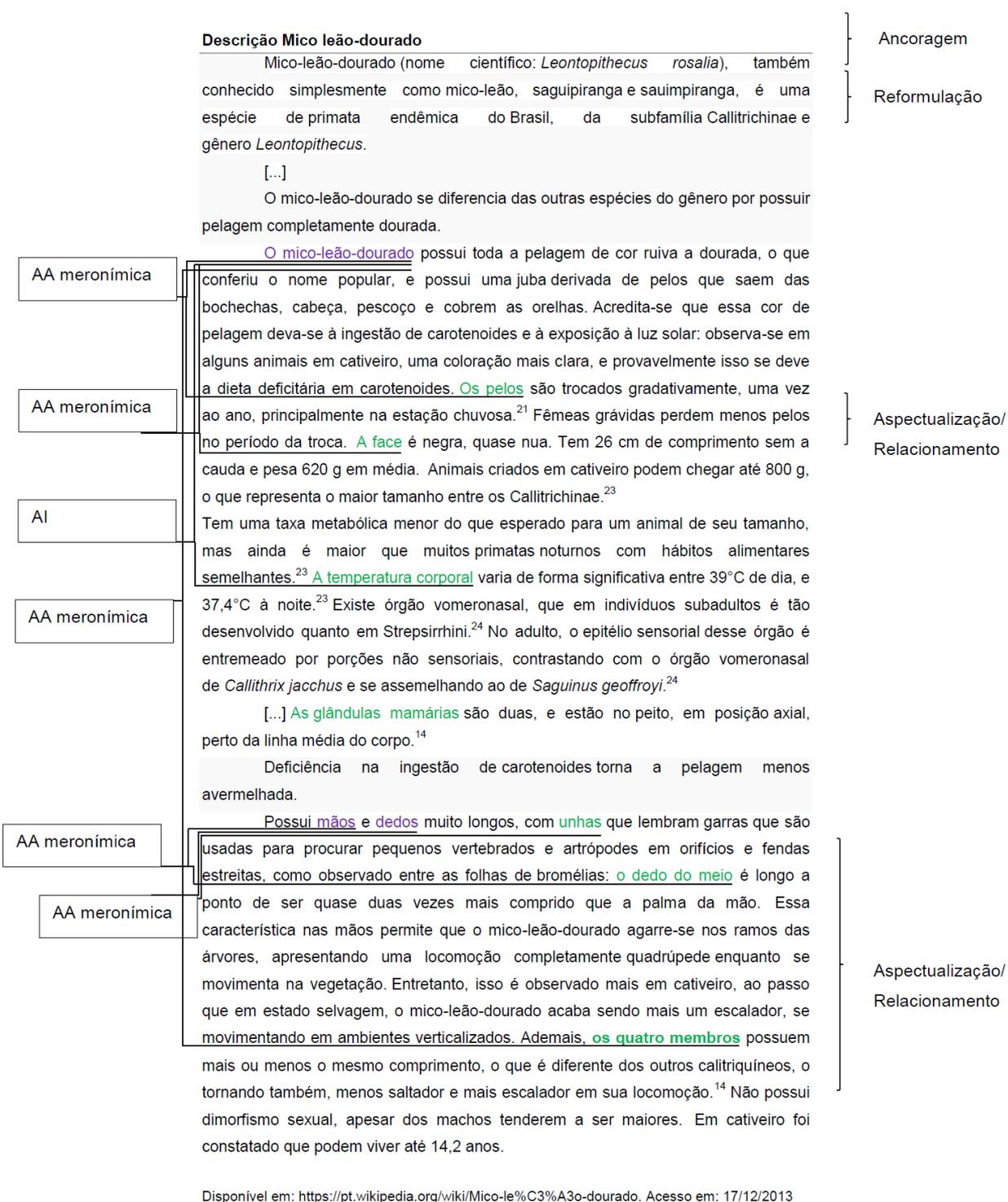


FIGURA 8 – Sequência descritiva 2

Legenda:

	Âncoras: mico-leão-dourado		Anáforas – partes do animal
--	----------------------------	--	-----------------------------

Passamos aos encadeamentos anafóricos presentes no texto:

TABELA 8 – Cadeias anafóricas do texto *Descrição do mico-leão-dourado*

Âncora	Anáforas	Tipo de relação
o mico-leão-dourado	os pelos	AA meronímica
o mico-leão-dourado	a face	AA meronímica
o mico-leão-dourado	a temperatura corporal	AI
dedos	Unhas	AA meronímica
mãos/ dedos	o dedo do meio	AA meronímica

Privilegiamos nessa análise apenas uma âncora interpretativa que perpassa a temática: a caracterização do mico-leão-dourado. Dessa temática, as cadeias anafóricas mantêm a unidade a partir do léxico que envolve a descrição do animal. Num primeiro momento, selecionamos duas das cadeias explicitadas acima a fim de discutí-las em relação aos critérios de análise; são elas: “o mico-leão-dourado” (âncora) e “os pelos” (anáfora) e “mãos” (âncora) e “o dedo do meio” (anáfora).

Começamos nossa discussão pelo primeiro critério de análise estipulado: **a) propriedades de Kleiber**. O primeiro critério que define as AAs é a *definitude do termo anafórico*; conforme podemos observar, na relação meronímica, estabelecida entre “o mico-leão-dourado” e “os pelos” ou entre “as mãos” e “o dedo do meio”, a definitude está estabelecida, garantido a unicidade e precisão prevista por Kleiber. Segundo o autor, a definitude promove precisão, trata-se de um termo que é novo, porém conhecido. Entretanto, consideramos que a relação entre “dedos” e “unhas” também é associativa, mesmo o elemento anafórico não sendo precedido de definitude. Neste caso, “unhas” revela um tom generalizante ao anafórico, o que é possível, quando se analisa as anáforas no texto. Trata-se da individuação de um elemento de um conjunto, da parte que constitui um todo.

Quanto à segunda propriedade de Kleiber, *o sentido de orientação da AA*, normalmente aparece o todo, “mãos” seguido de sua parte “o dedo do meio”. Quanto às terceira e quarta propriedades, *a questão da congruência ontológica e a condição de alienação*, observamos que tais propriedades são cumpridas. A distancia inferencial é curta entre “dedos” e “unhas” e entre “mico-leão-dourado” e “pelo”, por

exemplo. A condição de inalienação também se comprova, uma vez que as relações entre os termos são intrínsecas, ou seja, “unha” só existe como componente do “dedo”, “pelo”, existe como componente dos animais, seres, enfim. Vemos também que a relação entre elemento âncora e anáfora é inalienável, constituem relação sincategoremática.

Passamos, então, ao segundo critério de análise, **b) primitivos de Jackendoff**, que traz uma perspectiva semântico-conceitual para o presente estudo. Se observarmos a relação que se efetiva entre “mico-leão-dourado” e entre “os dedos” e “unhas”, vemos que há uma relação universal, primitiva entre os termos, tal conexão é explicada pela lexicalização, a âncora prevê o novo, há um [THING], ou seja, um indivíduo componente de um conjunto maior, em que, a partir do elemento âncora, consegue-se prever o anafórico, tendo-o como conhecido. Quanto ao critério **c) operações dos sistemas de Talmy**, que explica a relação meronímica, podemos observar, novamente, pelo sistema de configuração de espaço e de tempo, que há um conjunto composto de elementos discretos. Tais elementos discretos constituem o conjunto e devem apresentar relação de dependência em relação à âncora, o que acontece no caso da relação entre “unha” e “dedo”, por exemplo.

Fazemos menção aqui à sequência descritiva que caracteriza o texto analisado, que é marcada pela aspectualização, decomposição das partes descritas, o que se combina cognitivamente com a relação anafórica associativa, principalmente.

Se observarmos a relação meronímica sugerida a partir da proposta cognitivista de Talmy, temos que “pelos” é um elemento de um conjunto maior “mico-leão-dourado”. Podemos explicar tal associação a partir do sistema de configuração de espaço e tempo e encontrarmos, nesse conjunto discreto, alguns elementos que constituem o mico-leão-dourado: “os pelos”, “a face”, “as mãos”, trata-se da relação entre todo e parte. Essa relação é primitiva e universal.

Quanto ao último critério de análise, **d) implicações nas macroproposições das sequências**, podemos observar, nessa sequência, o papel que as AAs assumem diante das macroproposições. A sequência descritiva apresentada tem início com um esclarecimento: “Mico-leão-dourado”, e esse é o tema a ser descrito, trata-se da *ancoragem*. A *reformulação* “Mico-leão-dourado (nome científico: *Leontopithecus rosalia*), também conhecido simplesmente como mico-leão, saguipiranga e sauimpiranga, é uma espécie de primata endêmica do Brasil, da

subfamília *Callitrichinae* e gênero *Leontopithecus*” trata-se da forma como o animal pode ser entendido, conhecido. Na construção do texto, observamos a reformulação, ou seja, como o mico-leão-dourado também pode ser conhecido. Essas orientações compõem a estrutura descritiva do texto por corresponderem às informações do texto. Observamos aspectualizações, ou seja, macroproposições que indicam a avaliação, os dados a serem descritos, que, no caso, são: “os pelos”, “a face”, “a temperatura corporal”, “o dedo do meio”, entre outros. Vemos que esses elementos coincidem com os elementos anafóricos.

Na macroproposição “ancoragem”, temos a âncora principal do texto, que garante o sentido e a sequencialidade: o mico-leão-dourado. A macroproposição reformulação é apresentada logo no início do texto e é a partir dela que o texto se desenrola. Há uma série de descrições de ações que, com a presença das anáforas, vão sustentando o texto e garantindo a progressão da temática. As macroproposições são cognitivamente construídas, e as AAs têm parcela nessa relação, pois estão atreladas ao léxico. O léxico está mantendo a unidade do texto, garantindo a coerência entre título, a ancoragem, e o conteúdo apresentado no texto, que é estabelecido, principalmente, pelas aspectualizações.

Discutimos que a construção de um texto não pode ser aleatória; há uma estrutura, uma sequencialidade que é, cognitivamente, construída. As macroproposições aparecem de tal forma no texto que sustentam a sequência, constituindo o texto de fato. As AAs auxiliam nesse processo de construção textual.

Observamos que a presença de AA meronímica é fundamental na construção da sequência descritiva, e as retomadas proporcionam o encadeamento entre a ancoragem, as aspectualizações e o relacionamento.

5.1.3 Análise de textos da sequência argumentativa

A sequência argumentativa pode ser entendida, com base em Ducrot (1973 *apud* ADAM, 2008), como aquela que tem o objetivo de demonstrar ou refutar uma tese. Segundo o autor:

partem de premissas, nem sempre explícitas, aliás, supostamente incontestáveis, e tentam mostrar que não se pode admitir essas premissas sem admitir, também, esta ou aquela conclusão – sendo a conclusão a tese a ser demonstrada, ou a negação da tese de seus adversários (...). E, para passar das premissas às conclusões, utilizam diversos procedimentos argumentativos que, supõem, nenhum homem sensato poderia deixar de realizar. (DUCROT, 1973, p. 192 *apud* ADAM, 2008, p. 232)

A passagem contextualiza a caracterização de textos em que a sequência argumentativa é dominante. Nesses textos há, portanto, uma conclusão, uma tese, em que argumentos sustentam determinados posicionamentos. A construção desses argumentos, seguindo Ducrot, é comum a todos os sujeitos/autores. A composição da sequência argumentativa a caracteriza a partir da presença das seguintes proposições:

Tese anterior > Fatos > Inferências e construções de argumentos > Conclusão (nova tese)

FIGURA 9 – Estrutura da sequência argumentativa

FONTE: WACHOWICZ (2010, p. 92)

É importante destacar que essa ordem não é fixa, podendo estar apresentada de forma alterada a depender da escolha do autor do texto. A argumentação pode partir dos fatos para os argumentos e finalmente chegar à tese, como apresentado no esquema das macroproposições, e configurar um raciocínio indutivo; ou pode partir da tese e depois explorar a prova pelos fatos e argumentos e configurar um raciocínio dedutivo. Essas decisões partem do autor do texto (cf. WACHOWICZ, 2010).

A possibilidade de variação difere bastante da ordenação característica das sequências narrativas e descritivas que devem obedecer a um rigor maior na apresentação dos elementos dispostos no texto.

Retomando as macroproposições apresentadas, a *tese anterior*, de acordo com Wachowicz (2010, p. 92), “é a voz com a qual a construção argumentativa vai dialogar”. Essa tese anterior pode ser reforçada pelas seguintes ou refutada. Nas palavras de Adam (2008), a definição argumentativa põe em evidência dois movimentos: demonstrar-justificar uma tese e refutar uma tese ou certos argumentos de uma tese adversa. Na sequência, observamos a presença de *fatos* e *inferências*

que conduzem à argumentação do autor do texto. Na *conclusão*, observamos ou uma nova tese ou intervenções possíveis sobre a discussão proposta.

Conforme já sinalizado, quanto à organização do texto argumentativo, não há uma estrutura fixa que deva ser seguida, mas é importante que apareçam o assunto discutido, os argumentos, os contra-argumentos, o ponto de vista do autor do texto. É importante salientar também que é possível observarmos no texto argumentativo a presença de sequências descritivas e narrativas, principalmente na macroproposição argumento. Tanto a descrição quanto a narração podem ser importantes na constituição de um argumento ou na apresentação de um fato. Ambas as sequências podem aparecer desde que estejam a serviço da argumentação. O que não pode acontecer é o predomínio de narrações e descrições.

Veremos, inclusive, que, na construção de argumentos, é provável que apareçam a narração ou a descrição. Podemos ainda acrescentar que, no caso de haver sequência descritiva ou narrativa, certamente, observaremos AAs meronímicas, pois elas são constitutivas da narração (linearidade do texto, manutenção temática, relação entre macroproposição complicação, ação e resolução) e da descrição (a macroproposição de aspectualização).

Vejamos o primeiro texto:

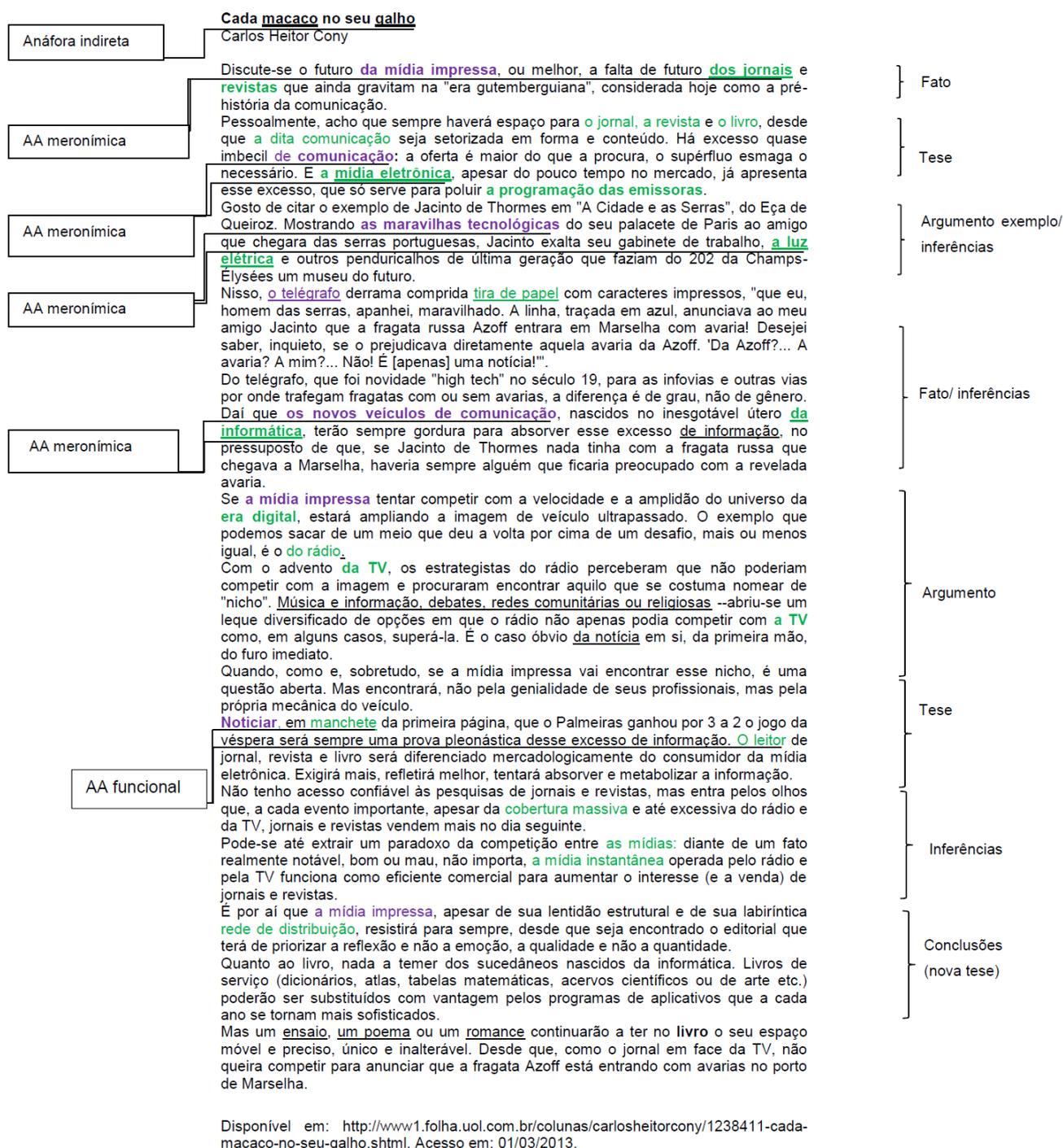


FIGURA 10 – Sequência argumentativa 1

Legenda:



O autor Carlos Heitor Cony discute sobre o espaço da mídia impressa frente à mídia digital, defendendo a tese de que a mídia impressa não irá desaparecer, mas enfatiza que ela precisa investir no que a torna mais forte. Segundo o autor, a mídia impressa não deve se deter em competições que não sejam de interesse do público leitor. Para comprovar seu posicionamento, o colunista faz uso de alguns argumentos exemplos, mostrando que o rádio, diante do surgimento da televisão, teve seu espaço na mídia em função de investir no que estava ao seu alcance (notícias, música, entre outros aspectos).

Chamamos atenção para o título *Cada macaco no seu galho*, em que, na relação direta entre “macaco” (âncora) e “seu galho galho” (anáfora direta), podemos observar a construção do sentido metafórico construído no texto. À medida que vamos lendo o texto, vamos compreendendo a relação sugerida pelo autor: cada macaco no seu galho designa que cada mídia deve se dedicar ao que se propõe, investindo no que for mais satisfatório/favorável.

Na constituição da sequência, temos, inicialmente, um fato apresentado: a discussão do futuro da mídia impressa, que é considerada hoje como a pré-história da comunicação. Após essa contextualização, o autor apresenta um posicionamento: “acho que sempre haverá espaço para o jornal, a revista e o livro, desde que a dita comunicação seja setorizada em forma e conteúdo”. O autor ainda acrescenta que há um excesso de comunicação, enfatizando que a mídia eletrônica já apresenta esse excesso, e polui a programação das emissoras. Para argumentar sobre esse posicionamento, o autor apresenta um argumento exemplo, citando um trecho da obra “A cidade e as serras”, alertando sobre o fato de que se deve observar o que realmente importa, e não os “excessos”. E o autor segue com inferências e relatos de fatos.

Consideramos a análise dos textos de sequência argumentativa muito importante para as discussões que privilegiamos na tese, justamente por assumirmos que as AAs, nesse tipo de sequência, têm um papel fundamental na construção dos argumentos – principalmente, no uso de argumentos exemplos. Destacamos, primeiramente, os encadeamentos presentes no texto.

TABELA 9 – Cadeias anafóricas do texto *Cada macaco no seu galho*

Âncoras	Anáforas	Tipo de relação
macaco	seu galho	AD
da mídia impressa	dos jornais	AA meronímica
Comunicação	a mídia eletrônica	AA meronímica
o telégrafo	tira de papel	AA meronímica
as maravilhas tecnológicas	a luz elétrica	AI
os novos veículos de comunicação	da informática	AA meronímica
manchete	o leitor	AA funcional

Seguindo os critérios de análise propostos, começamos por observar a caracterização das AAs, **a) as propriedades de Kleiber**. Destacamos as seguintes cadeias associativas: “mídia impressa” (âncora) e “os jornais” (AA meronímica), “comunicação” (âncora) e “a mídia impressa” (AA meronímica). Defendemos que os casos destacados são exemplos de AAs, o que pode ser comprovado com base no caráter léxico-estereotípico que as define. Embora já tenhamos destacado que a *definitude do termo* não seja um critério decisivo na caracterização das AAs, podemos observar que os encadeamentos apresentam a definitude do termo anafórico. Quanto *ao sentido de orientação*, todos os casos obedecem ao princípio de Kleiber, da relação todo-parte. Na discussão das propriedades de *congruência ontológica* e de *condição de alienação*, podemos observar que as relações meronímicas explicitadas se dão em um nível de previsibilidade e imediatismo; diante de “mídia impressa”, por exemplo, podemos ter “os jornais” como parte constitutiva desse conjunto. A relação é previsível; “jornais” auxilia na constituição do sentido de “mídia impressa”.

Observamos o exemplo mencionado pelo autor do texto, um trecho da obra de Eça de Queiroz, *A Cidade e as Serras*, em que temos o encadeamento “as maravilhas tecnológicas” e “a luz elétrica”. Aqui a AI aparece como parte no argumento exemplo para mostrar os avanços tecnológicos. No caso do exemplo, era a luz elétrica, e, no caso do texto, são os avanços da internet.

Passamos, então, ao segundo e terceiro critérios de análise, **b) primitivos de Jackendoff** e **c) operações dos sistemas de Talmy**. Conforme vimos, Jackendoff estuda os primitivos ontológicos que explicam alguns dos possíveis processos da

linguagem. Por exemplo, na relação “mídia impressa” podemos acionar “os jornais”, sendo essa AA meronímica explicada pelo primitivo [THING]. Justificando esse mesmo encadeamento, a partir da proposta de Talmy, temos o sistema de configuração de espaço e de tempo, que permite aos sujeitos, diante de um conjunto de elementos, selecionarem, ou melhor, acionarem determinados itens desse conjunto. Em outras palavras, diante de “mídia impressa”, podemos selecionar a “os jornais” como uma parte (um elemento discreto) do conjunto “mídia impressa”.

Na relação associativa entre “manchete” e “o leitor”, temos um caso de AA funcional, considerada aqui como caso de AI, em que temos um sujeito exercendo função diante de uma situação. Em outras palavras: a manchete pressupõe um leitor. Conforme já comentamos, nesses casos, não temos como fundamentar a relação como associativa, considerando-a, convencionada, social.

Feitas as observações das relações referenciais associativas na construção das macroproposições, passamos, então, ao quarto critério de análise **d) implicações nas macroproposições das sequências**. Na *apresentação da tese*, temos relação meronímica a partir das anáforas “o livro”, “a revista” e “o jornal” que se referem à mesma âncora “mídia impressa” (presente na apresentação dos fatos). Vemos que esses encadeamentos, esses elementos lexicais, auxiliam na composição da tese, quando o autor afirma que “há excesso de imbecilidade na comunicação”, e que “a mídia eletrônica é uma das responsáveis por esses excessos”. Vemos que o sentido do texto é construído a partir da referenciação, ou, mais precisamente, das associações presentes.

Na apresentação do fato, a presença de AA “mídia impressa” (âncora) e “jornal” (anáfora) funcionam como elementos temáticos para o evento que será discutido no texto. Conforme sinalizado, podemos observar as macroproposições, indicadas à direita da análise: *Fato inicial, tese 1, argumento exemplo/inferências, fato/inferências, argumentos, tese 2, conclusões e nova tese*. Como destacado, Adam apresenta um parâmetro base da construção da sequência argumentativa, mas vemos que esse texto se constitui de uma forma um pouco diferente, porque o autor expõe novos posicionamentos ao longo do texto, por ter a liberdade para organizar sua escrita e seu texto, o que evidencia a estrutura não fixa da sequência. Obviamente, mesmo com as alterações da ordem de base, há indícios da argumentação como a marcação da voz do autor, as inferências e retomadas, e até

mesmo o uso dos operadores argumentativos que garantem o predomínio da sequência argumentativa, que possui base cognitiva.

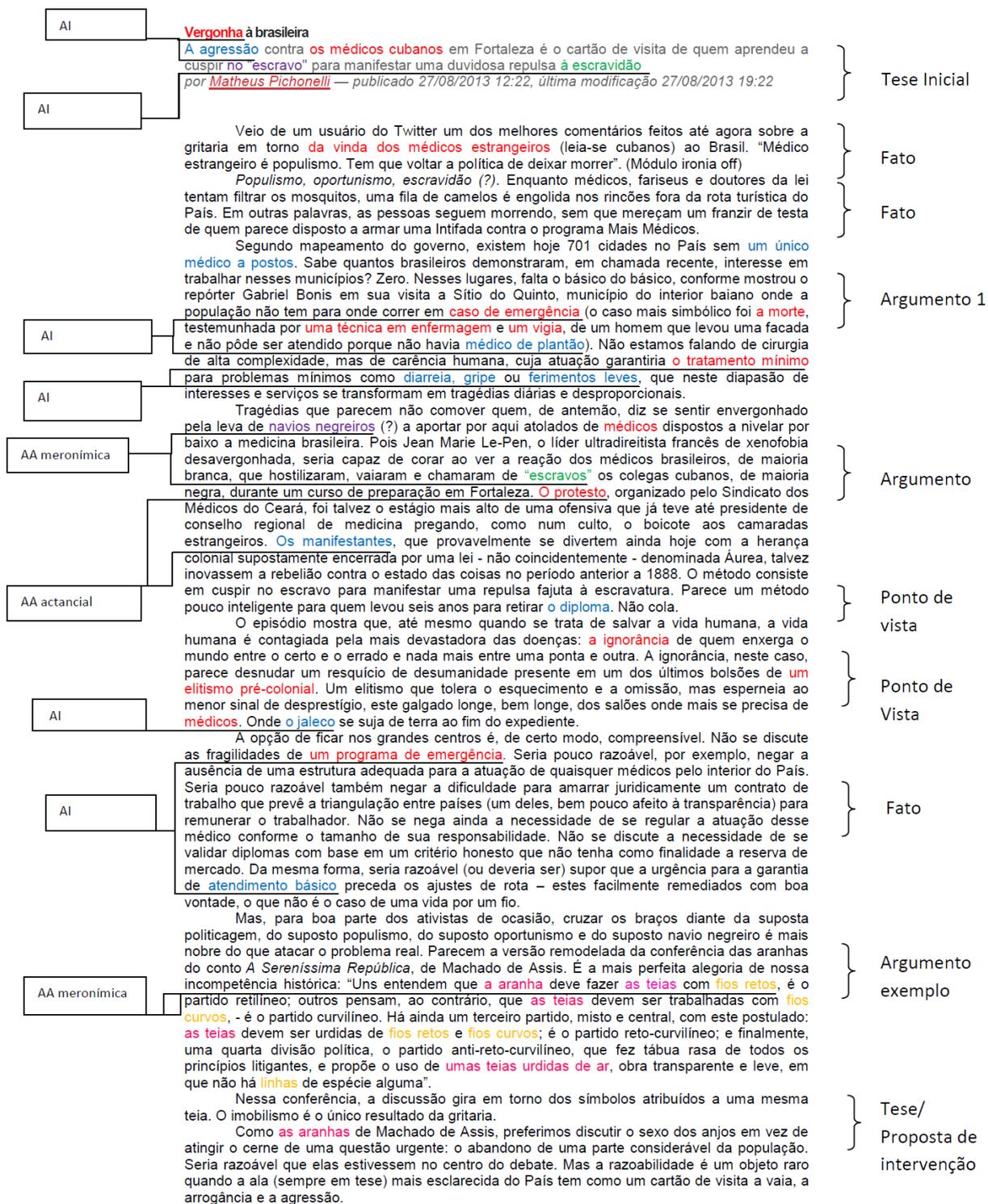
Quando o autor do texto apresenta argumentos para mostrar a tese de que há muita imbecilidade na comunicação, ele traz um dado, a partir de uma situação narrada no livro *As Cidades e a Serra*, pelo uso da referência textual “as maravilhas tecnológicas” e “a luz elétrica”, caso de AI. Nesse exemplo, temos uma analogia entre o que realmente pode ser destacado como importante em oposição ao fato que será apresentado no parágrafo que segue. Ou seja, temos o papel da associação para demarcar uma das macroproposições que vai delineando o texto.

Na sequência, temos um novo argumento exemplo quando o autor menciona “o rádio”, que, mesmo em concorrência com a televisão, conseguiu seu espaço. Assim é a relação entre a mídia impressa e a mídia digital. Com isso, o autor traz uma nova tese: que a mídia impressa encontrará seu espaço “não pela genialidade de seus profissionais, mas pela própria mecânica do veículo”. Ou seja, destacando o que é próprio do veículo. Isso vem a justificar o próprio título *Cada macaco no seu galho*, trazendo a ideia de que cada mídia deve contemplar aquilo que lhe é característico. O autor finaliza o texto com uma nova tese que reforça as anteriores, defendendo que “a mídia impressa, apesar de sua lentidão estrutural e de sua labiríntica rede de distribuição, resistirá para sempre, desde que seja encontrado o editorial que terá de priorizar a reflexão e não a emoção, a qualidade e não a quantidade”.

Sumarizando, chamamos atenção para o fato de que as AAs presentes em cada macroproposição garantem o sentido, auxiliam na construção da tese, na construção do argumento. Os encadeamentos associativos são partes dos argumentos, o léxico presente auxilia na referencialidade do texto, estando atreladas à argumentação prevista nesse tipo de sequência.

Em outras palavras: esse critério de análise busca observar o texto como caracterizado pelo domínio da sequência argumentativa. A presença das macroproposições, juntamente com as AAs, auxilia na sustentação da sequência.

Passamos, agora, ao segundo texto analisado, também caracterizado pela sequência argumentativa.



Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/saude/vergonha-a-brasileira-8881.html>. Acesso em: 10/09/2013

FIGURA 11 – Sequência argumentativa 2

Legenda:

Âncoras: escravidão	Anáforas – escravidão
Âncoras: médicos	Anáforas – médicos
Âncoras: aranha	Anáforas – aranha

O texto *Vergonha à brasileira* traz o ponto de vista do autor Matheus Pichonelli sobre a atitude dos médicos de Fortaleza em relação à chegada dos médicos Cubanos. O título do texto, juntamente com a *tese inicial* “**A agressão contra os médicos cubanos** em Fortaleza é o cartão de visita de quem aprendeu a cuspir no ‘escravo’ para manifestar uma duvidosa repulsa à escravidão”, sinaliza os pontos da discussão do autor: primeiramente, podemos afirmar que, para o autor, a atitude dos médicos brasileiros foi agressiva e ao mesmo tempo retratou uma ideia oposta ao que se coloca diante da escravidão, por isso é duvidosa; os médicos brasileiros acreditam que o manifesto contra a vinda dos médicos cubanos evidencia repulsa à escravidão, entretanto, “cuspir no escravo” retrata aversão ao escravo e não à escravidão. Mais adiante, no texto, o autor afirma que “O método consiste em cuspir no escravo para manifestar uma repulsa fajuta à escravatura. Parece um método pouco inteligente para quem levou seis anos para retirar o diploma. Não cola.” Esse posicionamento revela novamente o ponto de vista do autor do texto em relação à atitude dos médicos brasileiros.

O autor comenta acerca da vinda dos médicos cubanos, cujo lugar de atuação não é o foco de interesse dos médicos brasileiros; no texto, o autor acrescenta que a procura pela atuação profissional no interior do país, ou como chama o autor “nos rincões fora da rota turística do País”, é nula e que não há médicos para os tratamentos mais básicos. No caso retratado no texto, os médicos cubanos foram chamados de “escravos” e sua chegada comparada, pelos manifestantes, ao Navio Negreiro. O autor finaliza seu texto criticando o imobilismo que isso gera, comparando a atitude dos governantes e da sociedade de forma geral ao que acontece no conto *A Sereníssima República*, de Machado de Assis, mostrando que é preferível discutir qualquer assunto em vez de tocar nas questões principais, no caso: “o abandono de uma parte considerável da população”. É principalmente sobre esta última parte, a apresentação do argumento-exemplo, que concentramos nossa análise.

Considerando a argumentação do autor, podemos definir dois eixos de interpretação que se inter cruzam para a construção do sentido do texto e para a construção da argumentação sobre a chegada dos médicos cubanos: o primeiro está relacionado à agressão – as vaias, a arrogância, a comparação entre médicos cubanos e a escravidão, o protesto; o segundo, apoiado no argumento-exemplo, mais exatamente na metáfora que caracteriza o conto de Machado de Assis, para

retratar que nada de fato está sendo feito e planejado. É a partir da história retratada no conto que o autor encerra o texto, evidenciando que nenhuma atitude é pensada considerando quem realmente necessita de apoio e assistência.

A partir dos eixos interpretativos, podemos definir algumas âncoras de análise que sustentam e constroem o sentido do texto: a primeira delas pode ser identificada pelo eixo dos médicos na relação entre “médicos” (âncora) e “diplomas”. Nesse mesmo processo, podemos acrescentar encadeamentos que vão surgindo já manifestando a crítica do autor em relação à situação vivida pelos moradores do interior: “caso de emergência” (âncora) e “médico de plantão” (AI) ou “problemas mínimos” (âncora) e as AIs “diarreia”, “gripes”; e “um programa de emergência” (âncora) e “atendimento básico” (AI). Junto a esses encadeamentos, aparecem outros atrelados à crítica maior do autor do texto: a postura agressiva dos médicos brasileiros, evidenciada por relações como “no escravo” (AI) e “à escravidão” (âncora); “O protesto” (âncora) e “os manifestantes” (AA actancial), e outras relações indiretas como “vergonha” e “a vaia”, “a arrogância” e “a agressão”.

Por fim, para compor a tese central, o autor do texto traz o argumento exemplo (metáfora), descrevendo a história da aranha e os tipos de teias, em que temos “aranha” (âncora) “as teias” (AA meronímica), “as teias” (âncora) e “fios” (AA meronímica). Podemos dizer que, pelo contexto, é possível construir sentidos e estabelecer relações, porém de ordem indireta. Por isso, as inferências discursivas também são importantes neste texto em que o autor faz uso de comparações e de metáforas no momento da interpretação.

Vejamos os encadeamentos associativos presentes no texto:

TABELA 10 – Cadeias anafóricas relacionadas a médicos

Âncora	Anáfora	Tipo de relação
Médicos	o diploma	AI
caso de emergência	médico de plantão	AA meronímica
um programa de emergência	atendimento básico	AA meronímica
problemas mínimos	Diarreia	AI

TABELA 11 – Cadeias anafóricas da comparação entre médicos cubanos e a escravidão

Âncora	Anáfora	Tipo de relação
a escravidão	no escravo	AA meronímica
o protesto	os manifestantes	AA actancial
vergonha	a vaia	AI
vergonha	a agressão	AI

TABELA 12 – Cadeias anafóricas do argumento exemplo

Âncora	Anáfora	Tipo de relação
a aranha	as teias	AA meronímica
as teias	fios retos	AA meronímica
umas teias urdidadas de ar	Linhas	AA meronímica

Passamos à análise dos encadeamentos, considerando os critérios de análise, a começar por **a) as propriedades de Kleiber**. Destacamos alguns encadeamentos que sustentam as âncoras principais: “o protesto” (âncora) e “os manifestantes” (AA actancial) e “a aranha” (âncora) e “as teias” (AA meronímica) ou entre “as teias” (âncora) e “fios retos” (AA meronímica). Com exceção do último elemento anafórico explicitado, “fios retos”, os demais encadeamentos são marcados pela definitude do termo anafórico. Aqui, “fios retos” confere o tem generalizante ao trecho em que aparece.

Quanto à propriedade do *sentido de orientação todo-parte*, vemos que normalmente este critério é obedecido. Vejamos, por exemplo, a âncora “o protesto”, o todo, que aparece antes no texto, enquanto que “os manifestantes”, a parte, aparece na continuidade.

Das propriedades de Kleiber, a definitude do termo e o sentido de orientação são as que devem ser repensadas, pois, na textualidade, a indefinitude ou mesmo a ausência de determinante não compromete a associação, que geralmente está relacionada ao léxico. Nos textos de sequência argumentativa, a falta de definitude diante de um anafórico pode indicar generalizações. No caso do *sentido de*

orientação todo-parte, acreditamos que a textualidade, e o próprio léxico, estabelecem os elos necessários para a associação.

Quanto às propriedades de *congruência ontológica* e a de *condição de alienação* são as que definem, no nosso entendimento, o caráter léxico-estereotípico característico das AAs. No caso de “o protesto” e “os manifestantes”, temos uma relação imediata; os manifestantes agem em um protesto, apresentam uma ação que completam o sentido da situação. Na relação entre “as teias” e “fios retos”, a relação é também sincategoremática, ou seja, a anáfora é dependente do elemento âncora, o que garante a relação de inalienação característica da relação léxico-estereotípica.

Para deixar ainda mais clara a relação léxico-estereotípica que caracteriza as AAs, passamos ao segundo e ao terceiro critérios de análise da tese: **b)** os *primitivos de Jackendoff* e **c)** operações dos *sistemas de Talmy*. Tais critérios fundamentam semanticamente as relações associativas. Começamos por discutir as categorias ontológicas de Jackendoff. Já firmamos em análises anteriores que as relações meronímicas são sustentadas/fundamentadas pelo primitivo [THING], que atua como um indivíduo/um elemento de um conjunto. Temos, portanto, nas relações meronímicas destacadas, entre “a aranha” e “as teias”, a relação meronímica, há associação, pois “as teias” existem em relação com “a aranha”, ou seja, é uma relação lexical e estereotípica. Podemos atribuir ao conjunto da aranha, por exemplo, alguns possíveis elementos como “pernas”, “presas”, “veneno”, “teias”, entre outros. Ao selecionarmos um elemento, um indivíduo, temos um [THING], que é um primitivo semântico que explica essa relação. Diante de “a aranha” lexicalizamos, possivelmente, “a teia”.

Essa mesma relação pode ainda ser explicada pelo sistema semântico de Talmy, mais precisamente pelo sistema de configuração de espaço e de tempo, em que temos como identificar elementos de um conjunto. O sistema de configuração de espaço e de tempo evidenciam elementos discretos na composição de um todo: do conjunto aranha, temos alguns elementos discretos, como elencados anteriormente: pernas, teias, em que foi selecionados um desses elementos para serem retomados.

No texto, observamos que a relação entre “o protesto” (âncora) e “os manifestantes” (AA meronímica) é fundamentada pela teoria de Jackendoff a partir do primitivo [ACTION] e [EVENT], em que, a partir do princípio de lexicalização,

podemos lexicalizar “os manifestantes” a partir de “protestos”. Faz parte do léxico, a relação é previsível, de lexicalização. Podemos afirmar que “protesto” lexicaliza “manifestantes”. Essa mesma relação é também fundamentada cognitivamente a partir do sistema de distribuição de atenção, sugerido por Talmy. A constituição da cadeia causal pode ser constituída da seguinte forma: escopo de intenção – o protesto; ato do agente da violação – protestar; motivo – no caso do texto, manifesto contra os médicos cubanos; cadeia de subeventos – manifesto, agressão; causa imediata do resultado final – a chegada dos médicos cubanos; resultado final – manifesto (visto como agressão pelo autor do texto).

Passando ao critério **d) implicações nas macroproposições das sequências**, chamamos a atenção, no texto de sequência argumentativa, primeiramente para a tese e, na continuidade, para os fatos e argumentos que estão relacionados ou que encadearam/motivaram a produção do texto, em especial aos argumentos-exemplo que sustentam a tese. Observamos que os dois eixos interpretativos colaboram para a construção da tese do autor. Destacamos para discussão, primeiramente, a tese inicial: “A agressão contra os médicos cubanos em Fortaleza é o cartão de visita de quem aprendeu a cuspir no ‘escravo’ para manifestar uma duvidosa repulsa à escravidão”, observamos que a presença de AI entre “escravidão” e “escravo” mostra previsibilidade, mas a tese é construída a partir de outros elementos, do posicionamento do autor, ao que ele diz sobre essa relação escravo e escravidão. Destacamos, especialmente, o argumento-exemplo:

Uns entendem que **a aranha** deve fazer **as teias** com **firos retos**, é o partido retilíneo; outros pensam, ao contrário, que **as teias** devem ser trabalhadas com **firos curvos**, - é o partido curvilíneo. Há ainda um terceiro partido, misto e central, com este postulado: **as teias** devem ser urdidadas de **firos retos** e **firos curvos**; é o partido reto-curvilíneo; e finalmente, uma quarta divisão política, o partido anti-reto-curvilíneo, que fez tábua rasa de todos os princípios litigantes, e propõe o uso de **umas teias urdidadas de ar**, obra transparente e leve, em que não há linhas de espécie alguma.

Observamos, no trecho, a presença de meronímicas que garantem o sentido do que é sugerido no texto: o imobilismo; os ativistas discutem inúmeras questões, mas não priorizam o que é central, que, no caso do texto, seriam as pessoas que precisam de atendimento médico e estão em zonas de isolamento (interior do país).

Nesta análise, reforçamos a hipótese já assumida de que as AAs são representativas na construção argumentativa, pelo fato de que a inferenciação do

argumento exemplo depende das relações semânticas previstas nas AAs. É principalmente nos encadeamentos presentes no argumento-exemplo que a tese central do texto se evidencia: a questão do imobilismo.

5.1.4 *Análise de texto da sequência explicativa*

O texto explicativo caracteriza-se por ter a sequência explicativa como dominante ou exclusiva (no caso de não haver outras sequências presentes no texto). Assim como as demais sequências, a explicativa possui uma macroestrutura composta normalmente por quatro partes, de acordo com Adam (2008):

- 1) **A esquematização inicial:** corresponde a uma informação aceita pelo enunciador e pelos coenunciadores; caracteriza-se como algo não polêmico, uma vez que a intenção do produtor do texto não é o convencimento, e sim a explicação;
- 2) **Problema:** formulação de uma questão a partir da esquematização inicial; é assinalada pelo “por quê?” ou pelo “como?”;
- 3) **Explicação:** corresponde à resposta dada ao problema; pode, às vezes, assumir a forma de sequência narrativa ou descritiva;
- 4) **Conclusão/avaliação:** funciona como encerramento da sequência e consequência das partes anteriores.

Selecionamos um texto explicativo que se propõe a discutir o tema “como cai um avião”. Embora tenhamos assumido que as sequências narrativa, argumentativa e descritiva apresentam uma relação intrínseca entre as AAs e as macroproposições ou entre as AAs e a composição do texto, vale a pena observar os processos de referenciação e a construção da sequência explicativa. Aqui, como nas demais sequências, a cognição é fator importante na constituição do texto, pois ao produzirmos e interpretarmos um texto explicativo, elaboramos mentalmente certa estrutura, esperamos por certas explicações. Como vamos observar, a composição juntamente com as AAs tem papel nessa relação. Vejamos o texto:

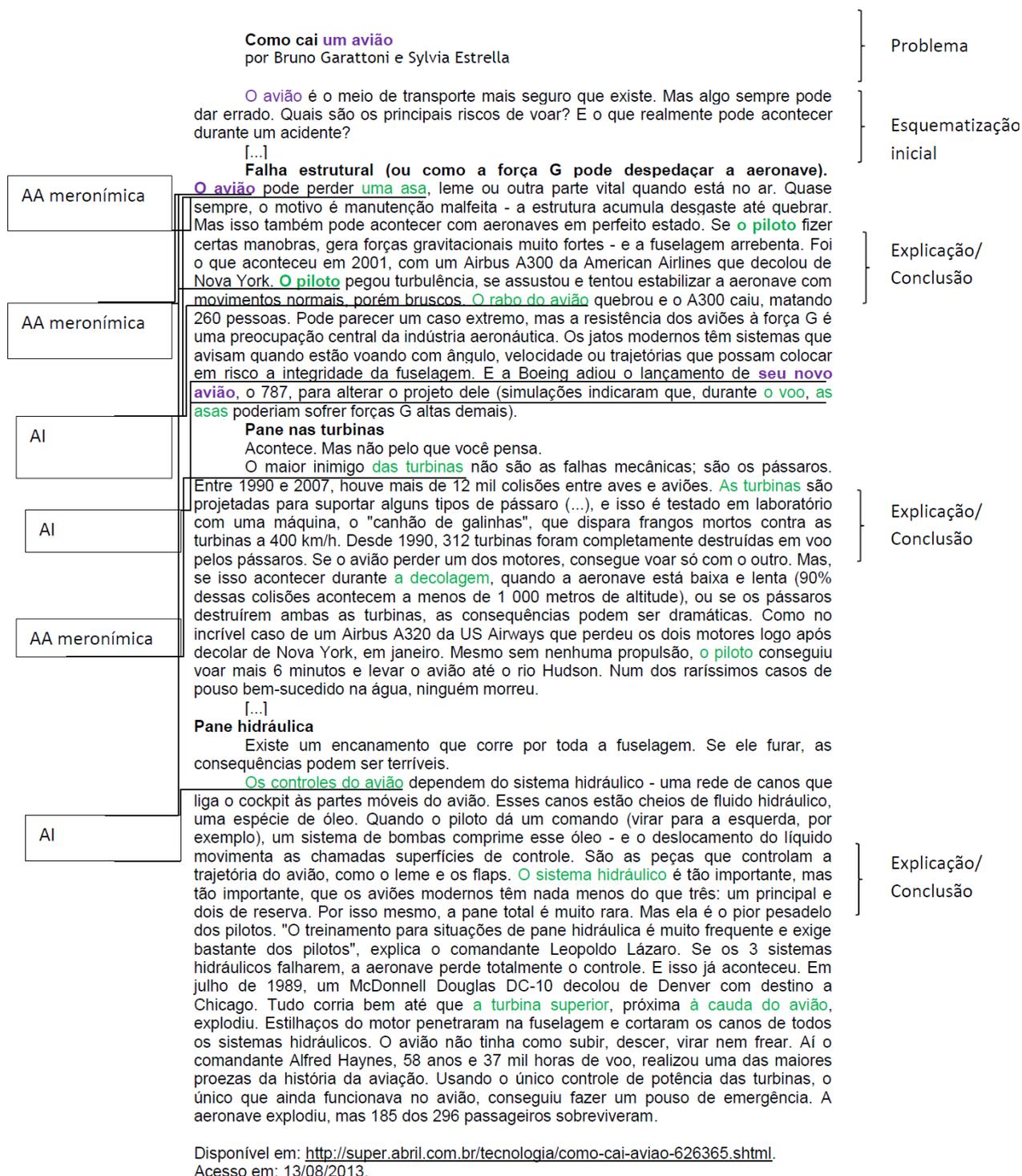
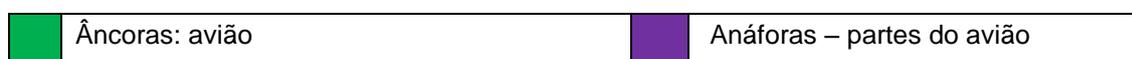


FIGURA 12 – Sequência explicativa

Legenda:



A sequência explicativa se caracteriza por constituir textos de cunho científico, principalmente. No texto acima, temos uma explicação sobre um fato que envolve questões tecnológicas: *como cai um avião?* O texto caracteriza-se pelo domínio da sequência explicativa, pois a *problemática* (o título) *Como cai um avião?* sugere que a continuidade do texto seja uma explicação para o fato, e a explicação é construída a partir da esquematização inicial (“O avião é o meio de transporte mais seguro que existe. Mas algo sempre pode dar errado. Quais são os principais riscos de voar? E o que realmente pode acontecer durante um acidente?”), que contextualiza o texto e, a partir de uma série de fatores (as principais causas da queda), desenvolve a explicação. Tais fatores são descrições que promovem a explicação e a conseqüente conclusão (uma espécie de explicação para os usos explicitados). Podemos observar no texto uma âncora central: a que focaliza as causas da queda de um avião.

Observamos inicialmente alguns encadeamentos presentes no texto:

TABELA 13 – Cadeias anafóricas relacionadas ao avião

Âncora	Anáfora	Tipo de relação
o avião	uma asa	AA meronímica
o avião	o piloto	AA funcional
o avião	o rabo do avião	AI
seu novo avião	o vôo	AI
seu novo avião	as asas	AA meronímica
o avião	as turbinas	AA meronímica
o avião	a decolagem	AI
a aeronave	o piloto	AA funcional
o avião	os controles do avião	AI
o avião	os sistemas hidráulicos	AI
o avião	a cauda do avião	AA meronímica

É importante destacar novamente que as anáforas consideradas associativas são aquelas intrínsecas, por isso, um elemento anafórico como representado em “os sistemas hidráulicos”, embora sejam partes do avião, não são

partes facilmente inferíveis pelo léxico. É só pelo contexto que conseguimos estabelecer a relação.

Começamos a análise pelo primeiro critério, **a) as propriedades de Kleiber**. Seleccionamos alguns encadeamentos a fim de discussão: “o avião” (âncora) e “uma asa” (anáfora), “o avião” (âncora) e “o piloto” (anáfora) e “o avião” (âncora) e “as turbinas” (anáfora). Para discutir sobre a primeira propriedade, *a definitude do termo anafórico*, focamos nossa atenção na relação estabelecida entre “o avião” e “uma ave”, presente na sentença “**O avião** pode perder uma asa”, consideramos “uma asa” como caso de AA, entendendo que, embora esteja completando o verbo, é possível observarmos uma retomada, há uma relação previsível. Vemos que “uma asa” está precedida de indefinido. Já comentamos que assumimos a indefinidade como podendo ser anafórica associativa. “Uma asa” é parte constitutiva de avião, representa um elemento do conjunto “avião”, por isso, independe da definitude. Nos demais casos seleccionados, como na relação entre “o avião” e “as turbinas”, observamos a definitude do termo anafórico.

Na relação entre “o avião” e “o piloto”, embora haja a definitude do termo anafórico, não representa, no nosso entendimento, caso de AA. Kleiber classifica esse tipo de relação como funcional, por estabelecer uma ligação entre algo (a âncora) e alguém que exerce uma determinada função sobre a âncora. Mais adiante, voltamos a discutir sobre as AAs funcionais, que nesta tese são consideradas indiretas, por não possuírem fundamentação semântico-cognitiva.

A segunda propriedade de Kleiber diz respeito ao *sentido da orientação* em que uma AA deve circular que, a rigor, deve ser do tipo todo-parte. Se observarmos no texto, vemos que essa propriedade é cumprida de forma satisfatória, uma vez que o elemento âncora representa o todo (o avião) seguido de suas partes. Tanto a propriedade de orientação quanto a de definitude, neste estudo, são vistas como propriedades importantes, mas não são imprescindíveis na caracterização de uma AA.

Quanto às propriedades de *congruência ontológica* e de *condição de alienação*, observamos que há imediatismo entre âncora e anáfora, e que as relações são intrínsecas entre os elementos destacados. Por exemplo, entre “o avião” e “as turbinas”, a relação é imediata, intrínseca e vemos que “as turbinas” são inalienáveis em relação a avião. Já a relação entre “o avião” e “os sistemas hidráulicos” não são tão previsíveis.

O segundo critério de análise **b)** *os fundamentos de Jackendoff* auxilia na fundamentação das AAs meronímicas presentes no texto. O primitivo [THING] possibilita a relação entre “o avião” e “as turbinas”, por exemplo. É previsível “turbinas” em aviões, e, mais do que previsível, as turbinas são partes constituintes (integrantes) de avião, e, por outro lado, “as turbinas” só existem em função do avião, (considerando o exemplo trabalhado). Trata-se de uma relação *sincategoremática* entre elemento âncora e anafórico.

A relação entre “o avião” e “o piloto” é considerada, nesta tese, como indireta, por não termos, no caso das funcionais, um equivalente nos primitivos de Jackendoff. Temos ciência de que “o piloto” é essencial na composição de “avião”, mas considerando os primitivos trabalhados, não encontramos um equivalente que fundamente essa relação. Compartilhamos do argumento de que, talvez, por estarmos lidando com elementos de naturezas diferentes, avião (inanimado) e “o piloto” (animado) não teríamos uma relação associativa. Kleiber classifica tal relação como AA funcional, mas como optamos pela caracterização semântica, pela explicação conceitual, assumimos a relação como indireta.

Quanto ao critério **c)** *os sistemas semânticos de Talmy*, vimos que, a partir da configuração de espaço e tempo, tem-se um elemento discreto pertencente a um conjunto, que é o que explica e fundamenta a relação entre “avião” (conjunto concreto) e suas partes (as asas, as turbinas, a cauda). Essas partes são consideradas elementos discretos e constituintes do conjunto maior do qual fazem parte (no caso, o avião).

Assumimos, nesta pesquisa, que a sequência explicativa, assim como a dialogal, apresenta relações associativas, mas em menor número ou, ainda, o papel dessa relação na articulação entre AA e sequência é mais frágil que nas demais. Podemos afirmar que o que define a sequência explicativa não são unicamente os encadeamentos associativos e sim a própria composição do texto; a problemática sugere a explicação, e é a forma de composição que garante o sentido do texto. Obviamente, as AAs e as AIs presentes garantem a unidade do texto, e estão atreladas às macroproposições, o léxico cumpre um papel importante neste processo, mas a caracterização da sequência pode estar marcada pela referenciação somada a outros aspectos como a composição/estruturação.

Essa discussão nos remete ao critério de análise, **d)** *implicações na macroproposição das sequências textuais*. Podemos dizer que a situação problema

Como cai um avião? antecede a explicação, e essa explicação, certamente, é constituída de cadeias anafóricas que dão conta da problemática e a ela se relacionam. Observamos expressões como “o avião”, “as asas”, “a cauda”, “o piloto”, que estão relacionadas à problemática, juntamente com as possíveis causas da queda: pane nas estruturas, falha estrutural. Há, sim, uma relação entre AA e a sequência explicativa, porém, acreditamos que o sentido do texto é movido pela macroproposição *problemática* que define a sequência.

Vemos que o texto ganha sentido/explicações à medida que vai progredindo. As conclusões estão articuladas às explicações, funcionando como consequências de tais usos. São pelas macroproposições e pelos fatores expressos no texto – as causas e o que acontece com cada componente do avião – que a explicação constitui-se, garantindo o sentido do texto.

5.1.5 *Análise de texto da sequência dialogal*

Considerando os autores estudados para a caracterização da sequência dialogal (principalmente, ADAM, 2008), esta pode ser considerada a mais comum das sequências textuais. Isso se deve pelo fato de que ela está presente em gêneros orais do dia a dia, como a conversa informal e o debate. A sequência dialogal também pode assumir forma escrita e surgir nos contos, nos romances e nas piadas. Em nossa pesquisa, selecionamos como objeto de análise um diálogo entre informante e documentador.

Assim como as demais sequências, a dialogal tem uma estruturação característica. Quando se mostra de forma completa, ela apresenta, segundo Adam (2008), três partes:

- sequência fática inicial;
- sequência transacional;
- sequência fática final.

A sequência fática se caracteriza pela abertura ou fechamento do diálogo. A sequência transacional constitui, segundo Adam (2008), o corpo da interação e a

sequência fática final sugere o encerramento do diálogo. O que caracteriza essa sequência é o diálogo, sua forma de organização composicional (pergunta e resposta). Na forma escrita, a sequência dialogal caracteriza-se pelo uso de sinais de pontuação que caracterizam (e marcam) a interlocução, como as reticências, os pontos de interrogação e exclamação (que imprimem ao diálogo as marcas do autor/produtor) e o travessão (que demarca a mudança de fala de interlocutor ou a separação entre a voz de quem narra e a do personagem). (ADAM, 2008)

Adam afirma que muito dificilmente se encontram, na escrita, sequências dialogais completas. É mais comum as sequências fáticas serem omitidas ou aparecer somente uma das etapas, marcando o início ou o final do diálogo. Inclusive, no exemplo selecionado para a análise, há a omissão dessas fases.

Também é comum a sequência dialogal encontrar-se subordinada à sequência narrativa, quando aparecer inserida em algum trecho de narrativa (contos, fábulas).

Segundo Adam (2008), normalmente, um texto dialogal, completo, apresenta a seguinte estrutura:

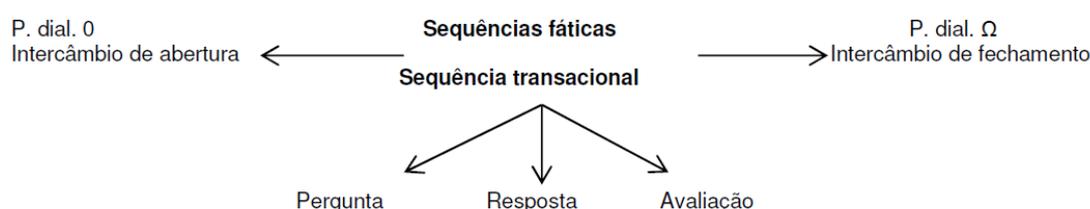


FIGURA 13 – Estrutura da sequência dialogal

FONTE: ADAM (2008, p. 248)

Vejamos o texto selecionado para análise:

Caracterização do diálogo:

DIÁLOGOS ENTRE INFORMANTE E DOCUMENTADOR (DID):

Tema: "Casa"

Inquérito 0084

Locutor 0098 - Sexo feminino, 30 anos de idade, pais cariocas, professora de sociologia.

Zona residencial: Sul.

Data do registro: 18 de outubro de 1972

Duração: 43 minutos

AA meronímica	<p>LOC. - Eu morava com duas crianças numa casa pequeninha, num apartamento de dois quartos e sala.</p> <p>DOC. - (inint.)</p> <p>LOC. - Já pensou, né?</p> <p>DOC. - Você deve ter sentido uma diferença enorme, né?</p> <p>LOC. - Ah! Agora é outra coisa ... E o mais engraçado é que me aconteceu que eu fiquei esperando neném, sem saber que estava esperando, e quando eu soube a notícia, quando eu saí do consultório médico, desespero que me dava. Como vou sair da minha casa? Como é que vai ser, né? Problema tremendo! Como é que eu vou botar mais uma criança num apartamento de dois quartos? Meio complicado. E depois meu marido também estava com ... Nós estávamos com uma série de dificuldades, aí resolvemos deixar pra lá. O neném nasce quinze de outubro, nasce quinze de outubro e no dia trinta de junho, de julho, nós não tínhamos um lugar ainda pra ficar, né? Pensando em sair, etc. etc. aquele negócio, compra apartamento, não compra apartamento, aluguel caríssimo e, e entrada de apartamento idem, idem na mesma base. O maior problema. Até que meu marido resolveu ver um, um, um anúncio de jornal e encontramos este atual em circunstâncias maravilhosas pra nós. Uma semana depois estava, estava comprado, tudo direitinho, três, dez dias depois nós estávamos mudando. Depois de tudo acertado. Dez dias! Um espetáculo. Eu estou adorando o apartamento, que pra mim é maiorzinho e (inint.) uma sorte tremenda, cortina, tapete, armários, tudo pronto! Não tive que fazer absolutamente nada.</p> <p>DOC. - Tudo pronto como? Você comprou pronto?</p> <p>LOC. - Comprei.</p> <p>DOC. - Ah, sim ...</p> <p>LOC. - Sem a mobília, mas com todos os melhoramentos possíveis.</p> <p>DOC. - Ah, o apartamento já tinha essas coisas?</p>	Intercâmbio de abertura
AI	<p>[...]</p> <p>Você podia descrever como é, contar como é a decoração do seu apartamento? Aqui, os outros cômodos, os quartos que são de suas filhas (sup.)</p>	Sequência Transacional Pergunta
AA meronímica	<p>LOC. - (sup.) Tá (sup.)</p> <p>DOC. - (sup.) O que tem aqui e o que que tem no quarto (sup.)</p> <p>LOC. - (sup.) É, o quarto/ o quarto das minhas filhas é o lugar que eu mais gosto. Ele é, não é muito grande, mas é bem jeitoso. Nós encontramos já com uma cortina, uma cortina branca que combinou com a mobília delas que é laqueada toda de branco também. As almofadas da, são vermelhas e laranja se não me engana, vermelhas e laranja. Tem um armário bem grande, no, no quarto, com gavetas.</p> <p>DOC. - Esse armário já estava?</p>	Resposta
AA meronímica	<p>LOC. - Já estava. As paredes são branquinhas também, me deu trabalho de colocar milhões de bonequinhos lindos de morrer, todos espalhadinhos no quarto e elas estão felicíssimas. E a mãezinha também.</p> <p>DOC. - E o seu quarto?</p>	avaliações
AA meronímica	<p>LOC. - Bom, o meu quarto é uma maravilha! No meu quarto tem um banheiro dentro, o que eu acho maravilhoso. Um banheiro dentro muito bonitinho. O quarto também é todo acarpetado, como é acarpetada a sala, o corredor, o resto do apartamento. Tem um armário enorme também, com as portas em madeira. As portas são todas trabalhadas em madeira talhada, beleza, bonitinho. Também deixaram as cortinas que são muito bonitas de tafetá, cor coral. A colcha da cama combina com a cortina. Agora a minha mobília é muito feia porque é da fazenda do meu marido.</p> <p>DOC. - Como é a mobília?</p> <p>LOC. - (riso) A mobília é de madeira daquelas antigas, pesadas, mas sem, absolutamente sem nada torneado, retinhas, típica mobília de fazenda. Quando nós casamos, nós não pudemos comprar nossa mobília, então mandamos vir da fazenda e até hoje continua conosco. Está aí.</p>	
AA meronímica	<p>DOC. - Além do armário, da cama, você tem outros móveis no seu quarto?</p> <p>LOC. - Tem uma cômoda, só.</p> <p>DOC. - Você disse que tem banheiro dentro. O banheiro que você tem dentro do quarto é um banheiro completo? O outro banheiro é (inint./sup.)</p> <p>LOC. - (sup.) É, o banheiro do meu quarto é completo. Tem banheira, pia, box, bidê, etc. etc. O outro banheiro tem todas as peças menos o bidê. É das crianças. Existe uma bancada embaixo da pia com armário com gavetas, etc. apliques.</p> <p>DOC. - E essa parte aí de cozinha, como é?</p> <p>LOC. - A parte da cozinha não é muito grande, mas tem uma coisa que eu acho ótimo: é ladrilhada até o teto, cabe muito bem uma geladeira, armário e as cadeiras pras empregadas, certo? A parte da área tem dois secadores, o tanque, a máquina de lavar e ainda dá lugar prum armário pequeno que eu posso guardar as coisas de mantimento.</p> <p>[...]</p> <p>DOC. - Está bom.</p> <p>LOC. - Acabou?</p>	Intercâmbio de fechamento

Disponível em: http://www.lettras.ufri.br/nurc-rj/corpora/did/did_84.htm.
Acesso em: 22/03/2013

FIGURA 14 – Sequência dialogal

Legenda:

 Âncoras: apartamento	 Anáforas – cômodos (partes da casa)
----------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Primeiramente, caracterizamos o texto como pertencente ao gênero conversa informal. Percebemos que se trata de um diálogo, que tem como finalidade a coleta de material para análise linguística – o que se evidencia pelo fato de esses dados estarem disponíveis no site do NURC – RJ (Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro).

Observamos, a seguir, as cadeias anafóricas presentes, para, a partir delas, discutir a constituição das macroproposições, e pensar na relação entre as AAs e a construção do diálogo, da interação.

TABELA 14 – Cadeias anafóricas relacionadas ao apartamento

Âncora	Anáfora	Tipo de relação
o apartamento	a decoração	AI
seu apartamento	os quartos	AA meronímica
seu apartamento	o quarto	AA meronímica
seu apartamento	a sala	AI
seu apartamento	o corredor	AI
seu apartamento	a parte da cozinha	AA meronímica
seu apartamento	a parte da área	AI

TABELA 15 – Cadeias anafóricas relacionadas à mobília

Âncora	Anáfora	Tipo de relação
o quarto	a mobília	AI
o quarto	as paredes	AA meronímica
o quarto	as portas	AA
o quarto	a colcha da cama	AI
a mobília	o armário	AI
o quarto	a cama	AA meronímica
banheiro	a pia	AA meronímica

Antes de iniciarmos a análise dos encadeamentos presentes no texto, retomamos o mesmo ponto tratado na análise da sequência descritiva: por que consideramos o quarto como AA meronímica e a sala como AI? Considerando a

caracterização léxico-estereotípica, assumimos nesta tese que o quarto, a cozinha e o banheiro são as partes básicas, constitutivas de uma casa, as demais são consideradas acessórias. Podemos dizer que essas relações têm cunho cultural, mas para manter as justificativas lexicais, tomamos o cuidado para considerarmos caso de AA somente as relações puramente léxico-estereotípicas. Obviamente, essa classificação pode ser fonte de discussão, mas assumimos esse posicionamento, justamente pelo caráter léxico-estereotípico que define as AAs.

Ainda sobre as partes da casa, surge um novo questionamento: a relação entre casa e suas partes (quarto, banheiro) não seriam locativas? Consideramos, neste estudo, como relações meronímicas, conforme já apontado. Entendemos que uma casa é constituída por partes, por cômodos que a caracteriza. Passamos, agora, à análise.

Quanto ao primeiro critério de análise, **a) as propriedades de Kleiber**, destacamos, primeiramente, a relação entre “seu apartamento” e “o quarto”. Entendemos como AA meronímica a relação que se estabelece entre “seu apartamento” (âncora) e “o quarto” (anáfora), por estabelecerem relação todo (o apartamento) e parte (o quarto). “O quarto” é entendido como um componente desse todo (a casa), pois se trata de uma relação de constituição. Importante destacar que, embora estejamos estabelecendo tais relações como lexicais, é fundamental colocar em evidência que a própria noção de casa é bastante cultural.

No texto selecionado, observamos que os encadeamentos presentes, considerados anafóricos associativos, estão precedidos da definitude.

Quanto à segunda propriedade de Kleiber, *o sentido, a orientação da relação*, tal critério é cumprido nos encadeamentos, pois temos em todos os casos a relação todo-parte e não o contrário. Novamente afirmamos que essa propriedade não deve ser compreendida como uma exigência, ainda mais analisada em nível de textualidade.

Quanto ao *princípio de congruência ontológica*, podemos afirmar que há uma relação previsível entre “casa/apartamento” e “a parte da cozinha”, por exemplo; a relação é imediata. Por fim, podemos dizer ainda que as relações entre “o quarto” e “o apartamento” ou entre “o quarto” e “as paredes” são inalienável, pois essas partes constituem o apartamento. O mesmo ocorre com “o outro banheiro” e “o apartamento”. Podemos dizer que há relação de inalienação entre os elementos âncora e anáfora.

Passamos ao segundo critério de análise, **b) os primitivos de Jackendoff**. Se observarmos mais especificamente, a categoria [THING] explica semântico-cognitivamente a relação meronímica que caracteriza “o apartamento” e “o quarto”, ou ainda “o quarto” e “as paredes” uma vez que são partes de um todo, são elementos que compõem o conjunto de apartamento ou de “quarto”. A partir da âncora “casa/apartamento”, podemos lexicalizar, prever alguns indivíduos que constituem o todo “a casa”.

A relação entre “o apartamento” e “o quarto” ou “o quarto” e “as paredes” pode ser também explicada, cognitivamente, a partir da teoria de Talmy, terceiro critério de nossa análise, **c) os sistemas semânticos de Talmy**. A partir da representação cognitiva de Talmy, temos a configuração de tempo e espaço, que justifica a relação meronímica. De um conjunto discreto, são destacados alguns elementos. Por exemplo: do conjunto de casa/apartamento, elencamos sala, quarto, cozinha. Retomamos, aqui, o esquema de Talmy FIGURA 3, já apresentada, agora como FIGURA 15:

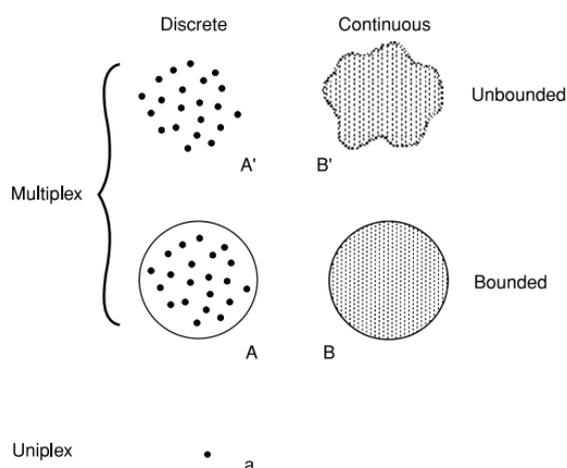


FIGURA 15 – Eixos de percepção de espaço e tempo

FONTE: TALMY (2001, p. 59)

Imaginamos que “o apartamento/a casa” seja representado pelo conjunto A, e “parte da cozinha/cozinha”, “o quarto” são elementos desse conjunto, os elementos discretos. Em A, temos n possibilidades que constituem/são componentes desse conjunto, no domínio discreto. Essa representação cognitiva

ilustra a capacidade que todos possuem de associar elementos, ou seja, de acionar elementos de um conjunto.

Podemos afirmar que o léxico mantém a unidade temática e a progressão do assunto do texto. Vemos que a linearidade é mantida pelo encadeamento, e o sentido do diálogo é mantido pelas relações lexicais. Se observarmos os elementos em destaque no texto (FIGURA 14), temos contato com o campo lexical que tematiza o diálogo. Com a presença da associação, temos uma continuidade no texto, temos coerência e sentido. O diálogo se desenrola pela relação de retomada entre os termos, pela associação entre os itens lexicais. A âncora encontra-se, em alguns momentos, na pergunta e a anáfora, na resposta, garantindo a progressão temática.

Quanto ao último critério de análise, **d) implicações nas macroproposições das sequências**, vemos que o léxico auxilia na construção do diálogo. A pergunta da pesquisadora e a resposta da informante constituem a sequência transacional, e a abertura, com as Als presentes, contribui para a contextualização da temática do diálogo.

A estrutura composicional do texto apresentado se organiza a partir da interação entre interlocutores (no caso, marcado por perguntas e respostas), e a sequência que predomina no texto é a dialogal, bastante recorrente nesse gênero que envolve pergunta e resposta (a conversa espontânea). Podemos observar, inicialmente, que o diálogo começa com a própria informante comentando acerca de sua casa, não há nenhum questionamento inicial que marque o início do diálogo. Provavelmente, houve uma intervenção do documentador, porém, esta não aparece na transcrição.

Destacamos na análise a etapa marcada como transacional, principalmente, a partir do ponto em que aparece a voz do documentador. Elencamos, então, as macroproposições que caracterizam o texto: a abertura, ou seja, a contextualização do assunto, em que é apresentada a circunstância do diálogo/da conversa: “Você podia descrever como é, contar como é a decoração do **seu apartamento**? Aqui, os outros cômodos, os quartos que são de suas filhas” O diálogo se inicia com reflexões sobre a moradia anterior da informante (conforme podemos ver na primeira parte do texto). Em seguida, notamos que há alguns turnos e algumas sequências conversacionais: questões sobre os cômodos (quarto, cozinha). Tais turnos constituem-se de perguntas e de respostas, que dão sentido ao texto. É importante

destacar que no diálogo predomina a sequência transacional, ou seja, o assunto/o conteúdo da interação; a sequência fática inicial (cumprimentos) e final (despedidas) não aparecem na interação.

Observamos que, ao longo das perguntas e respostas, aparecem algumas avaliações por parte da informante, como, por exemplo, quando ela descreve seu quarto: “Bom, o meu quarto é uma maravilha! No meu quarto tem um banheiro dentro, o que eu acho maravilhoso. Um banheiro dentro muito bonitinho”. As avaliações representam uma das macroproposições e são importantes no diálogo, por marcarem a voz de um dos envolvidos na interlocução. É preciso ressaltar também que no diálogo trabalhado a temática concentra-se na descrição dos cômodos do apartamento. Podemos afirmar que a macroproposição aspectualização, da sequência descritiva, relaciona-se à construção da sequência dialogal.

Observamos ainda algumas marcas da oralidade, como: “Já pensou, né?”, “Tá”, “Está aí.”, característicos de um diálogo. Não há marcas enfáticas claras de abertura e as de encerramento da conversa podem ser observadas com a declaração: “acabou?”, feita pela informante.

Embora a presença das AAs seja significativa para a construção do sentido do diálogo, notamos que há também relações indiretas que, se somadas, garantem a progressão da conversação proposta.

Outro ponto merece atenção: dissemos anteriormente que a sequência dialogal e a sequência explicativa não seriam analisadas com o mesmo enfoque que as demais sequências, principalmente, por observarmos que, nesses dois casos, a relação associativa, se é que podemos dizer assim, tem uma participação enfraquecida na construção da sequência; a relação entre macroproposição e AA é menos significativa que na narrativa, na descritiva e na argumentativa. No caso da sequência dialogal, embora a AA tenha um papel na manutenção da sequência, e isso é evidente nos mais variados textos, o que a define realmente é a forma de organização da sequência, que, no caso do texto escrito, é representado pela presença de travessões, interrogações (perguntas e respostas).

CONCLUSÃO

O objetivo proposto neste trabalho foi o de analisar, a partir de uma fundamentação semântica (cognitiva e conceitual), a construção das AAs. Para a realização desse objetivo, buscamos fundamentar a caracterização léxico-estereotípica que define as associações, justificando tal caráter a partir dos primitivos ontológicos, propostos por Jackendoff (1983), e dos sistemas cognitivos, sugeridos por Talmy (2001).

Antes de retomarmos e justificarmos os resultados encontrados neste estudo, consideramos oportuna uma breve reflexão acerca do percurso que fiz enquanto pesquisadora, não só durante esses anos de doutorado, mas dos estudos desenvolvidos na área da Linguística, como forma de caracterizar a pesquisa realizada. Como estudiosa da área do texto, inclusive com o mestrado seguindo uma perspectiva interacionista para o tratamento das questões textuais e discursivas, este trabalho marca não um rompimento em relação aos estudos anteriores, mas coloca em evidência a abordagem de uma nova concepção (a semântico-cognitiva) para o estudo do texto, de uma forma particular, e para os estudos acerca da linguagem, de uma forma mais geral.

As escolhas presentes nesta pesquisa de doutorado podem ser justificadas, primeiramente, pelo percurso que caracteriza os estudos da minha orientadora, Teresa Cristina Wachowicz, inseridos no tratamento de questões relacionadas à semântica. Em segundo lugar, pela busca por caminhos que considero também satisfatórios para entender muitos dos processos que estão implicados no estudo da referenciação textual e na própria construção textual: os processos cognitivos e conceituais pressupostos na linguagem.

Essas novas leituras no campo da semântica cognitiva foram motivadas, principalmente, a partir do texto de Kleiber (2001) *L'anaphore Associative*, em que o próprio autor sinaliza (sem aprofundar) as questões cognitivas que justificam o caráter léxico-estereotípico. Foi pela busca de uma caracterização semântica para o léxico que assumimos o campo da semântica cognitiva (e conceitual), explorando modelos de estruturação da linguagem que tivessem relação com o fenômeno da referenciação, em especial, da AA.

A conclusão a que chegamos é que as teorias de Jackendoff e de Talmy, embora não tivessem uma preocupação semelhante à nossa (a primeira, por estar preocupada com a gramática, não desenvolvendo as categorias ontológicas que apresenta; a segunda, por ter uma preocupação no campo da percepção), expõem questões centrais no campo da estruturação e seus fundamentos podem explicar o que acontece quando interpretamos uma AA.

A área da Semântica Cognitiva trouxe, à nossa pesquisa, uma nova percepção sobre o funcionamento da referenciação. Há, sim, estruturas conceituais sem as quais seria impossível estabelecer relações na linguagem. Só o discurso, só as vivências/experiências não condicionam as inferências, tampouco, as relações associativas. Conforme dissemos, o discurso pode direcionar sentidos e conteúdos, mas é na mente (na estruturação da linguagem), pelas relações lexicais, que encontramos indícios de associação. Possuímos primitivos de ordem semântica que são responsáveis pelas associações. Esses primitivos ([THING], [PLACE], [ACTION], [EVENT], [MANNER]) são universais e estão atrelados às significações.

Ao estudar a abdução, começamos por entender o papel das inferências da língua, da cognição e do discurso. Concluímos que, diante de um texto, não tomamos somente um tipo de inferência para construirmos/estabelecemos sentidos. As inferências apresentam funções diferentes que se completam. Chamamos atenção para o fato de que a inferência cognitiva não pode estar exclusiva dos estudos que privilegiam a construção do sentido de um texto. Pretendemos, com esta tese, reforçar o papel da cognição, dando um lugar de prestígio a ela até mesmo no quadro da Linguística Textual. Assumimos que é possível explicar as relações associativas a partir de uma fundamentação semântica, cognitiva e conceitual.

Defendemos ainda que as AAs estão pressupostas na linguagem, ou seja, são constitutivas da linguagem. Para isso, apoiamos-nos no estudo da metáfora, que também é parte da linguagem, tendo um funcionamento semelhante ao do fenômeno estudado. Por conta disso, a cognição não pode ser considerada puramente social, como já foi posto. Ela é interna, individual. Obviamente, quando trabalhamos com o texto, considerando as condições de produção, devemos, sim, observar as inferências sociais e discursivas que o definem. Porém, no trato específico da referenciação (e especialmente das AAs), assumimos os aspectos

semânticos que se estruturam entre os termos e a forma como esses termos podem estar relacionados à construção do texto.

Nas análises, pudemos discutir a constituição das macroproposições que compõem as sequências, observando de que forma as AAs contribuem na organização e na construção da sequência textual. Explicitamos a relação entre AA e sequência textual, e delimitamos resultados principais elencados a seguir.

Nos textos de sequência narrativa, notamos que as AAs cumprem um papel significativo na construção do sentido do texto, garantindo a sua continuidade. Verificamos, no texto *O Arquivo*, de Victor Geudice, um movimento que se estabelece desde a presença de um léxico mais abstrato (disposição/contentamento) até um léxico mais concreto (“o crânio”, “os olhos”, “a boca”, “um arquivo”), o que garante a construção do sujeito/do personagem no conto. Nesse tipo de texto, destacamos, principalmente, a presença das AAs meronímicas, relação todo-parte, que caracteriza o movimento [+concreto, -humano], ou seja, o personagem tornando-se um objeto. Verificamos também que as macroproposições (complicações X resoluções) desenvolvem-se a partir da presença das anáforas presentes, o que comprova que há uma correspondência entre os itens lexicais e a interpretação sugerida, evidenciando que as AAs estão atreladas à construção das macroproposições e também ao sentido do texto. No segundo texto analisado, *Segurança*, de Luis Fernando Veríssimo, reforçamos a importância das AAs meronímicas na construção da narrativa. Observamos que as diferentes noções de “condomínio”, que são âncoras do texto, são sustentadas pelo léxico. Podemos concluir que as AAs meronímicas estão atreladas à constituição das macroproposições e, conseqüentemente, à construção da sequência narrativa.

Na sequência descritiva, o papel das AAs está diretamente atrelado à aspectualização, que consideramos a macroproposição destaque na composição/caracterização dessa sequência. Na aspectualização, elencamos partes de um todo, a AA meronímica é responsável por possibilitar o princípio da aspectualização que se define pela relação (parte de). No primeiro texto descritivo analisado, trecho do romance *O amor nos tempos de cólera*, Gabriel García Márquez, observamos a descrição da casa de um dos personagens. Observamos que há a apresentação da ancoragem, no caso, a casa, seguida da aspectualização das partes da casa ou das mobílias. As AAs são significativas na construção da sequência descritiva e estabelecem relação com os elementos

aspectualizados (descritos). No segundo texto descritivo analisado, a descrição do mico-leão-dourado, observamos novamente a presença das meronímicas na caracterização das partes do animal. Notamos que as AAs meronímicas são básicas tanto para a sequência narrativa quanto para a descritiva.

Na sequência argumentativa, observamos uma aproximação entre as AAs e a macroproposição *tese* que caracteriza a sequência em questão. Observamos como a relação entre as teses apresentadas e os argumento-exemplos está articulada à presença de associação. A presença de anáforas meronímicas, nesse tipo de texto, garante a sustentação do argumento-exemplo e da tese, contribuindo na própria constituição da sequência. Há uma relação bastante marcada, que é fundamentada pelo léxico. Notamos, de um modo geral, poucos casos de AAs actanciais nos textos analisados. No caso do texto argumentativo, a falta de actanciais talvez se deva ao fato de a argumentação conter mais raciocínio generalizante, e o argumento é definido e referencial. Podemos dizer que o discurso requer esse tom generalizante, sendo um indicativo de que a Linguística Textual e a Análise do Discurso se complementam, confirmando a proposta de Adam (2008).

A sequência explicativa e dialogal, nesta tese, reforçam a ideia de que as AAs auxiliam na caracterização da sequência (de qualquer sequência). Porém, acreditamos que isso se dê de uma forma menos marcada nessas duas sequências (dialogal e explicativa) do que nas demais. Na sequência explicativa, temos que a macroproposição *problema* apresenta a âncora que será desenvolvida ao longo das explicações. Há uma relação entre essa âncora inicial e as anáforas que aparecem ao longo do texto, nas explicações. Podemos concluir que há um encadeamento, justificado pelas AAs, entre conclusões e explicações. Na sequência dialogal, observamos que as AAs mantêm o tema do texto, o assunto do diálogo, estando presentes na interação entre a pergunta e a resposta, garantindo a coerência do encadeamento. Essas duas sequências são tratadas de forma diferenciada nesta tese, pois, embora sejam marcadas pela presença das AAs, acreditamos que a força das macroproposições depende menos das AAs e mais de outros fenômenos que envolvem a textualidade, tais como: a articulação e a própria forma de composição das macroproposições.

Observamos, também, nos textos analisados, nas diferentes sequências, alguns casos de AAs locativas e funcionais. Sob o ponto de vista cognitivo, não podemos fundamentar as locativas nem as funcionais, pelo menos nas teorias

semânticas (cognitivas e conceituais) abordadas. Quando aparecem, acabamos por considerá-las como AI. A presença de AIs nos textos vem a se somar ao papel significativo da referenciação na construção dos sentidos. As AAs têm uma base lexical explicitada nas relações semânticas entre itens lexicais, entre noções/estereótipos; apoiam-se sobre as relações estabelecidas pelo texto. As AIs podem se apoiar no conhecimento de mundo, no que é externo ao léxico. O motor de inferência, ou seja, o distanciamento de sentido entre o referente e a anáfora, no caso das AIs, é maior, mas sempre permite uma interpretação associativa. Nas AAs, tal relação se dá pelo léxico e de forma instantânea.

Fica fortalecido que as AAs meronímicas e as actanciais têm fundamentação léxico-estereotípica por possuírem um processamento equivalente no sistema de estruturação da linguagem, enquanto as locativas e funcionais não acionam nenhuma estruturação. Com isso, contestamos a classificação de Kleiber e sustentamos a base semântico-cognitiva como fundamental para a caracterização das AAs, e do caráter léxico-estereotípico. É importante destacar que as AAs meronímicas são básicas na maioria dos textos, o que pode indicar que a relação todo-parte é bastante comum na composição textual, independente do tipo de texto.

Independentemente da sequência textual, podemos afirmar que a associação tem um papel muito importante na constituição das macroproposições e, mais do que isso, há uma fundamentação semântica do léxico, que mantém a relação (entre AA e sequência) cognitivamente articulada e possível. Com os dados, confirmamos a afirmação de Ilari (2001), apresentada no início desta tese, de que as AAs estão presentes nos mais variados tipos de texto, tornando-se um recurso interessante para a textualidade.

No que diz respeito às impressões da pesquisa, algumas afirmações devem ser explicitadas: comecei esta pesquisa assumindo a proposta desenvolvida por Kleiber, aceitando os pressupostos do autor (desde a exigência de definitude do termo anafórico até a classificação proposta pelo estudioso). Com o desenvolvimento das leituras e a aproximação com os textos a serem analisados, chegamos à conclusão de que a proposta do autor precisa ser revista. O critério de definitude precisa ser contestado, e uma evidência que permite isso é que a ausência de definido pode significar dado genérico; a associação está justificada, nesses casos, pelo próprio léxico; ou ainda, a indefinitude pode significar um indivíduo de um conjunto, e não relação partitiva, como sugere o autor. Não

podemos considerar a definitude, portanto, como critério para a constituição de uma AA. Outro ponto contestado da teoria do autor é a classificação: partindo da fundamentação cognitiva, não podemos considerar as relações locativas e funcionais como casos de AA. A relação atribuída entre os termos que as limitam não é lexical, pois não temos, na estrutura conceitual, justificativas para tal.

Antes de concluir, apresentamos algumas questões que foram surgindo e que merecem reflexão: ao trabalharmos com as AAs presentes nas diferentes sequências textuais, encontramos alguns resultados que auxiliam na caracterização de tais sequências. Há uma relação, portanto, entre sequência textual e AA. A isso acrescentamos um questionamento: será que, se observarmos uma mesma sequência textual em gêneros textuais diferentes, esse papel associativo se altera? Como pensar na relação entre AA, sequência textual e gênero? Como não aprofundamos esse ponto, até mesmo pelo fato de nossos interesses estarem voltados à fundamentação semântica do léxico, deixamos as questões em aberto, sinalizando uma breve reflexão: a presença das AAs está muito mais atrelada à constituição da sequência do que do gênero textual. Observamos que as AAs desempenham papel fundamental na construção das macroproposições, e podem, por correspondência, acarretar na caracterização do gênero. Mas pela grande variedade de gêneros existentes, preferimos não assumir nenhuma afirmação sobre a relação entre AA e gênero. Acreditamos que analisando cada sequência, em cada texto específico, podemos observar alguma relação entre AA e sequência textual.

Para finalizar, voltamos ao questionamento feito no capítulo 4: por que adotamos, neste estudo, a semântica cognitiva se a preocupação da pesquisa é efetivamente lexical? A resposta se dá por encontrarmos na cognição explicações que perpassam o estudo da representação cognitiva e da estruturação ontológica que explicam o estudo do léxico, principalmente, no que diz respeito às AAs.

Enfatizamos que nossa proposta não se define por tentar resolver as questões lexicais da linguagem, que são muitas. Nossos propósitos foram mais simples: fundamentar semanticamente o léxico para a caracterização das AAs, sugeridas por Kleiber. Certamente, essa busca nos possibilitou uma série de encaminhamentos, contatos com teorias semânticas, conceituais e cognitivas, e principalmente, a análise de textos a partir de uma perspectiva inferencial e cognitiva, e não mais puramente discursiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, J.M. **A lingüística textual: introdução à análise textual dos discursos**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Les textes: types e prototypes, récit, description, argumentation, explication, et dialogue**. Paris: Nathan, 1997.

_____. **Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes**. Paris, Nathan, 1999.

ARISTÓTELES. **Posterior Analytics**. Hugh Tredennick. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1960.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1953].

BAKHTIN. **Esthétique de la création Verbale**. Paris, Gallimard, 1984.

BERRENDONNER, A. Anaphore associative et méréologie. In: MIÉVILLE, D.; VERNANT, D. (eds.) **Recherches sur la philosophie et le langage**, Grenoble, 1994.

BONINI, A. A noção de seqüência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, A. J; BONINI, A.; MORRA-ROTH, D. (Orgs). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, v. 1, p. 208-236, 2005.

BRONCKART, J.P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. Por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Educ, 1999.

_____. Restrições e liberdades textuais, inserção social e cidadania. In: **Revista da ANPOLL**. Campinas/SP. n.19, p. 231-256, 2005.

BROWN, G.; YULE, G. **Discourse analysis**. Cambridge UP, 1983.

CANÇADO, M. **Manual de Semântica: noções básicas e exercícios**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.

CAVALCANTE, M. M. **A construção do referente no discurso**. Fascículo 7 do curso de Formação Continuada de Professores da Rede Pública; Universidade Aberta do Nordeste – Fundação Demócrito Rocha – Fortaleza, 2003.

_____. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, I.V; MORATO, E.M; BENTES, A.C (orgs). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, p. 125-149, 2005.

_____. Expressões Referenciais – uma proposta classificatória. In: CAVALCANTE, M.; BRITO (orgs). **Gêneros Textuais e Referenciação**. Grupo Prottexto. Fortaleza, 2004.

_____. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CHIERCHIA, G. **Semântica**. Tradução de PAGANI, L.A; NEGRI, L; ILARI, R.. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Londrina, PR: EDUEL, 2003.

CUNHA LIMA, Maria Luiza. **Indefinido, Anáfora e Construção Textual da Referência**. Tese de doutorado defendida no Instituto de Estudos da Linguagem – IEL – Unicamp, Campinas, SP, 2004. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/mlcunhalima/Teseindefinido.pdf>. Acesso em 04/04/2013.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Seqüências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In:_____. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

Van DIJK T.A. **Macrostructures**: An interdisciplinary Study of Global Structures in discourse, interaction and Cognition. Hillsdale, Lawrence Erlbaum Ass, 1980.

DUCROT, O. **La preuve et le dire**. Paris: Mame, 1973.

ECO, U. Chifres, Cascos, Canelas. In: **O signo de três**. ECO, U; SEBEEK, T. (orgs.). São Paulo: Perspectiva, 1983.

ERKÜ, F.; GUNDEL, J. The pragmatics of indirect anaphora. In: VERSCHUEREN, H.J; BERTUCELLI-PAPI, M. (eds). **The pragmatic Perspective**. Amsterdam: John Benjamins, 1987.

FERRARI, L. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.

FODOR, J.A. **The language of thought**. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

FRADIN, B. Anaphorisation et stéréotypes nominaux. In: **Lingua** (64), 1984. (p. 325-369)

GUNDEL, J.K. Relevance theory meets the givenness hierarchy: an account of inferrables. In: FRETHEIM, T.; GUNDEL (eds.). **Reference and Referent Accessibility**. Amsterdam: John Benjamins, 1996.

HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

HAWKINS, John. The Pragmatics of definiteness. In: **Linguistische Berichte**, n. 47, Part I, p. 1-27, 1977.

ILARI, R. Alguns problemas no estudo das anáforas textuais. KOCH, Ingedore et al (orgs.) In: **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, p. 103-124, 2005.

ILARI, R.; BUIN, E.; ZANIN, G. Resenha da obra L' anaphore associative de Kleiber. In: **Caderno de Estudos Lingüísticos**. Campinas, p. 355-372, 2003.

JACKENDOFF, R. **Semantics and cognition**. London, England, 1983.

KATZ, J.J.; FODOR, J. The structure of a semantic Theory. In: **Language**. 1963.

KLEIBER, G. **La Sémantique du prototype**. Paris: P.U.F, 1990.

_____. Anaphore Associative et relation partie-tout: Condition d'Aliénation et Principe de Congruence Ontologique. In Anne Daladier **Le groupe nominal: contraintes distributionnelles et hypothèses de descriptions** Langue Française, n° 122, p. 70-100,1999.

_____. **L'anaphore Associative**. Paris: PUF, 2001.

_____. **L'anaphore associative**. In: Caderno de estudos Lingüísticos, Campinas, SP: 2003.

KLEIBER, G.; SCHNEDECKER, C.; UJMA, L. L'anaphore associative, d'une conception l'autre. In: **L'anaphore Associative: aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques**). Paris: KLINCKSIECK, 1994.

KOCH, I. V. A construção sociocognitiva da referência. In: MIRANDA, N.S.; NAME, M.C (orgs.). **Linguística e Cognição**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: I.G.V. KOCH; MORATO, E.; BENTES, A.C. (orgs). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, I.; MORATO, E.; BENTES, A.C. Introdução. In: _____. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, p. 7-10, 2005.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana** (Trad. Maria Sophia Zanotto). São Paulo: Educ, 2002.

MACHADO, D. Z. **Anáforas nominais indiretas em gêneros "redação de vestibular"**. 126f. Dissertação – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MARCUSCHI, L.A . Anáfora Indireta: o barco textual e suas âncoras. In: I.G.V. KOCH, E.M. MORATO; BENTES (orgs) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCUSCHI, L. A; KOCH, I. V. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: **Gramática do Português falado**. Vol. VIII: Novos estudos descritivos. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

MARTINS, M.C.C.E. **Anáforas associativas** – algumas reflexões. 153f. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa descritiva. Faculdade de Letras da Universidade

do Porto. Portugal, 2001. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/94314174/anafora-correferencial>. Acesso em: 19/01/2013.

MINSKY, M. A framework for representing knowledge. In: WINSTON, P. H. (ed.) **The psychology of computer vision**. New York: McGraw-Hill, 1975.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M et al (orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto, p. 17-52, 2003.

OLIVEIRA, R. P. de. Semântica. In: **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**, v.2. MUSSALIN, F.; BENTES, A.C. (orgs.) – 4 ed. São Paulo: Cortez, p.-17-46, 2004.

PINKER, S. **Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a natureza humana**. Tradução de RAVAGNANI, Fernanda. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Learnability and cognition: The acquisition of argument structure. Cambridge, MA, US: The MIT Press, 1989.

RASTIER, F. Interprétation et comprehension. In: **Cognition and Categorization**. RASTIER; LLYOD (orgs). New York: Wiley, 1994.

RUSSELL, B. **Os problemas da Filosofia**. Tradução: Desidério Murcho. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2008. [1912].

SAEED, J. I. **Semantics**. 2nd ed. Malden : Blackwell, 2005.

SUMPF, J. Le problèmes des typologies. In: **Langages** 13. Paris: Didier/Larousse, 1969.

SCHANK, R.C.; ABELSON, R. **Scripts, Plans, Goals and Understanding**. Hillsdale, N.J., Lawrence Erlbaum, 1977.

TALMY, L. **Toward a cognitive Semantics**, vol. 1. The MIT Press, Cambridge, Massachussets, 2001.

VILELA, M. A metáfora na instauração da linguagem. In: **Línguas e Literaturas** – Revista da Faculdade de Letras do Porto, v. XIII, Porto, 1996.

WACHOWICZ, T.C. **Análise linguística nos gêneros textuais**. Curitiba: Ibpex, 2010.

REFERÊNCIA DOS TEXTOS ANALISADOS

CONY, C.H. Cada macaco no seu galho. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1º março 2013. Seção Colunistas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/carlosheitorcony/1238411-cada-macaco-no-seu-galho.shtml>. Acesso em: 01/03/2013.

Descrição do mico-leão-dourado – **Wikipédia, a enciclopédia livre**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mico-le%C3%A3o-dourado>. Acesso em: 17/12/2013.

Diálogo entre informante e documentador (DID) – Inquérito 0084, data do registro 18/10/1972. Disponível em: http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/corpora/did/did_84.htm. Acesso em: 12/11/2012.

GARATTONI, B.; ESTRELLA, S. Como cai um avião. In: Revista SuperInteressante *On line*. Disponível em: <http://super.abril.com.br/tecnologia/como-cai-aviao-626365.shtml>. Acesso em: 26/10/2013

GIUDICE, V. O arquivo. In. **Os melhores Contos Brasileiros do Século** (MORICONI, I. org). RJ: Objetiva, 2001 (p.382-384).

MÁRQUEZ, G.G. **O amor nos tempos de cólera**. Tradução de Antônio Callado – 33ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. (páginas consultadas: 28-29)

PICHONELLI, M. Vergonha à brasileira. **Carta Capital**. Seção Saúde. 27 agosto 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/saude/vergonha-a-brasileira-8881.html>. Acesso em: 27/08/2013.

SOEIRO, R. Por que é bom cantar no chuveiro. **Revista SuperInteressante**. Dezembro 2010. Disponível em: <http://super.abril.com.br/cotidiano/bom-cantar-chuveiro-614470.shtml>. Acesso em: 16/01/2013

VERISSIMO, L. F. Segurança. In: **Comédias para se ler na escola**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.